

I CONGRESSO NACIONAL
MULTIPROFISSIONAL EM
SAÚDE MENTAL

ANAIS

RESUMOS SIMPLES E EXPANDIDOS

Organizadores:

Mariana Pereira Barbosa Silva
Mônica Barbosa de Sousa Freitas



Produzir Editora
& Eventos

I CONGRESSO NACIONAL
MULTIPROFISSIONAL EM
SAÚDE MENTAL

ANAIIS

RESUMOS SIMPLES E EXPANDIDOS

Organizadores:

Mariana Pereira Barbosa Silva
Mônica Barbosa de Sousa Freitas



Produzir Editora
& Eventos



**Produzir Editora
& Eventos**

Produzir Editora & Eventos

ICONASME

**ANAIS DO I CONGRESSO NACIONAL MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE
MENTAL (ICONASME): RESUMOS SIMPLES E EXPANDIDOS**

1º Edição



ISBN: 978-65-83680-06-8



<https://doi.org/10.70073/prod.edt.978-65-83680-06-8>

Teresina (PI)

2025



**Produzir Editora
& Eventos**

Produzir Editora & Eventos

Teresina, Piauí, Brasil

<http://produzireditoraeventos.com.br/>

produzireditoraeventos@gmail.com

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

I Congresso Nacional Multiprofissional em Saúde Mental [livro eletrônico] : anais : resumos simples e expandidos / organizadores Mariana Pereira Barbosa Silva, Mônica Barbosa de Sousa Freitas. -- Teresina, PI : Produzir Editora & Eventos, 2025.
PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-83680-06-8

1. Medicina e saúde 2. Saúde mental
3. Saúde mental - Congressos I. Silva, Mariana Pereira Barbosa. II. Freitas, Mônica Barbosa de Sousa.

25-278900

CDD-616.89

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde mental : Ciências médicas 616.89

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



LICENÇA CREATIVE COMMONS

Todo o conteúdo das produções publicadas pela Produzir Editora & Eventos está licenciado com uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição- NãoComercialNãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)

Todo o conteúdo apresentado nesta obra é de inteira responsabilidade dos autores.

CORPO EDITORIAL DA PRODUZIR EDITORA & EVENTOS

EDITORA-CHEFE

Mariana Pereira Barbosa Silva | Universidade Federal do Piauí (UFPI)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Emília Araújo de Oliveira | Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Francisco Wagner dos Santos Sousa | Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Marciele de Lima Silva | Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Mônica Barbosa de Sousa Freitas | Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Tiago Rodrigues da Silva | Universidade Federal do Piauí (UFPI)

ORGANIZAÇÃO

Produzir Editora & Eventos

PRESIDENTE E ORGANIZADORA DO I CONGRESSO NACIONAL MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL (ICONASME): RESUMOS SIMPLES E EXPANDIDOS

Mariana Pereira Barbosa Silva - <http://lattes.cnpq.br/4969469885573368>
<https://orcid.org/0000-0003-0852-8099>

PRESIDENTE DA COMISSÃO CIENTÍFICA DO I CONGRESSO NACIONAL MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL (ICONASME): RESUMOS SIMPLES E EXPANDIDOS

Mônica Barbosa de Sousa Freitas - <http://lattes.cnpq.br/4029084214618513>
<https://orcid.org/0000-0001-8073-3359>

ORGANIZAÇÃO DO E-BOOK

Mariana Pereira Barbosa Silva
Mônica Barbosa de Sousa Freitas

MONITORES

Erika Nayane Martins Marinho	Karolline Porfirio Almeida
Erivânia Ferreira da Costa	Maria Eduarda Lima de Oliveira
Francisca Noberto Tomaz	Brenno Sampaio Lima
Júlia Guedes Feitosa Neves	

PALESTRANTES

Giovanna de Oliveira Libório Dourado	Mabel Lopes de Azevedo
Iara Maria Ferreira Santos	Maria Vitória Silva Ripardo
Luañ Muller dos Anjos	Sérgio Ferreira Tannús

COMISSÃO CIENTÍFICA: AVALIADORES

Alexandre Junior de Souza Menezes	Sérgio Ferreira Tannús
Iara Maria Ferreira Santos	Silvana Silva dos Santos
Luciandro Tassio Ribeiro de Souza	Vitor Manoel Vilas Boas de Azevedo
Maria Vitória Silva Ripardo	Vivianne Rocha Stanczyk
Ogaciano dos Santos Neves	

A organização do **I CONGRESSO NACIONAL MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL (ICONASME)** não assume qualquer responsabilidade pelo teor ou possíveis erros de linguagem dos trabalhos divulgados na presente obra, a qual recai, com exclusividade, sobre seus respectivos autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
MENSAGEM DA ORGANIZAÇÃO	12
PROGRAMAÇÃO DO EVENTO	13
MENÇÕES HONROSAS	14
RESUMOS SIMPLES	17
EIXO TEMÁTICO: EPIDEMIOLOGIA DA SAÚDE MENTAL	18
A RELAÇÃO ENTRE EXERCÍCIO FÍSICO E SAÚDE MENTAL: BENEFÍCIOS PSICOLÓGICOS DA ATIVIDADE FÍSICA REGULAR	19
ALGORITMOS DAS REDES SOCIAIS E SUA INFLUÊNCIA NA IMAGEM CORPORAL DE JOVENS	20
AVALIAÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM UNIVERSITÁRIOS DE UMA UNIVERSIDADE DE TERESINA/PI	21
CORRELAÇÃO ENTRE A INCIDÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS E O GRAU DE ESCOLARIDADE NO NORDESTE BRASILEIRO: REVISÃO INTEGRATIVA	22
USO DE BEBIDAS ENERGÉTICAS E SUA RELAÇÃO COM A ANSIEDADE EM UNIVERSITÁRIOS	23
EIXO TEMÁTICO: NEUROCIÊNCIA E SAÚDE MENTAL	24
A INFLUÊNCIA DOS ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS NA FUNÇÃO CEREBRAL E NOS TRANSTORNOS MENTAIS	25
A RELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DO SONO E SAÚDE MENTAL NOS ESTUDANTES DE MEDICINA.....	26
IMPACTO DO ESTRESSE CRÔNICO NA PLASTICIDADE NEURAL	27
EIXO TEMÁTICO: OUTRAS CATEGORIAS	28
A TRANSFOBIA E SEUS REFLEXOS NA SAÚDE MENTAL DE PESSOAS TRANSEXUAIS	29
O IMPACTO DA DEPRESSÃO E DA ANSIEDADE NA SAÚDE MENTAL DAS SOBREVIVENTES DE CÂNCER MAMÁRIO.	30
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ADOLESCÊNCIA E ATUAÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL	31
EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL	32
POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO BRASIL	33
TERAPIA OCUPACIONAL NA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	34

TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL E SAÚDE MENTAL: PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	35
EIXO TEMÁTICO: PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL.....	36
AMBIENTE ESCOLAR SAUDÁVEL: PANORAMA DAS AÇÕES DE SAÚDE E BEM-ESTAR NO CONTEXTO DO PSE EM FORTALEZA	37
ANSIEDADE QUE TIRA O SONO: EVIDÊNCIAS DA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES NO CONTEXTO ESCOLAR EM FORTALEZA	38
EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO AO TABAGISMO E ALCOOLISMO: RELATO DE EXPERIÊNCIA	39
EFEITOS DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS SOBRE INDICADORES DE SAÚDE MENTAL EM ADOLESCENTES: UMA REVISÃO DE LITERATURA	40
REPERCUSSÕES DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR NA SAÚDE MENTAL DE PACIENTES PSIQUIÁTRICOS: UMA REVISÃO DE ESCOPO	41
SOZINHOS NA MULTIDÃO: ANÁLISE DO SENTIMENTO DE SOLIDÃO ENTRE ESCOLARES E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE MENTAL EM FORTALEZA	42
EIXO TEMÁTICO: PSICOTRÓPICOS, PSICOTERAPIA E TRATAMENTOS PSICOLÓGICOS.....	43
OBSTÁCULOS VISUALIZADOS NA MANUTENÇÃO DE UM GRUPO DE TABAGISMO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	44
SINERGIA TERAPÊUTICA: A EFICÁCIA DA ASSOCIAÇÃO ENTRE PSICOTRÓPICOS E PSICOTERAPIA NA SAÚDE MENTAL.....	45
EIXO TEMÁTICO: SAÚDE MENTAL E ENVELHECIMENTO	46
EFEITOS DA ATIVIDADE FÍSICA NA SAÚDE MENTAL DE IDOSOS	47
ENVELHECIMENTO E SAÚDE MENTAL NA POPULAÇÃO HOMOSSEXUAL	48
EIXO TEMÁTICO: TRANSTORNOS MENTAIS E PSIQUIÁTRICOS EMERGENTES	49
ANSIEDADE E DEPRESSÃO ENTRE OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	50
EIXO TEMÁTICO: URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM SAÚDE MENTAL.....	51
DESAFIOS E ABORDAGENS NO ATENDIMENTO DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS EM SAÚDE MENTAL	52
PESSOAS IDOSAS COM COMPORTAMENTO SUICIDA EM UM SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA HOSPITALAR.....	53
RESUMOS EXPANDIDOS.....	54
A ALIENAÇÃO PRESENTE NA PERSONAGEM MACABÉA: UMA LEITURA PSICANALÍTICA DE <i>A HORA DA ESTRELA</i>	55

A PSICODINÂMICA NO TRATAMENTO DO AUTISMO NA ADOLESCÊNCIA: UMA ABORDAGEM ENSAÍSTICA.....	61
A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS EM IDOSOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	66
ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE	69
DESIGUALDADE SOCIAL COMO DETERMINANTE DE TRANSTORNOS MENTAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS DISPARIDADES NO ACESSO E NA PREVALÊNCIA DE DOENÇAS PSÍQUICAS	74
ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL: IMPACTOS E DESAFIOS PARA A POPULAÇÃO GERAL	78
EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS DO COMER INTUITIVO E DO MINDFUL EATING NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS ALIMENTARES.	83
EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA SOBRE ANSIEDADE E DESEMPENHO ACADÊMICO	88
O PAPEL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO MANEJO DE TRANSTORNOS MENTAIS.....	93
O PAPEL DO ESTILO PARENTAL NO CONTEXTO DO AUTISMO: IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO TERAPÊUTICO	98
SAÚDE MENTAL E INSEGURANÇA ALIMENTAR: UMA REVISÃO SOBRE OS EFEITOS PSICOLÓGICOS DA FOME NO BRASIL.....	103
SELETIVIDADE ALIMENTAR NO AUTISMO: ASPECTOS COMPORTAMENTAIS, SENSORIAIS E IMPLICAÇÕES PARA A INTERVENÇÃO	110
TERAPIA CENTRADA NA FAMÍLIA: TREINAMENTO DE HABILIDADES PARA CUIDADORES DE CRIANÇAS ATÍPICAS NO CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA.	114
SOBRE OS ORGANIZADORES	119

APRESENTAÇÃO

O I Congresso Nacional Multiprofissional em Saúde Mental - ICONASME promovido pela Produzir Editora & Eventos (CNPJ: 55.659.909/0001-48) ocorreu entre os dias 22, 23 e 24 de maio de 2025, de forma *online* com transmissão por meio do canal do YouTube. Tratou-se de um evento multiprofissional de caráter técnico-científico que objetivou promover o conhecimento dos discentes, docentes e os profissionais da saúde a respeito de temáticas multiprofissionais voltadas para a área da saúde mental, possibilitando a troca de experiências e o aprendizado científico. Contou com a participação de profissionais renomados e palestras relevantes no contexto da saúde mental.

MENSAGEM DA ORGANIZAÇÃO

A Comissão Organizadora quer expressar os mais sinceros agradecimentos a todos que participaram e contribuíram para a realização do I Congresso Nacional Multiprofissional em Saúde Mental - ICONASME. A participação e o envolvimento de cada um foram fundamentais para realização do evento.

Acreditamos que fortalecer o diálogo sobre saúde mental é essencial para a construção de uma sociedade mais humana e empática. Cada contribuição foi uma peça valiosa nesse processo, proporcionando aprendizado e troca significativa.

Foi um evento organizado com muita dedicação e compromisso com nossos participantes, somos gratos aos palestrantes, aos monitores, aos parceiros, aos inscritos, aos avaliadores, agradecemos a todos pela disponibilidade e confiança.

Finalizamos nossa primeira edição felizes em saber que atingimos nosso objetivo, e convictos de que ainda temos muito a contribuir para a propagação do conhecimento e meio científico.

Nossa gratidão a todos que caminharam conosco nessa jornada!

Comissão Organizadora ICONASME

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

I Congresso Nacional Multiprofissional em Saúde Mental – ICONASME

Dias: 22, 23 e 24 de maio de 2025

Transmissão: YouTube

22 DE MAIO DE 2025

18:00 às 19:00 / PALESTRA

Redução de Danos no Cuidado em Saúde aos Usuários de Drogas no CAPS ad - Maria Vitória Silva Ripardo

19:00 às 20:00 / PALESTRA

Comunicação e Linguagem na Esquizofrenia: Desafios e Possibilidades - Iara Maria Ferreira Santos

23 DE MAIO DE 2025

18:00 às 19:00 / PALESTRA

Anticapacitismo na Universidade e sua Importância para Saúde Mental de Discentes com Deficiência - Giovanna de Oliveira Libório Dourado

19:00 às 20:00 / PALESTRA

Biblioterapia: O Cuidado através da Leitura - Mabel Lopes de Azevedo

24 DE MAIO DE 2025

10:00 às 11:00 / PALESTRA

Saúde Mental e Envelhecimento Ativo: Como Estimular a Autonomia e a Qualidade de Vida?
- Sérgio Ferreira Tannús

11:00 às 12:00 / PALESTRA

Mindfulness como Terapia para Redução de Burnout, Ansiedade e Depressão - Luañ Muller dos Anjos

MENÇÕES HONROSAS

ÁREA TEMÁTICA: EPIDEMIOLOGIA DA SAÚDE MENTAL

DESIGUALDADE SOCIAL COMO DETERMINANTE DE TRANSTORNOS MENTAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS DISPARIDADES NO ACESSO E NA PREVALÊNCIA DE DOENÇAS PSÍQUICAS

Alanna Brito Cunha, Elisangela da Silva Brito

SAÚDE MENTAL E INSEGURANÇA ALIMENTAR: UMA REVISÃO SOBRE OS EFEITOS PSICOLÓGICOS DA FOME NO BRASIL

Rodrigo Pereira Solon, Ana Luiza Figueiredo Feitosa, Ana Lara Bezerra Cavalcante, Anna Luiza Pereira De Sousa, Daniel Dergue Barbosa Pontes, Lorena Bezerra Lima de Oliveira, Maria Ludmilla Ellen Da Silva, Nayele Nascimento dos Anjos, Regina Márcia Soares Cavalcante

AVALIAÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM UNIVERSITÁRIOS DE UMA UNIVERSIDADE DE TERESINA/PI

Rodolfo Matheus Lopes Passos, Marcela Araújo Sá Nogueira, Mara Jordana Magalhaes Costa

ÁREA TEMÁTICA: NEUROCIÊNCIA E SAÚDE MENTAL

A RELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DO SONO E SAÚDE MENTAL NOS ESTUDANTES DE MEDICINA

Letícia Azeredo Bortolassi, Alessandra Zanella Zilli, Diane Gabrieli Tonin, Tailane Abling Sartori, Alan Christmann Fröhlich

IMPACTO DO ESTRESSE CRÔNICO NA PLASTICIDADE NEURAL

Alanna Brito Cunha, Elisangela da Silva Brito

A INFLUÊNCIA DOS ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS NA FUNÇÃO CEREBRAL E NOS TRANSTORNOS MENTAIS

Nayele Nascimento dos Anjos, Maria Rita Elias Melo, Regina Márcia Soares Cavalcante

ÁREA TEMÁTICA: OUTRAS CATEGORIAS

A REFORMA PSIQUIÁTRICA NOS JORNAIS PIAUIENSES: ANÁLISES DE PUBLICAÇÕES ENTRE 2001 E 2012

Sônia Maria dos Santos Carvalho

A ALIENAÇÃO PRESENTE NA PERSONAGEM MACABÉA: UMA LEITURA PSICANALÍTICA DE A HORA DA ESTRELA

Erika Nayane Martins Marinho, Alécia Élide Martins Marinho

O IMPACTO DA DEPRESSÃO E DA ANSIEDADE NA SAÚDE MENTAL DAS SOBREVIVENTES DE CÂNCER MAMÁRIO

Victoria Kethlen Vieira Coelho, Maria Victória Moura Santa Rita, Emilly Mota Linhares, Carla Pereira Santos Porto

ÁREA TEMÁTICA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL

O PAPEL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO MANEJO DE TRANSTORNOS MENTAIS

Joquebede Silva Alves, Maria Rita Elias Melo, Ana Luiza Figueiredo Feitosa, Maria Ludmilla Ellen da Silva, Nayele Nascimento dos Anjos, Camila dos Santos Sousa, Heilany Barros Nogueira, Regina Márcia Soares Cavalcante

POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO BRASIL

Talita Guimarães Coelho, Rhiad Anttonnela Pinto, Sebastião Vidigal

TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL E SAÚDE MENTAL: PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Patrícia Carvalho Sales, Danylo William Menezes dos Santos, Danusa Falcão Batista

ÁREA TEMÁTICA: PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL

ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL: IMPACTOS E DESAFIOS PARA A POPULAÇÃO GERAL

Wesley Michel Silva Bolsoni, Lorena Soares de Oliveira

SOZINHOS NA MULTIDÃO: ANÁLISE DO SENTIMENTO DE SOLIDÃO ENTRE ESCOLARES E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE MENTAL EM FORTALEZA

José Helder Diniz Júnior, Aaron Macena da Silva, Ricardo Hugo Gonzalez, Raimunda Hermelinda Maia Macena

AMBIENTE ESCOLAR SAUDÁVEL: PANORAMA DAS AÇÕES DE SAÚDE E BEM-ESTAR NO CONTEXTO DO PSE EM FORTALEZA

José Helder Diniz Júnior, Aaron Macena da Silva, Raimunda Hermelinda Maia Macena

ÁREA TEMÁTICA: PSICOTRÓPICOS, PSICOTERAPIA E TRATAMENTOS PSICOLÓGICOS

TERAPIA CENTRADA NA FAMÍLIA: TREINAMENTO DE HABILIDADES PARA CUIDADORES DE CRIANÇAS ATÍPICAS NO CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA

Felipe Roberto Ribeiro Sampaio

EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS DO COMER INTUITIVO E DO MINDFUL EATING NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS ALIMENTARES

Maria Rita Elias Melo, Heilany Barros Nogueira, Regina Márcia Soares Cavalcante

OBSTÁCULOS VISUALIZADOS NA MANUTENÇÃO DE UM GRUPO DE TABAGISMO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Filipe Augusto Alves Marques, Ana Karoline de Almeida Lima

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE MENTAL E ENVELHECIMENTO

A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS EM IDOSOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Wesley Michel Silva Bolsoni, Lorena Soares de Oliveira

ENVELHECIMENTO E SAÚDE MENTAL NA POPULAÇÃO HOMOSSEXUAL

Francisco Joaquim Martins De Sousa

EFEITOS DA ATIVIDADE FÍSICA NA SAÚDE MENTAL DE IDOSOS

Andreliza Pereira Felipe Matos, Ana Luiza Lopes Lacerda, Ana Victória Pereira Brito, Camila Bernardino Guedes Amorim, Camila Ruzza De Oliveira, Larissa Lima dos Santos, Thais Lima dos Santos, Gabriel Faria Correia

ÁREA TEMÁTICA: TRANSTORNOS MENTAIS E PSIQUIÁTRICOS EMERGENTES

SELETIVIDADE ALIMENTAR NO AUTISMO: ASPECTOS COMPORTAMENTAIS, SENSORIAIS E IMPLICAÇÕES PARA A INTERVENÇÃO

Felipe Roberto Ribeiro Sampaio

EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA SOBRE ANSIEDADE E DESEMPENHO ACADÊMICO

Amanda Martins e Cabral de Oliveira, Isaac Matheus Castelo Branco Almeida, Sara de Moura Andrade Santos, Alice Vieira Santos Lima, Alanna Maria de Moura Gomes, Aline Raquel de Sousa Ibiapina

ANSIEDADE E DEPRESSÃO ENTRE OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Brenda Manuela de Assis, Elisabeth Lima Dias da Cruz

ÁREA TEMÁTICA: URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM SAÚDE MENTAL

DESAFIOS E ABORDAGENS NO ATENDIMENTO DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS EM SAÚDE MENTAL

Wesley Michel Silva Bolsoni, Lorena Soares de Oliveira

PESSOAS IDOSAS COM COMPORTAMENTO SUICIDA EM UM SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA HOSPITALAR

Sarah Fernanda Etges da Rosa

RESUMOS

SIMPLES

EIXO TEMÁTICO

**EPIDEMIOLOGIA DA
SAÚDE MENTAL**

A RELAÇÃO ENTRE EXERCÍCIO FÍSICO E SAÚDE MENTAL: BENEFÍCIOS PSICOLÓGICOS DA ATIVIDADE FÍSICA REGULAR

Rodrigo Pereira Solon¹; Ana Luiza Figueiredo Feitosa¹; Regina Márcia Soares Cavalcante²

¹Graduando (a) em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Picos, Piauí, Brasil;

²Professora Adjunta do Curso de Nutrição da Universidade Federal do Piauí- Campus Senador Helvídio Nunes de Barros-CSHNB.

E-mail do autor principal: rodrigisolon@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO: A literatura sobre os efeitos do exercício físico na saúde mental apresenta consenso sobre benefícios gerais, mas permanece limitada ao abordar as complexas interações envolvidas. Pouco se discute como fatores como tipo (aeróbico vs. anaeróbico), intensidade e frequência do exercício influenciam distintamente os resultados psicológicos. Da mesma forma, variáveis individuais como predisposição genética, estado nutricional e condições socioeconômicas são frequentemente ignoradas, dificultando uma compreensão mais contextualizada dos efeitos relatados. **OBJETIVO:** Analisar os efeitos do exercício físico sobre a saúde mental por meio de revisão integrativa, considerando variáveis fisiológicas, comportamentais e sociais, e discutir estratégias baseadas em evidências para ampliação de sua aplicação em contextos clínicos e comunitários. **MÉTODOS:** Foi realizada uma revisão integrativa nas bases SciELO, PubMed, LILACS, Cochrane e PsycINFO entre 2019 e 2024, com os descritores: “exercício físico”, “saúde mental”, “ansiedade”, “depressão” e “bem-estar psicológico”. Foram incluídos estudos em português e inglês que abordassem a relação entre exercício físico e saúde mental em adultos. Estudos com populações pediátricas ou sem dados sobre saúde mental foram excluídos. Após triagem, 17 artigos foram analisados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os estudos demonstraram que o exercício físico atua como modulador do humor por meio da liberação de neurotransmissores como serotonina, dopamina e endorfina. Modalidades aeróbicas, praticadas com regularidade moderada, foram mais eficazes na redução de sintomas ansiosos e depressivos. No entanto, a magnitude dos efeitos varia entre os indivíduos e nem sempre atinge significância clínica. Barreiras como baixa motivação, ausência de acompanhamento profissional e infraestrutura inadequada em comunidades vulneráveis comprometem a adesão a longo prazo. A literatura ainda carece de estudos que integrem dados psicossociais, neurobiológicos e econômicos de forma conjunta. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Reforça-se a importância do exercício físico como estratégia complementar no cuidado em saúde mental. Para isso, recomenda-se a implementação de programas intersetoriais em unidades básicas de saúde, escolas e espaços comunitários, com monitoramento profissional e base em evidências de custo-efetividade, garantindo acesso equitativo e sustentável.

PALAVRAS-CHAVES: Exercício físico; Saúde mental; Ansiedade; Depressão; Bem-estar psicológico.

ALGORITMOS DAS REDES SOCIAIS E SUA INFLUÊNCIA NA IMAGEM CORPORAL DE JOVENS

Rodrigo Pereira Solon¹; Ana Luiza Figueiredo Feitosa¹; Ana Lara Bezerra Cavalcante¹; Anna Luiza Pereira de Sousa¹; Daniel Dergue Barbosa Pontes¹; Karen Hapuque Carvalho Silva¹; Lorena Bezerra Lima de Oliveira¹; Maria Ludmilla Ellen da Silva¹; Nayele Nascimento dos Anjos¹; Regina Márcia Soares Cavalcante²

¹Graduando (a) em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Picos, Piauí, Brasil; ²Professora Adjunta do Curso de Nutrição da Universidade Federal do Piauí- Campus Senador Helvídio Nunes de Barros- CSHNB.

E-mail do autor principal: rodrigisolon@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO: O uso massivo de redes sociais tem suscitado preocupações sobre a saúde mental de jovens, sobretudo no que tange à construção da autoimagem. Plataformas como Instagram e TikTok operam com algoritmos que priorizam conteúdos de alto engajamento, muitas vezes associados a padrões estéticos idealizados. Esses algoritmos utilizam técnicas de *machine learning* para identificar preferências dos usuários, amplificando conteúdos que promovem maior interação. Paralelamente, a cultura do influencer e a monetização da imagem pessoal emergem como fatores que intensificam a comparação social e reforçam padrões irreais. Nesse contexto, questiona-se se tais dinâmicas algorítmicas, somadas aos aspectos socioculturais, potencializam transtornos alimentares e insatisfação corporal. **OBJETIVO:** Investigar a influência dos algoritmos das redes sociais sobre a percepção da imagem corporal de jovens, considerando variáveis moderadoras como tempo de exposição às plataformas e diferenças de gênero. Além disso, propõe-se explorar a responsabilidade dos usuários, das famílias e das plataformas digitais nesse processo, bem como os desafios para uma regulação equilibrada entre proteção psicossocial e liberdade de expressão. **MÉTODOS:** Realizou-se uma revisão integrativa nas bases SciELO, PubMed e BVS, com publicações entre 2019 e 2024, nos idiomas português e inglês. Incluíram-se estudos voltados à relação entre algoritmos, imagem corporal e transtornos alimentares em adolescentes e jovens adultos (13 a 25 anos). Embora o recorte temporal privilegie a atualidade, a exclusão de estudos anteriores pode limitar a compreensão da evolução do fenômeno. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A literatura aponta que a exposição recorrente a conteúdos amplificados por algoritmos está vinculada à insatisfação corporal, adoção de dietas restritivas e ocorrência de transtornos alimentares. O uso de filtros digitais, a busca por validação e a comparação com influenciadores intensificam sentimentos de inadequação. Ainda assim, as discussões carecem de uma problematização mais ampla sobre a corresponsabilidade de usuários, famílias e plataformas. Além disso, os desafios éticos envolvendo o uso de dados pessoais e a opacidade dos critérios algorítmicos pouco aparecem nos debates. A atuação de influenciadores, muitas vezes guiada por interesses comerciais, também precisa ser analisada como vetor de reprodução de padrões inatingíveis, especialmente quando há monetização da própria imagem. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os algoritmos das redes sociais reforçam padrões estéticos irreais e impactam negativamente a percepção corporal de jovens. Essa influência se intensifica com a cultura do influencer, a busca por validação e a monetização da imagem. É necessário regular essas plataformas com equilíbrio entre proteção psicossocial e liberdade de expressão. Também é essencial garantir acesso a estratégias de enfrentamento, como educação midiática e apoio psicológico, principalmente em contextos de maior vulnerabilidade. Usuários, famílias, influenciadores e empresas precisam assumir responsabilidade na construção de um ambiente digital mais saudável. **PALAVRAS-CHAVES:** Imagem corporal; Redes sociais; Transtornos alimentares; Algoritmos; Jovens.

AVALIAÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM UNIVERSITÁRIOS DE UMA UNIVERSIDADE DE TERESINA/PI

Rodolfo Matheus Lopes Passos¹; Marcela Araújo Sá Nogueira²; Mara Jordana Magalhães Costa³

¹Graduando em Educação Física pela Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil;

²Professora de Educação Física no Instituto Federal do Ceará – UFC, Ceará, Brasil;

³Professora Adjunta do Curso de Educação Física – UFPI, Teresina, Piauí, Brasil.

E-mail do autor principal: mara.jordana@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO: A saúde mental de estudantes universitários tem ganhado destaque nas últimas décadas, refletindo o aumento dos índices de ansiedade, depressão e estresse nessa população. As demandas acadêmicas, a pressão por desempenho nas atividades acadêmicas, a conciliação de várias disciplinas durante os períodos, a conciliação com outras atividades do seu cotidiano a adaptação ao ambiente universitário e a incerteza quanto ao futuro contribuem significativamente para o sofrimento psíquico. Compreender os fatores que influenciam a saúde mental nesse contexto é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de promoção do bem-estar e prevenção de transtornos mentais e evasão de alunos que não conseguem ter rede de apoio para ajudar nestes empecilhos. **OBJETIVO:** avaliar a saúde mental de universitários de uma universidade pública de Teresina. **MÉTODOS:** A amostra foi composta por 32 estudantes, selecionados por amostragem não probabilística por conveniência. A avaliação da saúde mental foi realizada por meio da Escala de Bem-Estar Psicológico (EBEP), e os dados foram analisados com estatística descritiva, utilizando o software Stata 12.0. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O presente estudo avaliou 32 estudantes universitários, sendo que 21 (65,62%) são da área da saúde, 4 (12,5%) da área de exatas e 7 (21,87%) da área de humanas. A maioria desses estudantes é do sexo feminino (53,13%), tem uma média de idade de 21 anos (± 2) e estão entre o 5º ao 8º período do curso (68,75%). Os resultados indicaram ainda, que a maioria dos estudantes apresentou escores acima da média na EBEP (72,5), sugerindo níveis satisfatórios de bem-estar psicológico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto, apesar dos bons índices de bem-estar, é importante aprofundar a análise dos fatores que influenciam a saúde mental dessa população e implementar estratégias de apoio psicológico nas instituições de ensino para que assim, os estudantes possam ter uma graduação de qualidade e posteriormente ingressarem nas outras instâncias de ensino como o mestrado e posteriormente o Doutorado.

PALAVRAS-CHAVE: Bem-estar; Universitários; Saúde Mental.

CORRELAÇÃO ENTRE A INCIDÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS E O GRAU DE ESCOLARIDADE NO NORDESTE BRASILEIRO: REVISÃO INTEGRATIVA

Sara de Moura Andrade Santos¹; Aline Raquel de Sousa Ibiapina²

¹Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, Piauí, Brasil; ²Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, Piauí, Brasil.

E-mail do autor principal: saramoura2011@hotmail.com

INTRODUÇÃO: No mundo há uma alta prevalência de transtornos mentais que pode ser explicada pela influência dos fatores sociais. Dentre estes, a escolaridade, que no caso do Brasil alberga um considerável índice de sofrimento psíquico associado à essa variável, principalmente na região nordeste, onde há altas taxas de desemprego e trabalho informal. **OBJETIVO:** Levantar evidências científicas acerca da correlação entre a incidência de transtornos mentais no Nordeste brasileiro e a variável escolaridade. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão integrativa cujo levantamento bibliográfico foi realizado no mês abril de 2025, de forma independente por dois revisores, por meio das bases de dados *Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line* (MEDLINE/PubMed®), *Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature* (CINAHL) e Base de Dados em Enfermagem (BDENF). Para operacionalização da busca, selecionaram-se descritores controlados e não controlados, consultados no Medical Subject Headings e Títulos de assuntos do CINAHL, sob os termos "epidemiologia", "saúde mental" e "escolaridade". A busca foi feita sem delimitação de idioma, nos anos de 2020 a 2025. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Mesmo com a vigência de políticas públicas que objetivam tornar o ensino mais democratizado, há uma grande taxa de analfabetismo e ainda trazem a correlação dos transtornos mentais com as variáveis sociais, dentre elas a escolaridade. Apesar da implementação de políticas públicas para ampliar o ensino, o Brasil ainda apresenta uma frágil redução na taxa de analfabetismo. Diante disso, é importante ressaltar que o grau de escolaridade é representado, também, por pessoas alfabetizadas, mas que não possuem o ensino escolar completo. Ao tratar dos problemas associados à saúde mental dentro do contexto social, é factual considerar algumas nuances que a permeiam, como a baixa escolaridade, considerada um déficit social. Essa evidência é justificada pela influência do nível escolar sobre o desempenho no mercado de trabalho, ou seja, o candidato com maiores níveis escolares se sobressai em seleções de emprego. **CONCLUSÃO:** Portanto, os estudos trouxeram evidências que mostraram a correlação entre a escolaridade e o surgimento de transtornos mentais, evidenciados pela fragilidade do espaço de convívio social, refletindo no contexto do nordeste brasileiro. Porém, durante o estudo, também, foi possível concluir que dentro dessa temática específica ainda necessitam mais estudos aprofundados que sirvam de norte para possíveis intervenções, como as políticas públicas exercidas na prática e ações para a promoção da saúde psicossocial.

PALAVRAS-CHAVE: Epidemiologia; Saúde mental; Escolaridade

USO DE BEBIDAS ENERGÉTICAS E SUA RELAÇÃO COM A ANSIEDADE EM UNIVERSITÁRIOS

Rodrigo Pereira Solon¹; Ana Luiza Figueiredo Feitosa¹; Joquebede Silva Alves¹; Regina Márcia Soares Cavalcante²

¹Graduando (a) em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Picos, Piauí, Brasil;

²Professora Adjunta do Curso de Nutrição da Universidade Federal do Piauí- Campus Senador Helvídio Nunes de Barros-CSHNB.

E-mail do autor principal para correspondência: rodrigisolon@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO: O consumo de bebidas energéticas é uma prática comum entre estudantes universitários em busca de melhor desempenho acadêmico. No entanto, os efeitos adversos, como ansiedade, insônia e irritabilidade, são amplamente documentados. Essa contradição levanta questionamentos sobre os motivos que levam à persistência do consumo, mesmo diante de evidências negativas. Além do marketing agressivo e da alta disponibilidade em ambientes universitários, a cultura do desempenho parece impulsionar essa prática, normalizando o uso de estimulantes para lidar com as pressões acadêmicas. **OBJETIVO:** analisar os efeitos do consumo de bebidas energéticas sobre a ansiedade em universitários, explorando como as dinâmicas sociais e culturais presentes no ambiente acadêmico contribuem para a popularização desse hábito. Além disso, discute-se a influência da pressão por produtividade e o papel das universidades na conscientização sobre os riscos associados a esses produtos. **MÉTODOS:** revisão integrativa nas bases SciELO, PubMed e LILACS, considerando artigos publicados entre 2019 e 2024. Ao todo, foram analisados 15 estudos que investigaram a relação entre bebidas energéticas, ansiedade e qualidade do sono em universitários. A inclusão foi limitada a artigos em português, o que pode ter restringido a diversidade de evidências científicas. Os critérios de exclusão consideraram artigos que não abordassem diretamente os efeitos das bebidas energéticas sobre a ansiedade, estudos focados em outras populações que não universitários e pesquisas com metodologias divergentes, como revisões narrativas e relatos de caso. A qualidade dos estudos foi avaliada com base na relevância científica e no delineamento metodológico. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O consumo de energéticos em contextos de estresse acadêmico intensifica sintomas de ansiedade, como taquicardia, inquietação e distúrbios do sono. Embora os estudantes relatem aumento da concentração, os prejuízos à saúde mental superam os benefícios percebidos. Os efeitos, no entanto, variam conforme diferenças individuais, como metabolismo e resiliência emocional. Questões sobre a responsabilidade das universidades e a necessidade de políticas públicas para limitar o acesso a esses produtos emergem como fundamentais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** o uso de bebidas energéticas em ambientes universitários está associado a riscos significativos para a saúde mental dos estudantes. Para mitigar esses impactos, sugere-se a criação de políticas institucionais que limitem a venda desses produtos nos campi, além de campanhas educativas que promovam alternativas mais saudáveis. Também se destaca a importância de ampliar o debate sobre saúde mental nas universidades, visando reduzir a normalização do uso de estimulantes artificiais.

PALAVRAS-CHAVES: Bebidas energéticas; Ansiedade; Universitários; Estimulantes; Saúde mental.

EIXO TEMÁTICO

NEUROCIÊNCIA E
SAÚDE MENTAL

A INFLUÊNCIA DOS ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS NA FUNÇÃO CEREBRAL E NOS TRANSTORNOS MENTAIS

Nayele Nascimento dos Anjos¹, Maria Rita Elias Melo¹; Regina Márcia Soares Cavalcante²

¹Graduanda em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Picos, Piauí, Brasil;

²Mestre em Ciências da Saúde-PPCS/UFPI. Doutora em Alimentos e Nutrição-PPGAN/UFPI pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, Piauí, Brasil. Professora Adjunta do Curso de Nutrição-CSHNB/UFPI.

E-mail do autor principal: nayele.nascimento@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO: Os transtornos mentais decorrem de falhas na comunicação entre neurotransmissores e o sistema nervoso, afetando funções como apetite, sono, humor e atividades psicomotoras. Os ácidos graxos essenciais (AGEs), como ômega-3 e ômega-6, são gorduras que o corpo não produz, tornando indispensável sua obtenção por meio da alimentação. Eles são fundamentais para a estrutura das membranas cerebrais e modulam processos como neurotransmissão, neurogênese, resposta inflamatória e plasticidade sináptica. O DHA participa da liberação de serotonina e dopamina, enquanto o EPA possui ação anti-inflamatória. A deficiência desses nutrientes está associada a alterações cognitivas, agravamento de quadros como depressão e ansiedade e prejuízos no desenvolvimento neurológico. **OBJETIVO:** Analisar evidências científicas sobre a relação entre ácidos graxos essenciais, função cerebral e sua associação com o desenvolvimento e a modulação de transtornos mentais. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão de literatura narrativa, com levantamento de artigos científicos em bases de dados como PubMed e SciELO, publicados nos últimos cinco anos. Os critérios de inclusão envolveram estudos originais, revisões sistemáticas e meta-análises com evidência sobre os efeitos dos AGEs na saúde mental. Foram excluídos estudos duplicados e aqueles cujo foco não envolvesse diretamente a relação entre lipídios essenciais e transtornos mentais. As palavras-chave foram: Ácidos graxos poli-insaturados; Doença mental; Ômega-3; Ômega-6. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A literatura evidencia que os ácidos graxos poli-insaturados (AGPI), especialmente ômega-3 e ômega-6, são fundamentais para a saúde cerebral e a prevenção de transtornos mentais. O ácido docosa-hexaenoico (DHA) e o ácido araquidônico (ARA) atuam na modulação da neuroinflamação, plasticidade sináptica e neurotransmissão, processos essenciais à cognição e ao equilíbrio emocional. Os AGPI ômega-3 também exercem efeitos anti-inflamatórios mediados por derivados lipídicos das vias LOX e CYP450, com implicações na prevenção da depressão e na promoção da neurogênese. Estudos apontam melhora cognitiva em indivíduos com comprometimento leve após suplementação com AGPI e antioxidantes. Apesar desses achados promissores, variáveis como dosagem, dieta e fatores genéticos ainda dificultam a avaliação precisa da eficácia clínica a longo prazo. **CONCLUSÃO:** Os ácidos graxos essenciais têm papel crucial na função cerebral e podem atuar como estratégia adjuvante na prevenção e no manejo de transtornos mentais, embora ainda existam lacunas sobre sua eficácia clínica em diferentes populações.

PALAVRAS-CHAVE: Ácidos graxos poliinsaturados; Doença mental; Ômega-3; Ômega-6.

A RELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DO SONO E SAÚDE MENTAL NOS ESTUDANTES DE MEDICINA

Letícia Azeredo Bortolassi¹; Alessandra Zanella Zilli¹; Diane Gabrieli Tonin¹; Tailane Abling Sartori¹; Alan Christmann Frohlich²

¹Graduanda de Medicina pela ATITUS Educação, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil;

²Médico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e residência médica em Neurologia pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail do autor principal: bortolassileticia@gmail.com

INTRODUÇÃO: O conhecimento das áreas específicas do cérebro sempre despertou curiosidade e investigação por parte da ciência. O sono desempenha um papel crucial na potencialização de diversas funções cerebrais, incluindo a capacidade de aprendizado, memorização e tomada de decisões. Ele calibra nossos circuitos cerebrais, permitindo-nos enfrentar os desafios sociais e psicológicos do cotidiano. No entanto, a intensa carga horária imposta durante a formação médica compromete significativamente a qualidade do sono, afetando, por consequência, o desempenho acadêmico, assim como a saúde física e mental dos estudantes e futuros profissionais da medicina. **OBJETIVO:** Investigar a correlação entre a qualidade do sono e a saúde mental em estudantes de medicina, bem como abordar a importância do equilíbrio durante as extensas jornadas de estudo. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão da literatura de caráter descritivo e bibliográfico sobre a relação entre sono e saúde mental dos acadêmicos de medicina. As bases de dados consultadas foram: *National Library of Medicine (PUBMED)*, *Scientific, Eletronic Library Online (SciELO)*, Biblioteca virtual em saúde Brasil (BVS) e Google Acadêmico. Foi utilizado os seguintes descritores: “medical student” AND “mental health” AND “sleep quality”, e selecionados artigos publicados nos últimos 10 anos redigidos em idiomas inglês e português. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Observa-se que, em condições naturais, os seres humanos requerem certa regularidade no padrão do ciclo sono-vigília. Contudo, fatores exógenos adversos frequentemente sobrecarregam estudantes e profissionais da saúde, resultando na desregulação do ciclo circadiano para um padrão inadequado. Isso gera um conflito, entre a regularidade do sono e as exigências acadêmicas e hospitalares que a profissão exige, para garantir uma boa qualificação profissional. Assim, os estudantes e residentes acabam por submeter-se a estresse pela exigência de alto rendimento nos estudos. Todavia, deixar de lado a qualidade do sono pode precipitar ansiedade, depressão e insegurança nas decisões. Dessa forma, é fundamental equilibrar a vida pessoal e profissional com uma rotina saudável. **CONCLUSÃO:** Depreende-se, portanto, a importância de uma boa noite de sono para o bom funcionamento cerebral, a fim de evitar distúrbios e manter o equilíbrio. Sobrecarga de tarefas para assegurar desempenho profissional não é uma solução eficaz. O sono é imprescindível, não apenas para a qualidade de vida, mas também para prevenir complicações sociais, fisiológicas, emocionais e profissionais. Ele desempenha um papel decisivo na consolidação da memória, impactando diretamente no rendimento acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Sono; Saúde mental; Medicina; Estudantes.

IMPACTO DO ESTRESSE CRÔNICO NA PLASTICIDADE NEURAL

Alanna Brito Cunha¹; Elisangela da Silva Brito²

¹Graduanda em Medicina pela Universidade Tiradentes, Aracaju, Sergipe, Brasil;;

²Enfermeira pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, Aracaju, Sergipe, Brasil.

E-mail do autor principal: britoalanna04@gmail.com

INTRODUÇÃO: O estresse crônico tem um impacto significativo na plasticidade neural, influenciando desde a neurogênese até a remodelação sináptica. Esse fenômeno ocorre devido à liberação persistente de glicocorticóides, como o cortisol, que afeta diferentes áreas do cérebro, principalmente o hipocampo, a amígdala e o córtex pré-frontal. **OBJETIVO:** Sob esse viés, o objetivo deste trabalho é revisar e analisar os efeitos do estresse crônico na plasticidade neural, com foco nas alterações estruturais e funcionais no hipocampo, amígdala e córtex pré-frontal. **MÉTODOS:** Com essa finalidade, foi realizada uma revisão bibliográfica, analisando artigos científicos publicados em bases de dados - PubMed, SciELO e Google Acadêmico. Foram utilizados os seguintes descritores: estresse crônico, plasticidade neural. A seleção dos estudos priorizou publicações dos últimos 20 anos, com ênfase em pesquisas que abordam os mecanismos moleculares e as consequências comportamentais do estresse crônico. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O estresse crônico reduz a neurogênese hipocampal e os níveis de BDNF, impactando memória e aprendizado. Na amígdala, há hiperatividade e aumento da excitabilidade neuronal, intensificando respostas ao medo e ansiedade. No córtex pré-frontal, observa-se redução na densidade sináptica, comprometendo a regulação emocional e a tomada de decisões. Apesar dos impactos negativos, estratégias como exercícios físicos, meditação e terapia cognitivo-comportamental podem reverter parcialmente essas alterações, promovendo resiliência neuronal. **CONCLUSÃO:** O estresse crônico afeta a plasticidade neural, comprometendo funções cognitivas e emocionais. Entretanto, intervenções terapêuticas podem amenizar esses efeitos, reforçando a necessidade de tratamento multidisciplinar.

PALAVRAS-CHAVE: Estresse crônico; Plasticidade neural; Neurogênese; Hipocampo; Amígdala.

EIXO TEMÁTICO

OUTRAS CATEGORIAS

A TRANSFOBIA E SEUS REFLEXOS NA SAÚDE MENTAL DE PESSOAS TRANSEXUAIS

Júlia Guedes Feitosa Neves¹; Elida Mayra da Silva Costa¹; Marina Araújo Rosas²

¹Graduanda em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil; ²Terapeuta Ocupacional. Mestre em Saúde Coletiva Doutora em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento - UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil.

E-mail do autor principal: julia.guedes@ufpe.br

INTRODUÇÃO: O termo "transexual" refere-se a pessoas que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento. Historicamente marginalizadas e perseguidas, as pessoas trans enfrentam dificuldades para garantir seus direitos fundamentais. A transexualidade envolve identidade de gênero, não sendo determinada pelas características biológicas, e não é uma doença mental ou sexual. A população trans enfrenta discriminação cotidiana, como violências físicas, verbais, sexuais e psicológicas. A transfobia é o termo usado para a discriminação contra pessoas trans. A saúde mental, segundo a Organização Mundial da Saúde, é um estado de bem-estar que envolve a capacidade de lidar com estresses diários e ser produtivo. A transfobia gera impactos na saúde mental das pessoas trans, principalmente após a transição de gênero. **OBJETIVO:** Identificar quais as proporções e impactos da discriminação em função da identidade de gênero na saúde mental de pessoas transsexuais. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa. As buscas ocorreram nas bases Portal de Periódicos CAPES e SciELO, com os descritores "saúde mental", "transfobia" e "transsexuais", abrangendo publicações de 2013 a 2023. Foram analisados 4 artigos selecionados, lidos, resumidos e debatidos. Foram incluídos artigos disponíveis gratuitamente, em português. Foram excluídos artigos repetidos e com ausência da análise sobre o aspecto da saúde mental. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A transfobia impacta a saúde mental da população trans, expondo-a à discriminação, violência e marginalização. A análise revelou cinco categorias principais: o processo de transição de gênero, cuja insatisfação pode aumentar o sofrimento psíquico e a ideação suicida; o abandono familiar, associado à auto agressão e à vulnerabilidade emocional; a interseccionalidade entre transfobia e racismo, que agrava a exclusão social; a transfobia no ambiente escolar, que contribui para evasão e prejuízos ao bem-estar mental; e as violências de gênero, que reforçam a exclusão e elevam transtornos como depressão e ansiedade. Esses dados evidenciam a necessidade de políticas inclusivas e suporte psicossocial para minimizar tais impactos. **CONCLUSÃO:** O estudo investigou os impactos da discriminação por identidade de gênero na saúde mental da população transexual. Os resultados evidenciam a diversidade de estressores que afetam o bem-estar mental de pessoas trans e a complexidade das ações discriminatórias. A pesquisa sugere a necessidade de uma abordagem interseccional e holística para mitigar os efeitos da transfobia, promovendo inclusão e respeito aos direitos humanos. Além disso, propõe mais estudos e intervenções para melhorar a qualidade de vida dessa população, diante do elevado índice de violência.

PALAVRAS-CHAVE: Transfobia; Saúde Mental; Transsexuais.

O IMPACTO DA DEPRESSÃO E DA ANSIEDADE NA SAÚDE MENTAL DAS SOBREVIVENTES DE CÂNCER MAMÁRIO.

Victória Kethlen Vieira Coelho¹; Maria Victória Moura Santa Rita¹; Emilly Mota Linhares¹; Carla Pereira Santos Porto²

Graduanda em Medicina pela Universidade Tiradentes¹; Mestre em Odontologia²

E-mail do autor principal: victoriakethlen@live.com

INTRODUÇÃO: O câncer de mama (CM) ocupa a primeira posição em mortalidade por neoplasia entre mulheres no Brasil. Apesar do avanço no rastreamento, diagnóstico e tratamento, garantindo o manejo dos sinais e sintomas físicos, essas pacientes ainda não recebem o suporte social e emocional adequado. Nesse sentido, o CM pode influenciar no desenvolvimento de estresse emocional na paciente durante e após o tratamento, assim como induzir o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos, incluindo ansiedade e depressão, reduzindo sua qualidade de vida. **OBJETIVO:** Analisar o impacto da depressão e ansiedade na saúde mental das sobreviventes de CM. **MÉTODOS:** Revisão sistemática de literatura utilizando a estratégia PICO, nas bases de dados Scielo e Pubmed, sendo encontradas 596 publicações dos últimos 5 anos em inglês e português. Cinco artigos foram selecionados a partir das seguintes palavras-chaves: “depression” AND “anxiety” AND “breast neoplasms”. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O CM, tipo de neoplasia mais comum em mulheres, apresenta elevada incidência mundial. Sabe-se que, avanços nas terapêuticas oncológicas ocorreram nas últimas décadas, no entanto, aspectos psicológicos, tais como a depressão e ansiedade, continuam impactando a saúde mental das pacientes. De acordo com as referências, enfermidades psiquiátricas apresentam relação intrínseca com o tratamento empregado, sendo expressivamente maiores naquelas submetidas à radioterapia ou quimioterapia, em comparação àquelas que realizam apenas procedimentos cirúrgicos. Ademais, sobreviventes que realizaram mastectomia manifestaram mais sintomas depressivos e ansiosos do que as conduzidas à conservação mamária. A depressão e ansiedade possuem prevalência elevada no primeiro ano de diagnóstico, porém, suas repercussões perduram durante e após o processo curativo. Compreende-se que estas estão associadas ao aumento da mortalidade, visto que, são responsáveis pela hospitalização prolongada, pela cicatrização prejudicada e pela ineficácia do sistema imunológico. No campo da saúde mental, esses transtornos ocasionam diminuição da atividade física e elevação dos níveis de suicídio, além do descumprimento das recomendações médicas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Apesar dos avanços no tratamento do CM, depressão e ansiedade seguem prevalentes, especialmente em pacientes submetidos a terapias agressivas. Esses transtornos comprometem a qualidade de vida e influenciam negativamente o prognóstico, aumentando a mortalidade e dificultando a adesão ao tratamento. Assim, o suporte psicológico integrado ao cuidado oncológico é essencial para melhorar os desfechos desses pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Ansiedade; Câncer de Mama; Depressão.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ADOLESCÊNCIA E ATUAÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL

Elida Mayra da Silva Costa¹; Júlia Guedes Feitosa Neves¹; Marina Araújo Rosas²

¹Graduanda em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil; ²Terapeuta Ocupacional. Mestre em Saúde Coletiva Doutora em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento - UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil.

E-mail do autor principal: elidamayrac@gmail.com

INTRODUÇÃO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode ser descrito como uma alteração no neurodesenvolvimento, que tem como característica a dificuldade em realizar interações sociais, como também, afeta o desenvolvimento motor, desenvolvimento comportamental e as funções cognitivas. Com isso o adolescente tem consequências diretas na realização de suas atividades de vida diária (AVDs) e nas atividades instrumentais de vida diária (AIVDs) tais como, realizar sua higiene pessoal com autonomia, participar de atividades grupais, interagir com membros da família, expressar seus sentimentos, entre outras atividades. Além disso, a adolescência por si só já é uma fase no qual é repleta de transformações, físicas, hormonais e psicológicas, o que afeta diretamente o adolescente com TEA, pois nessa fase ele se torna mais exposto a dificuldades como a interação social. Desse modo, o terapeuta ocupacional se faz um importante profissional na atuação com esse público, visto que sua intervenção busca promover a autonomia na realização das AVDs e AIVDs de acordo com a singularidade e contexto de cada indivíduo. **OBJETIVO:** O presente artigo tem como objetivo sintetizar a atuação do terapeuta ocupacional com adolescentes que possuem o transtorno do espectro autista. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão da literatura. As buscas ocorreram na base de dados SciELO, com os descritores “terapia ocupacional” “adolescência”, “transtorno do espectro autista” e “autismo” utilizados de forma combinada, não houve delimitação temporal. Foram selecionados, analisados e escolhidos 3 artigos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Considerando que os adolescentes com TEA possuem uma dificuldade nas habilidades sociais e na resolução de problemas, se faz necessário abordagens que estimulem essas habilidades e sua autonomia. O terapeuta ocupacional por meio de suas intervenções e práticas voltadas para o cliente, pode desenvolver ações que estejam alinhadas de acordo com a rotina, ao contexto social, e o ambiente no qual o adolescente está inserido, visando um maior engajamento nessas atividades propostas Além disso, esse profissional por meio de suas competências e habilidades, promove novas estratégias de realização das AVDs e AIVDs de forma que o adolescente estimule as habilidades criativas e construtivas, para promover a sua autonomia. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo identificou a relevância do terapeuta ocupacional e de suas intervenções no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na adolescência. As intervenções e ações terapêuticas realizadas de forma centrada no cliente, possuem um impacto significativo na autonomia e na melhora da qualidade de vida desse adolescente. Com isso, se faz importante a atuação do terapeuta ocupacional para o desenvolvimento das habilidades de adolescentes com TEA.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista; Terapia Ocupacional; Adolescência; TEA; Terepeuta Ocupacional.

EIXO TEMÁTICO

**POLÍTICAS PÚBLICAS
DE SAÚDE MENTAL**

POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO BRASIL

Talita Guimarães Coelho¹; Rhiad Anttonela Pinto¹; Sebastião Vidigal²

¹Graduando em Medicina pela Faculdade de Medicina de Barbacena - FAME, Minas Gerais, Brasil; ²Médico. Graduado pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Minas Gerais, Brasil.

E-mail do autor principal: advtalitacoelho@gmail.com

INTRODUÇÃO: As políticas públicas em saúde mental no Brasil têm evoluído consideravelmente nas últimas décadas, especialmente após a Reforma Psiquiátrica, que propôs uma transformação radical no modelo de atendimento, com a substituição progressiva dos hospitais psiquiátricos por serviços comunitários e ambulatoriais. Esse movimento visava não apenas a desinstitucionalização dos pacientes, mas também a promoção da inclusão social e a humanização do atendimento, com foco na recuperação e autonomia dos indivíduos com transtornos mentais. A reforma buscou descentralizar o cuidado, integrando a saúde mental com a rede de atenção básica à saúde, com o objetivo de garantir um tratamento mais próximo da realidade e necessidades das pessoas. No entanto, apesar desses avanços, muitos desafios persistem na implementação efetiva dessas políticas, que exigem constante análise e adaptação. **OBJETIVO:** O objetivo deste estudo é analisar os desafios enfrentados e as perspectivas da implementação das políticas públicas de saúde mental no Brasil, com ênfase na ampliação do acesso ao tratamento, na melhoria da qualidade da assistência e na superação das barreiras estruturais e sociais que ainda dificultam a efetivação dessas políticas. **MÉTODOS:** Este trabalho consiste em uma revisão narrativa da literatura, com levantamento em bases de dados como SciELO, PubMed e BVS, além de análise de legislações e documentos oficiais do Ministério da Saúde. A pesquisa foca em artigos, relatórios e estudos sobre a execução das políticas públicas em saúde mental, com o intuito de compreender o panorama atual e identificar os avanços e obstáculos presentes. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados obtidos indicam que, embora a Reforma Psiquiátrica tenha proporcionado avanços significativos, ainda existem desafios notáveis. Entre os principais obstáculos estão a efetivação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que enfrentam problemas como a falta de recursos, a escassez de profissionais capacitados e a dificuldade de integrar a saúde mental à atenção primária. A estigmatização dos transtornos mentais e a falta de investimento adequado nos serviços públicos de saúde mental também são apontadas como barreiras para a expansão e melhoria da assistência. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que, para que as políticas públicas em saúde mental no Brasil cumpram plenamente seus objetivos, é necessário investir de forma contínua em capacitação profissional, no financiamento adequado dos serviços e em campanhas de conscientização para combater o estigma relacionado aos transtornos mentais. Apenas com esses investimentos será possível garantir uma assistência integral e de qualidade aos pacientes, promovendo sua inclusão social e assegurando o respeito aos seus direitos fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Saúde Mental; Reforma Psiquiátrica; Atenção Psicossocial; Sistema Único de Saúde.

TERAPIA OCUPACIONAL NA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Danylo William Menezes dos Santos; Patrícia Carvalho Sales; Danusa Falcão Batista

¹Graduado em Educação Física, bacharelado e licenciado pelo Centro Universitário Planalto do Distrito Federal, especialista em Cinesiologia, Biomecânica e Treinamento Físico pelo Centro Universitário Única; ²Graduanda em Terapia Ocupacional pelo Centro Universitário da Grande Fortaleza, Pernambuco, Carpina, Brasil.

E-mail do autor principal: dan-nylo14@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A Terapia Ocupacional exerce um papel estratégico no processo de inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ao intervir no desenvolvimento de competências motoras, cognitivas, sensoriais e de interação social. Este estudo tem como foco analisar práticas terapêuticas que favorecem a inserção desses alunos no ambiente educacional, ressaltando a relevância do trabalho articulado entre família, instituição escolar e equipe interdisciplinar. **OBJETIVO:** Examinar as contribuições da Terapia Ocupacional no contexto da inclusão escolar de crianças com TEA, identificando estratégias terapêuticas utilizadas e os principais obstáculos enfrentados nesse processo. **MÉTODOS:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, utilizando os descritores “Terapia Ocupacional”, “Inclusão Escolar”, “Transtorno do Espectro Autista”, “Comunicação Alternativa” e “Adaptação Sensorial”. As bases de dados consultadas incluíram Google Acadêmico, SciELO, PubMed e LILACS. Os critérios de inclusão foram artigos que abordassem intervenções da Terapia Ocupacional com foco em Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), adaptações sensoriais, atividades lúdicas e colaboração entre profissionais da educação e familiares. Foram excluídos artigos duplicados, que não estavam disponíveis na íntegra ou que não tinham relação com o contexto escolar. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A atuação da Terapia Ocupacional na inclusão escolar organiza-se em três eixos principais: estratégias sensoriais com modificações no ambiente para reduzir estímulos aversivos; métodos de comunicação alternativa, como o Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS); e suporte pedagógico, com capacitação docente e adaptação curricular. A inclusão escolar no Sistema Único de Saúde (SUS) exige superação de barreiras culturais e atitudinais, além do uso de práticas estruturadas, como rotinas visuais e o Plano Educacional Individualizado (PEI). A participação ativa da família e da equipe multiprofissional contribui para melhores resultados funcionais e sociais no processo terapêutico. **CONCLUSÃO:** A Terapia Ocupacional configura-se como um recurso indispensável para a promoção da inclusão escolar de crianças com TEA, ao favorecer a autonomia, o engajamento e a qualidade de vida. Apesar dos avanços, persistem desafios como a insuficiente formação de educadores e a necessidade de políticas públicas robustas. Investimentos em capacitação contínua e em recursos pedagógicos adaptados são fundamentais para o fortalecimento da inclusão educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Estimulação precoce; Desenvolvimento infantil; Intervenção interdisciplinar; Rotinas estruturadas; Suporte educacional.

TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL E SAÚDE MENTAL: PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Patrícia Carvalho Sales¹; Danylo William Menezes dos Santos²; Danusa Falcão Batista³

¹Graduanda em Terapia Ocupacional pelo Centro Universitário Unigrande, Castanhal, Pará, Brasil; ²Graduando em Terapia Ocupacional pelo Centro Universitário Unigrande; ³Terapeuta Ocupacional. Mestre em Educação em Saúde pela Universidade do Estado do Pará – UEPA, Belém, Pará, Brasil.

E-mail do autor principal: salespatricia2019@gmail.com

INTRODUÇÃO: A Terapia Ocupacional desempenha papel central no contexto da saúde mental brasileira, especialmente após a Reforma Psiquiátrica, ao promover inclusão social e políticas públicas emancipadoras. Este estudo baseia-se em sua evolução histórica, desde práticas institucionais tradicionais até intervenções contemporâneas centradas em autonomia e participação social. **OBJETIVO:** Destacar as contribuições da terapia ocupacional para a saúde mental, considerando as transformações de modelos assistenciais, na defesa de direitos e na promoção de práticas que valorizam a singularidade e inclusão social. **MÉTODOS:** Realizou-se uma revisão integrativa de artigos científicos com foco na terapia ocupacional na saúde mental, considerando sua contribuição para a formulação de políticas públicas e inclusão social. A busca foi conduzida nas seguintes bases de dados acadêmicos: Google Acadêmico, SciELO e LILACS, utilizando os descritores "Terapia Ocupacional", "Saúde Mental" e "Inclusão Social". Foram incluídos artigos publicados entre 2005 e 2013 que apresentassem análises históricas, relatos de experiências em serviços comunitários (CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, CeCCOs – Centros de Convivência e Cooperativas, AAC – Associação Arte e Convívio), reflexões teóricas alinhadas à Portaria nº 336/2002 do Sistema Único de Saúde (SUS) e a teóricos como Foucault e Winnicott. Os critérios de exclusão contemplaram estudos que não abordassem a Terapia Ocupacional, que se restringissem a práticas hospitalares tradicionais e publicações em idiomas diferentes do português. Por tratar-se de pesquisa baseada em fontes secundárias disponíveis em domínio público, não foram necessárias aprovações éticas adicionais. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A terapia ocupacional evoluiu de práticas hospitalares centradas na ocupação para intervenções territoriais, alinhadas à Reforma Psiquiátrica, à desinstitucionalização e à reabilitação psicossocial. Serviços como os Centros de Atenção Psicossocial, que hoje é o principal campo de atuação da terapia ocupacional no Sistema Único de Saúde (SUS) e, as associações comunitárias (AAC) utilizam atividades significativas (oficinas, geração de renda) para promover autonomia e inclusão, confrontando a lógica medicalizante, e articulando saúde mental e direitos sociais. A concepção de saúde como vida plena orienta políticas públicas, destacando a terapia ocupacional como prática emancipatória que resiste à redução da vida à esfera biológica. **CONCLUSÃO:** A terapia ocupacional consolida-se como ferramenta essencial no Sistema Único de Saúde (SUS), alinhando-se a políticas emancipadoras ao promover saúde com autonomia, cidadania e qualidade de vida. Sua atuação territorial e intersetorial reforça a humanização do cuidado, transformando a saúde mental em campo de possibilidades para o exercício pleno de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Social; Políticas Públicas; Saúde Mental; Terapia Ocupacional.

EIXO TEMÁTICO

PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL

AMBIENTE ESCOLAR SAUDÁVEL: PANORAMA DAS AÇÕES DE SAÚDE E BEM-ESTAR NO CONTEXTO DO PSE EM FORTALEZA

José Helder Diniz Júnior¹; Aaron Macena da Silva²; Raimunda Hermelinda Maia Macena³

¹Pedagogo. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil; ²Filmmaker. Mestrando em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil; ³Enfermeira. Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil .

E-mail do autor principal: helder.diniz090@gmail.com

INTRODUÇÃO: A promoção da saúde e do bem-estar no ambiente escolar é um dos pilares centrais da educação integral e da prevenção de agravos à saúde na infância e adolescência. O Programa Saúde na Escola (PSE) é a principal estratégia intersetorial que visa qualificar o ambiente escolar como um espaço promotor de saúde. Em Fortaleza, os Planos Plurianuais (PPA) ofereceram subsídios para a avaliação dessas ações entre 2014 e 2025. **OBJETIVO:** Avaliar as ações de saúde e bem-estar implementadas no ambiente escolar de Fortaleza no escopo do PSE, com base nos relatórios de execução dos PPA entre 2014 e 2025. **MÉTODOS:** Este é um estudo documental, com abordagem qualitativa, baseado na análise dos relatórios de execução dos Planos Plurianuais da Prefeitura de Fortaleza. Foram identificadas ações voltadas à alimentação saudável, às práticas corporais, à saúde mental, à prevenção ao uso de drogas, à saúde sexual e reprodutiva e à valorização da convivência escolar. A análise foi conduzida por categorização temática e síntese interpretativa. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os dados apontam para uma ampliação progressiva das ações de saúde e bem-estar, com destaque para as campanhas de alimentação saudável, avaliação nutricional, vacinação e atividades físicas. Entretanto, ainda persistem desafios na sistematização das ações de saúde mental, bem como na integração entre educação e saúde nos territórios de maior vulnerabilidade. O PSE contribuiu para a institucionalização de atividades regulares em algumas escolas, mas a cobertura ainda é desigual. A infraestrutura escolar também foi citada como limitador para a execução plena das ações. **CONCLUSÃO:** As ações de saúde e de bem-estar dentro do ambiente escolar de Fortaleza, impulsionadas pelo PSE, têm avançado principalmente em termos de cobertura e de diversidade temática. No entanto, sua efetividade ainda depende muito da superação de barreiras estruturais e da qualificação da intersetorialidade, especialmente em regiões que são socialmente desfavorecidas.

PALAVRAS-CHAVE: Promoção da saúde; Ambiente escolar; Programa Saúde na Escola; Bem-estar; Intersetorialidade.

ANSIEDADE QUE TIRA O SONO: EVIDÊNCIAS DA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES NO CONTEXTO ESCOLAR EM FORTALEZA

José Helder Diniz Júnior¹; Aaron Macena da Silva²; Ricardo Hugo Gonzalez³; Raimunda Hermelinda Maia Macena⁴

¹Pedagogo. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil; ²Filmmaker. Mestrando em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil; ³Educador Físico. Doutor em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil; ⁴Enfermeira. Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil .

E-mail do autor principal: helder.diniz090@gmail.com

INTRODUÇÃO: A perda de sono devido à ansiedade é um indicador relevante de sofrimento psíquico entre adolescentes, podendo refletir tensões emocionais, sobrecarga escolar e vulnerabilidades sociais. No ambiente escolar, esse sintoma compromete a aprendizagem e o bem-estar dos estudantes. O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma estratégia essencial para o enfrentamento dessas questões por meio da promoção da saúde mental. **OBJETIVO:** Analisar a prevalência da perda de sono causada por ansiedade entre adolescentes de Fortaleza, com base nos dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) entre 2009 e 2019, e discutir a atuação do PSE no enfrentamento da saúde mental escolar. **MÉTODOS:** Estudo documental de abordagem quantitativa e qualitativa, com análise dos dados da PeNSE (2009, 2012, 2015, 2019) referentes a adolescentes do 9º ano da rede pública e privada de Fortaleza. Foram realizadas análises descritivas e comparativas por sexo, tipo de escola e faixa etária. Além disso, os relatórios dos Planos Plurianuais (PPA) foram examinados para identificar ações do PSE voltadas à saúde mental. A análise seguiu os critérios da Resolução CNS nº 510/2016. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A prevalência de perda de sono devido à preocupação e ansiedade aumentou entre os adolescentes ao longo da série histórica, com destaque para o dado de 2019: 39,5% dos escolares relataram dificuldade para dormir devido à ansiedade. O problema afetou principalmente meninas e alunos da rede pública. Os relatórios do PPA evidenciaram que, apesar de reconhecida a importância da saúde mental, as ações específicas foram esparsas, sem sistematização ou abordagem contínua no cotidiano escolar. **CONCLUSÃO:** A alta prevalência de perda de sono causada por ansiedade entre adolescentes de Fortaleza evidencia uma demanda urgente por políticas de saúde mental nas escolas. O PSE deve ser fortalecido com formações permanentes, escuta qualificada e práticas integrativas que promovam o equilíbrio emocional dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Ansiedade; Saúde mental; Adolescência; Sono; Programa Saúde na Escola.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO AO TABAGISMO E ALCOOLISMO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ian Melo Araújo¹; Eukalia Pereira da Rocha²; Márcia Astrês Fernandes³

¹Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil;
²Mestre em Enfermagem. Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil. ³Orientadora. Pós-Doutora em Enfermagem Psiquiátrica. Bolsista Produtividade CNPq. Professora Titular da Graduação e Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil.

E-mail do autor principal: ian.araujo@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO: A dependência química resulta do uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas, como o tabaco e álcool. O tabagismo afeta 22,3% da população mundial, com uma taxa de 12,9% no Brasil em 2019, sendo responsável por cerca de 13% dos óbitos no país em 2020. Essa elevada taxa de mortalidade está associada às substâncias tóxicas, como a nicotina, que contribuem para doenças respiratórias, cardiovasculares e câncer, com 90% dos casos de neoplasia pulmonar decorrentes da inalação da fumaça do cigarro. O consumo de álcool se relaciona à dependência química e a doenças como hepatite alcoólica e cirrose. O aumento das doenças relacionadas à dependência química eleva os custos com saúde pública, exigindo recursos materiais e humanos qualificados, como os profissionais de enfermagem. A formação de enfermeiros deve adotar uma abordagem integral, capacitando-os a lidar com as demandas biopsicossociais, incluindo o consumo de álcool e outras drogas. Atividades educativas são essenciais para conscientizar os usuários sobre os aspectos biomédicos e socioculturais do vício. **OBJETIVO:** Relatar a experiência de um acadêmico de enfermagem acerca da Educação em Saúde no combate e prevenção ao tabagismo e alcoolismo. **MÉTODOS:** Estudo qualitativo do tipo relato de experiência, realizado por um acadêmico de enfermagem no projeto “Enfermagem em Saúde Mental na Atenção Hospitalar” no Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu, em Teresina, Piauí. A observação dos participantes foi feita por meio de anotações em diário de campo, registrando dificuldades e progressos no combate ao vício. A intervenção incluiu escuta ativa, conscientização sobre os malefícios das substâncias e distribuição de folders. O acadêmico foi supervisionado pela coordenadora do projeto. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Observou-se que muitos participantes já conheciam os malefícios das substâncias, evidenciando a relevância da educação em saúde na prevenção. A escuta ativa foi fundamental para estabelecer vínculo com os usuários, permitindo compreender suas histórias, frequentemente marcadas por violência, exclusão e sofrimento familiar. A distribuição de materiais informativos ampliou o acesso a orientações, incentivando a busca por ajuda. No entanto, a resistência inicial ao diálogo representou um desafio. Esses resultados indicam a importância de ações educativas contínuas e da integração entre os serviços de saúde e assistência social. **CONCLUSÃO:** A educação em saúde é eficaz no combate ao uso abusivo de substâncias, demonstrando que intervenções baseadas na escuta ativa e disseminação de informações podem contribuir para a conscientização e prevenção de doenças, além de promover o cuidado humanizado como elemento central da enfermagem em saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: Alcoolismo; Tabagismo; Enfermagem; Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias.

EFEITOS DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS SOBRE INDICADORES DE SAÚDE MENTAL EM ADOLESCENTES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Camila Bernardino Guedes Amorim¹; Andreliza Pereira Felipe Matos¹; Ana Victoria Pereira Brito¹; Ana Luiza Lopes Lacerda¹; Camila Ruzza de Oliveira¹; Larissa Lima dos Santos¹; Thais Lima dos Santos¹; Gabriel Faria Correia²

¹Graduanda em Medicina pela União das Faculdades dos Grandes Lagos/ UNILAGO;

²Médico formado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)

E-mail do autor principal: camilla15amorim@gmail.com

INTRODUÇÃO: A adolescência representa uma fase marcada por intensas transformações físicas, emocionais e cognitivas. Nesse período, o amadurecimento do córtex pré-frontal exerce influência significativa sobre o comportamento, o que pode contribuir para sintomas como ansiedade, irritabilidade e instabilidade emocional. Nesse contexto, praticar regularmente atividades físicas associa-se à promoção da saúde mental, atuando na regulação do humor, elevação da autoestima e melhora da qualidade do sono. Evidências indicam o exercício físico como relevante para o bem-estar psicológico e pode funcionar como fator protetivo contra transtornos mentais comuns. No entanto, persistem lacunas na compreensão dos mecanismos envolvidos e eficácia das intervenções físicas em diferentes contextos.

OBJETIVO: Mensurar, fundamentado em estudos científicos, os efeitos da prática de atividade física sobre a saúde mental de adolescentes. **MÉTODOS:** Consiste em uma revisão de literatura. Foram utilizadas as bases SciELO e PubMed como mecanismos de busca de artigos científicos. Descritores utilizados foram “atividade física e saúde mental dos adolescentes” e “saúde mental e adolescência”. Foram selecionados três artigos que abordavam diretamente a associação entre prática de atividade física e saúde mental na adolescência. Os critérios de inclusão foram estudos voltados exclusivamente para essa faixa etária. Foram excluídos artigos que abordassem outras variáveis de saúde mental não relacionadas diretamente à atividade física. A seleção final foi baseada na relevância dos estudos para os objetivos propostos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Artigos analisados demonstraram que atividade física regular está associada à redução dos sintomas de ansiedade e depressão, melhora da autoestima, sono e bem-estar emocional. Indicaram menor prevalência de transtornos mentais em adolescentes ativos. Reforçam que o exercício melhora aspectos psicológicos e sociais, também associam atividade física na regulação dos sistemas neuroquímicos. Apesar dos benefícios, os estudos apontam desafios como baixa adesão, falta de apoio familiar e barreiras estruturais. A ausência de programas bem estruturados pode comprometer resultados esperados, sendo necessário considerar esses fatores em futuras intervenções. **CONCLUSÃO:** A prática de atividades físicas exerce papel relevante na promoção da saúde mental de adolescentes, contribuindo para o equilíbrio emocional e qualidade de vida. Sugere-se implementação de políticas públicas que incentivem práticas físicas regulares em ambientes escolares e comunitários, considerando estratégias para aumentar a adesão e reduzir barreiras.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência; Atividade física; Saúde mental.

REPERCUSSÕES DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR NA SAÚDE MENTAL DE PACIENTES PSIQUIÁTRICOS: UMA REVISÃO DE ESCOPO

João Paulo Barros Ibiapina¹; Joyce da Silva Sousa²; Eukália Pereira Rocha³; Márcia Astrês Fernandes⁴

¹Enfermeiro. Mestrando em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, Piauí, Brasil; ²Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, Piauí, Brasil; ³Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, Piauí, Brasil; ⁴Enfermeira. Pós-doutora em Enfermagem Psiquiátrica pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Professora Titular da UFPI. Bolsista Produtividade CNPq.

E-mail do autor principal: joaoibiapina@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO: A Reforma Psiquiátrica brasileira impulsionou o processo de desinstitucionalização, favorecendo o cuidado em liberdade. Embora necessária em determinados contextos, a internação psiquiátrica ainda levanta discussões sobre o impacto causado na saúde mental de pacientes institucionalizados. **OBJETIVO:** Mapear, na literatura científica, as repercussões da internação hospitalar na saúde mental de pacientes psiquiátricos. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão de escopo, elaborada com base no mnemônico PCC (População, Conceito e Contexto), sendo: População (P) pacientes psiquiátricos; Conceito (C) hospitalização; e Contexto (C) saúde mental. As buscas foram realizadas nas bases *MEDLINE* (via *PubMed*) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Também foi consultada a literatura cinzenta por meio do *Google Scholar* e da análise das referências dos estudos incluídos. Foram selecionados estudos primários, revisões, teses, dissertações e monografias, sem restrição quanto ao delineamento metodológico, idioma ou período de publicação. Excluíram-se editoriais, cartas ao editor, capítulos de livros, resumos de anais, protocolos de pesquisa e estudos que não abordassem diretamente o objeto de estudo. Por se tratar de um escopo, não foi avaliada a qualidade metodológica das produções incluídas, estando o foco centrado no mapeamento do conhecimento disponível sobre a temática. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram encontradas 178 produções indexadas em bases e bancos de dados. Após aplicados os critérios de inclusão e exclusão, bem como a análise da literatura cinzenta, 12 estudos fizeram parte desta revisão. Os resultados indicam que, no campo da saúde mental, a internação psiquiátrica configura-se como um fenômeno ambíguo, revelando tanto impactos negativos quanto potenciais benefícios. Por um lado, a hospitalização pode reforçar estigmas sociais, intensificar sentimentos de exclusão e comprometer a autonomia do sujeito, sobretudo quando realizada de forma compulsória ou em ambientes marcados por práticas desumanizadas e profissionais pouco capacitados. Essa realidade contradiz os princípios da Reforma Psiquiátrica, que preconiza o cuidado em liberdade e a desinstitucionalização. Por outro lado, reconhece-se que, quando conduzida por profissionais capacitados, de forma ética, planejada e centrada nas necessidades do usuário, a internação pode contribuir para a estabilização do quadro clínico, oferecer um ambiente de proteção em momentos de crise, possibilitar avaliações diagnósticas mais precisas e facilitar o acesso a uma equipe multiprofissional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A hospitalização psiquiátrica ainda sofre com estigmas e práticas desatualizadas, especialmente pela falta de capacitação dos profissionais. Nesse sentido, torna-se imprescindível fortalecer políticas públicas que qualifiquem os profissionais e integrem a internação à Rede de Atenção Psicossocial, conforme preconiza a Reforma Psiquiátrica.

PALAVRAS-CHAVE: Hospitalização; Paciente psiquiátrico; Saúde mental.

SOZINHOS NA MULTIDÃO: ANÁLISE DO SENTIMENTO DE SOLIDÃO ENTRE ESCOLARES E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE MENTAL EM FORTALEZA

José Helder Diniz Júnior¹; Aaron Macena da Silva²; Ricardo Hugo Gonzalez³; Raimunda Hermelinda Maia Macena⁴.

¹Pedagogo. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil; ²Filmmaker. Mestrando em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil; ³Educador Físico. Doutor em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil; ⁴Enfermeira. Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil .

E-mail do autor principal: helder.diniz090@gmail.com

INTRODUÇÃO: O sentimento de solidão entre adolescentes em contexto escolar é um marcador relevante de sofrimento psíquico, associado a quadros como: ansiedade, depressão e ideação suicida. Em contextos urbanos extremamente desiguais, como Fortaleza, essa experiência emocional ganha contornos ainda mais preocupantes, exigindo atenção das políticas públicas de saúde e educação, como o Programa Saúde na Escola (PSE). **OBJETIVO:** Analisar a prevalência e evolução do sentimento de solidão entre adolescentes do 9º ano em Fortaleza no período de 2009 a 2019, com base nos dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), e refletir sobre as respostas oferecidas pelo PSE no enfrentamento da saúde mental infantojuvenil. **MÉTODOS:** Estudo documental, com abordagem quantitativa, utilizando dados da PeNSE dos anos de 2009, 2012, 2015 e 2019. Foram realizadas análises descritivas e comparativas por sexo, tipo de escola e região. A análise foi complementada com a identificação de ações de saúde mental nos relatórios do Plano Plurianual (PPA) de Fortaleza. A pesquisa seguiu as normas da Resolução CNS nº 510/2016 e 466/2012. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Observou-se que há uma tendência de aumento no relato de sentimento frequente de solidão, com maior prevalência entre meninas e estudantes da rede pública. Em 2019, aproximadamente 31,2% dos adolescentes afirmaram sentir-se sozinhos com frequência. A associação foi mais forte em contextos com menor cobertura de ações do PSE voltadas à saúde mental. Os relatórios do Plano Plurianual evidenciaram baixa priorização de intervenções específicas para esse tema até o ano de 2019. **CONCLUSÃO:** O aumento do sentimento de solidão entre escolares de Fortaleza sinaliza que existe uma necessidade urgente de fortalecimento das ações de saúde mental no âmbito do PSE. Estratégias como a escuta qualificada, a promoção de vínculos afetivos e as atividades de convivência devem ser intensificadas, sobretudo em escolas que estejam em um contexto de maior vulnerabilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Solidão; Adolescência; Programa Saúde na Escola; Sofrimento psíquico.

EIXO TEMÁTICO

PSICOTRÓPICOS, PSICOTERAPIA
E TRATAMENTOS PSICOLÓGICOS

OBSTÁCULOS VISUALIZADOS NA MANUTENÇÃO DE UM GRUPO DE TABAGISMO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Filipe Augusto Alves Marques¹; Ana Karoline de Almeida Lima²

¹Graduado em Enfermagem e Residente em Saúde da Família pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto Velho, Rondônia, Brasil; ²Graduada em Enfermagem, pós graduada em Saúde da Mulher pela Universidade Regional do Cariri - URCA e Residente em Saúde da Família pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail do autor principal: lipealvesmarques1@gmail.com

Introdução: O tabaco se destaca como um problema de saúde pública que desencadeia dependência física, psicológica e comportamental, devendo aos serviços de saúde, como a Atenção Primária à Saúde (APS), delimitar métodos para incentivar a cessação do consumo. **Objetivo:** Apresentar as dificuldades experienciadas na realização do grupo de tabagismo. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência vivenciado no período entre março de 2024 e fevereiro de 2025 em grupos operativos destinados a cessação do tabagismo, nomeados como “Grupos de Tabagismo”, organizados pelas duas equipes matutinas de uma Unidade de Saúde da Família (USF) do estado de Rondônia. A estratégia empregada pelos profissionais consiste em duas etapas: inicialmente acontecem encontros mensais para todos os tabagistas, em espaços sociais nas microáreas do bairro (auditório de escola, salas de igreja), onde são realizadas educação em saúde sobre temas relacionados ao consumo tabagístico, e preenchida ficha de anamnese para avaliação da condição de dependência e grau de motivação para o tratamento; após a identificação de indivíduos aptos para seguimento, ocorrem grupos restritos no consultório, com abordagens individuais e prescrição de medicamentos não-nicotínicos e de reposição à nicotina, se necessário. **Resultados e discussão:** Durante o ano, foram planejadas estratégias para ampliar a adesão dos usuários, incluindo: convites na unidade, no território e por ligação telefônica àqueles notificados como tabagistas no prontuário eletrônico. Mensalmente, a presença não ultrapassou cinco usuários, sendo que geralmente os que compareciam não pertenciam ao território das equipes. Aos encontros fechados, é orientada a realização de seis sessões, inicialmente semanais, sendo acordado com os envolvidos que a ausência não justificada resultaria no afastamento do mesmo ao seguimento. Neste espaço, a oferta de Bupropiona, adesivos de nicotina e pastilhas foram meios escolhidos para auxiliar no tratamento, entretanto a baixa aceitação e a contínua desistência resultou em apenas 1 paciente conseguindo cessar o uso de tabaco a partir das metodologias empregadas. **Conclusão:** A percepção das terapias medicamentosas como principal forma de alcançar a cessação da dependência acompanhou o entendimento de grande parte dos envolvidos, que visualizavam os momentos iniciais com pouco fator de impacto às suas condições de consumo e que modificações sociais, emocionais e comportamentais não eram necessárias. Fatores logísticos da equipe, como dia, horário e local fixo podem ter prejudicado a procura e permanência dos participantes. Com os desafios vivenciados, é necessário estimular discussões para melhorias na abordagem, compreendendo estratégias não-farmacológicas e estímulo a mudanças de comportamento como essenciais para o tratamento.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde pública; Controle do tabagismo; Promoção da saúde.

SINERGIA TERAPÊUTICA: A EFICÁCIA DA ASSOCIAÇÃO ENTRE PSICOTRÓPICOS E PSICOTERAPIA NA SAÚDE MENTAL

Wesley Michel Silva Bolsoni¹; Lorena Soares de Oliveira²

¹Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, Rondônia, Brasil; ²Assistente Social. Mestra em Assessoria em Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – ISCAP, Porto, Portugal.

E-mail do autor principal: wesley.bolsoni@ifro.edu.br

INTRODUÇÃO: O tratamento dos transtornos mentais frequentemente exige uma abordagem multifatorial, combinando intervenções farmacológicas e psicoterapêuticas para maximizar os benefícios clínicos. Os psicotrópicos, como antidepressivos, ansiolíticos e antipsicóticos, atuam modulando neurotransmissores para alívio sintomático, enquanto a psicoterapia promove a reestruturação cognitiva e a resiliência emocional do paciente. Estudos demonstram que a associação entre psicofármacos e terapia cognitivo-comportamental (TCC) pode aumentar em até 70% as taxas de resposta terapêutica em pacientes com depressão maior. Para transtornos de ansiedade, a combinação de inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS) e terapia de exposição reduz a reincidência dos sintomas em cerca de 50% dos casos. No entanto, a adesão ao tratamento pode ser prejudicada por efeitos adversos dos fármacos e dificuldades no acesso à psicoterapia, especialmente em sistemas de saúde pública. Assim, é essencial compreender o impacto da integração dessas abordagens na efetividade dos tratamentos psiquiátricos. **OBJETIVO:** Este estudo busca avaliar a eficácia da combinação entre psicotrópicos e psicoterapia na abordagem dos transtornos mentais, identificando vantagens, desafios e impactos na adesão ao tratamento. **MÉTODOS:** Foi realizada uma revisão narrativa baseada em artigos científicos indexados nas bases de dados PubMed, SciELO e PsycINFO, publicados entre 2018 e 2023. Foram incluídos estudos que analisam a interação entre psicofármacos e psicoterapia na redução de sintomas psiquiátricos e na melhora da qualidade de vida. A seleção dos artigos seguiu critérios de relevância clínica, excluindo pesquisas com amostras reduzidas ou sem metodologia rigorosa. A análise comparativa dos dados permitiu identificar padrões de eficácia e limitações dessas estratégias terapêuticas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os achados reforçam que a combinação de psicoterapia e psicotrópicos supera o uso isolado de qualquer abordagem, especialmente para depressão e ansiedade. Estudos apontam que a taxa de remissão em pacientes depressivos tratados com ambos os métodos é 30% superior à daqueles que utilizam apenas fármacos. Além disso, intervenções psicoterapêuticas minimizam a necessidade de ajustes farmacológicos, reduzindo efeitos colaterais e riscos de dependência. Contudo, a falta de acesso a psicoterapeutas qualificados e a medicalização excessiva ainda representam desafios para a implementação desse modelo integrado. **CONCLUSÃO:** A abordagem combinada entre psicoterapia e psicotrópicos se destaca como estratégia eficaz no tratamento de transtornos mentais, otimizando os resultados terapêuticos e reduzindo taxas de recaída. A ampliação do acesso a serviços psicoterapêuticos e o uso racional de medicamentos são essenciais para aprimorar a assistência em saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: Psicofármacos; Terapia cognitivo-comportamental; Transtornos mentais; Eficácia terapêutica; Saúde mental.

EIXO TEMÁTICO

**SAÚDE MENTAL E
ENVELHECIMENTO**

EFEITOS DA ATIVIDADE FÍSICA NA SAÚDE MENTAL DE IDOSOS

Andreliza Pereira Felipe Matos¹; Ana Luiza Lopes Lacerda¹; Ana Victoria Pereira Brito¹;
Camila Bernardino Guedes Amorim¹; Camila Ruzza de Oliveira¹; Larissa Lima dos Santos¹;
Thais Lima dos Santos¹; Gabriel Faria Correia²

¹Graduanda em Medicina pela União das Faculdades dos Grandes Lagos/ UNILAGO;

²Médico formado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail do autor principal: andrelizamatos@hotmail.com

INTRODUÇÃO: O envelhecimento é um processo natural que envolve alterações fisiológicas, físicas, mentais, sociais e psicológicas, com fatores que geram limitações nas atividades dos idosos, impactando sua saúde emocional, principalmente com quadros de depressão. A atividade física é um importante aliado na melhoria da saúde mental dos idosos, com benefícios como a redução de estresse, tensão muscular e sintomas depressivos. No entanto, a prática regular de exercícios no envelhecimento enfrenta desafios, como a perda de mobilidade e dificuldades de acesso a serviços de saúde e inclusão social. **OBJETIVO:** Apontar fatores positivos relacionados à prática de exercícios físicos no processo de envelhecimento. **METODOLOGIA:** A pesquisa consiste em uma revisão integrativa da literatura, com busca nas bases SciELO e PubMed, utilizando os descritores “atividade física”, “saúde mental” e “idosos”. Os critérios de inclusão envolveram artigos que tratavam dos efeitos da atividade física na saúde mental de indivíduos acima de 60 anos, excluindo estudos relacionados a outras variáveis, como quedas, trabalho, lazer, uso da atenção primária e aspectos exclusivamente cognitivos. Foram analisados 34 artigos, resultando em uma amostra final de 5 estudos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os idosos sedentários apresentaram níveis mais altos de ansiedade e depressão em comparação com os fisicamente ativos. A implementação de programas de atividade física, como exercícios aeróbicos e caminhadas de 20 a 40 minutos, realizados de duas a três vezes por semana, mostrou-se eficaz na redução dos sintomas depressivos e de ansiedade. Atividades em grupo, como caminhadas ou danças, também proporcionaram benefícios físicos e psicológicos, além de promoverem integração social. Contudo, os principais desafios para a adesão à prática de exercícios incluem a perda de mobilidade e o desânimo entre os idosos já afetados pela depressão. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A atividade física desempenha um papel crucial na promoção da saúde mental dos idosos. No entanto, existem desafios relacionados à adesão e execução dessas atividades. A criação de programas comunitários adaptados, com sessões de 30 minutos realizadas duas a três vezes por semana e apoio da família e profissionais de saúde, é uma alternativa viável para aumentar o acesso dos idosos a práticas saudáveis e promover seu bem-estar integral.

PALAVRAS- CHAVE: Envelhecimento; Exercício físico; Psicológico.

ENVELHECIMENTO E SAÚDE MENTAL NA POPULAÇÃO HOMOSSEXUAL

Francisco Joaquim Martins de Sousa¹

¹Graduando em Psicologia pela Faculdade Católica de Rondônia (FCR), Pós-graduado em Neuropsicologia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), Pós-graduado em Psicanálise Clínica pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP), Pós-graduando em Psicologia Hospitalar e da Saúde pela Faculdade Iguazu, Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

E-mail do autor principal: psicologo.joaquimmartins@gmail.com

INTRODUÇÃO: O envelhecimento é um processo natural que envolve mudanças físicas, psicológicas e sociais. Para pessoas homossexuais, esse processo é marcado também por estigmas, discriminação e negligência. Ao longo da vida, muitas enfrentam preconceito por sua orientação sexual, e, na velhice, esse sofrimento tende a se agravar. A exclusão social, a ausência de políticas públicas inclusivas e o acesso limitado à saúde contribuem para o isolamento e o adoecimento, especialmente mental. Além disso, a orientação sexual e a identidade de gênero ainda são frequentemente ignoradas nos cuidados em saúde, reforçando a vulnerabilidade dessa população. **OBJETIVO:** Analisar os desafios da saúde mental no envelhecimento de homossexuais. **MÉTODOS:** Realizou-se uma revisão sistemática nas bases de dados LILACS e BDTD, com publicações em português dos últimos 10 anos, utilizando os descritores: envelhecimento AND saúde mental AND homossexuais. Dos 12 artigos encontrados, 7 foram excluídos por não abordarem diretamente o tema do estudo. Permaneceram 5 artigos após leitura integral. Reconhece-se como limitações a restrição de idioma e bases consultadas, o que pode ter gerado viés e comprometimento a amplitude dos resultados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os estudos indicam que Pessoas LGBTQIAPN+ idosas enfrentam desafios significativos, como depressão, isolamento e risco de suicídio, agravados por estigmas sociais e pela ausência de reconhecimento de suas vivências, o que reforça a exclusão. Homens gays idosos contam, majoritariamente, com redes de apoio informais, sendo amigos e parceiros, com pouco impacto da rede formal. Isso pode refletir nas políticas de saúde e resistência ao apoio institucional devido a experiências anteriores de discriminação. Durante a pandemia, observou-se um agravamento do isolamento e sofrimento psíquico nessa população. A invisibilidade do envelhecimento LGBTQIAPN+ é evidenciada por situações como viver só, ausência de rede de apoio e discriminação nos serviços de saúde. No entanto, essa invisibilidade varia conforme a interseccionalidade. Profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) por vezes reproduzem estigmas e invisibilizam a velhice LGBTQIAPN+, embora também associem a velhice a aspectos psicossociais positivos como autonomia e bem-estar. Por fim, Pessoas homossexuais na maturidade e velhice apresentam mais frequência a transtornos mentais em comparação aos heterossexuais; apesar disso tem melhor qualidade de vida no domínio social. **CONCLUSÃO:** O envelhecimento de pessoas homossexuais é caracterizado por desafios significativos relacionados à saúde mental e exclusão social. A escassez de estudos sobre o tema evidencia a invisibilidade dessa população. É essencial capacitar profissionais da ESF para oferecer atendimento mais inclusivo e criar programas comunitários para idosos LGBTQIAPN+, além de incentivar mais pesquisas acadêmicas que promovam políticas públicas inclusivas.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão em saúde; Orientação sexual; Velhice.

EIXO TEMÁTICO

**TRANSTORNOS MENTAIS E
PSIQUIÁTRICOS EMERGENTES**

ANSIEDADE E DEPRESSÃO ENTRE OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Brenda Manuela de Assis¹; Elisabeth Lima Dias da Cruz²

¹Graduanda em Enfermagem Pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - Uninassau Caruaru, Pernambuco, Brasil; ²Enfermeira. Doutora em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento (Neurociências) pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

E-mail do autor principal: brenda1421assis@gmail.com

INTRODUÇÃO: Às constantes mudanças de rotina e metas exigem adaptação contínua e têm contribuído para o aumento do sofrimento psíquico na sociedade. No contexto acadêmico, estudantes universitários, especialmente da área da saúde, mostram-se mais vulneráveis a transtornos como ansiedade e depressão, que comprometem sua qualidade de vida e desempenho em atividades acadêmicas, estágios e plantões. Dificuldades pessoais, como problemas econômicos, instabilidade de moradia e conflitos familiares, agrava esse cenário, afetando a saúde mental e refletindo negativamente nos estudos e na vida acadêmica.

OBJETIVO: Analisar a correlação entre os sintomas de ansiedade e depressão em estudantes universitários, bem como os prejuízos causados à sua saúde mental, qualidade de vida e desempenho acadêmico. **MÉTODOS:** Trata-se de um revisão integrativa da literatura, conduzida na base de dados LILACS, por meio da combinação dos descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH): “Ansiedade” AND “Depressão” AND “Estudantes”. Foram considerados elegíveis os artigos completos, redigidos em língua portuguesa e publicados no período de 2020 a 2025. Foram excluídos estudos duplicados, revisões de literatura e publicações que não apresentavam relação direta com o tema abordado. Após a aplicação dos critérios de seleção, foram incluídos cinco artigos para análise qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A análise dos dados revelou que os sintomas de ansiedade e depressão entre estudantes universitários estão relacionados a fatores como a distância entre a universidade e a moradia, a faixa etária dos graduandos e dificuldades financeiras. Em uma das pesquisas analisadas, 23,3% dos estudantes relataram o uso de ansiolíticos ou antidepressivos após o ingresso na universidade, evidenciando um impacto significativo do ambiente acadêmico na saúde mental. A distância entre a moradia e a universidade passou de 90 minutos e ficou associada a um nível de depressão mais grave em um estudo coletado. Outro dado relevante demonstrou que estudantes que afirmam não ter tempo para lazer apresentam 3,6 vezes mais chances de desenvolver sintomas de depressão moderada a grave. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Observa-se que os sintomas de ansiedade e depressão em estudantes universitários estão associados a fatores pessoais e acadêmicos, como dificuldades econômicas, problemas de transporte, ausência de apoio familiar, rendimento acadêmico e sobrecarga de estudos. Diante desse cenário, torna-se essencial a implementação de projetos institucionais voltados ao suporte e acompanhamento psicológico, além da promoção da saúde mental como um pilar fundamental durante a formação universitária.

PALAVRAS-CHAVE: Ansiedade; Depressão; Estudantes.

EIXO TEMÁTICO

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM SAÚDE MENTAL

DESAFIOS E ABORDAGENS NO ATENDIMENTO DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS EM SAÚDE MENTAL

Wesley Michel Silva Bolsoni¹; Lorena Soares de Oliveira²

¹Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, Rondônia, Brasil; ²Assistente Social. Mestra em Assessoria em Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – ISCAP, Porto, Portugal.

E-mail do autor principal: wesley.bolsoni@ifro.edu.br

INTRODUÇÃO: As urgências e emergências em saúde mental representam um desafio crescente para os sistemas de saúde em todo o mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), transtornos mentais afetam mais de 20% da população global em algum momento da vida, sendo que crises agudas, como surtos psicóticos, episódios de agitação severa e risco iminente de suicídio, frequentemente exigem intervenções emergenciais. Dados indicam que as emergências psiquiátricas correspondem a cerca de 12% dos atendimentos em unidades de emergência, sendo o risco de suicídio uma das principais demandas, com aumento de 30% nos últimos anos. No Brasil, a sobrecarga dos serviços de urgência, a escassez de profissionais capacitados e a falta de integração entre assistência psiquiátrica e outras especialidades comprometem o manejo adequado dessas crises. O atendimento rápido e eficaz, baseado em protocolos bem definidos, pode reduzir desfechos negativos, minimizar a hospitalização prolongada e evitar complicações graves. **OBJETIVO:** Este estudo visa analisar os desafios e estratégias no atendimento das urgências e emergências psiquiátricas, destacando a importância de protocolos clínicos padronizados e da capacitação profissional para manejo adequado dessas crises. **MÉTODOS:** Foi realizada uma revisão sistemática da literatura nas bases PubMed, SciELO e Lilacs, abrangendo artigos publicados entre 2017 e 2023 sobre manejo de urgências psiquiátricas, intervenção em crises suicidas e protocolos clínicos de atendimento. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os estudos analisados indicam que protocolos de atendimento psiquiátrico reduzem em até 40% a necessidade de internação prolongada. A implementação de equipes multiprofissionais especializadas melhora o desfecho dos pacientes e reduz complicações decorrentes do manejo inadequado. Estratégias como o uso de escalas de risco para avaliação do suicídio e treinamento de equipes de pronto atendimento aumentam a segurança dos pacientes e profissionais. No entanto, dificuldades como a falta de leitos psiquiátricos (déficit de 30% em algumas regiões) e o estigma em relação aos transtornos mentais ainda representam barreiras para uma assistência eficaz. **CONCLUSÃO:** A qualificação das equipes de atendimento e a adoção de protocolos específicos são fundamentais para a melhoria do manejo das emergências psiquiátricas. A integração entre serviços de saúde mental e outras áreas da assistência médica pode reduzir complicações, prevenir hospitalizações desnecessárias e melhorar o prognóstico dos pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Urgência psiquiátrica; Transtornos mentais graves; Crise suicida; Manejo clínico.

PESSOAS IDOSAS COM COMPORTAMENTO SUICIDA EM UM SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA HOSPITALAR

Sarah Fernanda Etges da Rosa¹

¹Graduada em psicologia pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail do autor principal: etgessarah@gmail.com

INTRODUÇÃO: As limitações físicas e fragilidades sociais associadas à velhice podem contribuir significativamente para o sofrimento psíquico de idosos, sobretudo quando não são reconhecidas. Esse sofrimento, muitas vezes silencioso, está associado ao desenvolvimento de quadros depressivos e, em situações extremas, ao comportamento suicida. A taxa de suicídio entre pessoas com mais de 70 anos é uma das mais elevadas globalmente e, no Rio Grande do Sul, a taxa de óbitos por suicídio é maior entre os idosos. **OBJETIVO:** Compreender as nuances do idoso com comportamento suicida em um serviço de Pronto Atendimento do interior do Rio Grande do Sul. **MÉTODO:** Trata-se de um relato de experiência, elaborado a partir de observações clínicas e atendimentos realizados por psicólogos residentes entre março e setembro de 2024, em um serviço de Pronto Atendimento. Os registros consideraram todos os casos de idosos com ideação ou tentativa suicida atendidos nesse período. Reconhece-se a limitação metodológica do estudo por não dispor de análise estatística nem controle de variáveis. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram identificados como principais fatores de risco: isolamento, falta de rede de apoio, perda do(a) companheiro(a), impulsividade, consumo de álcool e drogas, dificuldade econômica, exclusão social, dificuldade funcional, quadros demenciais e crônicos. Observou-se predominância de homens entre os atendidos, o que pode refletir um possível menor acesso das mulheres aos serviços de urgência. Muitos desses homens apresentaram conflitos relacionados à masculinidade tradicional, com episódios de agressividade contra terceiros. Os métodos mais recorrentes de autoagressão foram o enforcamento e o uso de objetos cortantes. Os idosos expressaram sentimentos de solidão, abandono, negligência e inutilidade, geralmente associados a um histórico de depressão crônica não tratada. A perda de papéis sociais, identidade e imagem corporal, além da diminuição das atividades de lazer e aumento da dependência funcional, intensificam os conflitos familiares. No contexto observado, o sofrimento psíquico dos idosos é frequentemente desconsiderado e negligenciado nos protocolos de atendimento de urgência. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Entre as estratégias de prevenção ao suicídio, inclui-se a capacitação de profissionais da saúde, principalmente os não especialistas em saúde mental, e de outras áreas, como da comunicação. No entanto, essas estratégias esbarram na falta de recursos, resistência institucional e escassez de políticas públicas integradas. A atuação da mídia deve ser orientada por princípios éticos para evitar a espetacularização do tema e contribuir com a educação da população. É fundamental promover abordagens comunitárias interdisciplinares, com foco em acolhimento, identificação precoce de riscos e acompanhamento contínuo. Iniciativas como grupos de apoio, atividades recreativas e projetos de participação ativa devem considerar as especificidades de gênero e contexto social para que sejam efetivas e inclusivas.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento suicida; Idoso; Urgência e emergência.

RESUMOS

EXPANDIDOS

A ALIENAÇÃO PRESENTE NA PERSONAGEM MACABÉA: UMA LEITURA PSICANALÍTICA DE *A HORA DA ESTRELA*

Erika Nayane Martins Marinho¹; Aléxia Élide Martins Marinho²

¹Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus FACISA, Santa Cruz, Rio Grande do Norte, Brasil; ²Graduada em Letras-Português e suas respectivas literaturas pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Caraúbas, Rio Grande do Norte, Brasil.

E-mail do autor principal: nayanemarinho2@gmail.com

RESUMO

O presente estudo analisa a personagem Macabéa, protagonista do romance *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector, sob a ótica da psicanálise. A pesquisa tem como objetivo compreender como a construção e o inconsciente da personagem moldam a sua experiência existencial. A metodologia adotada é qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em obras teóricas da literatura e da psicanálise, com destaque para os conceitos freudianos e lacanianos. A análise revelou que Macabéa representa um sujeito alienado e silenciado por estruturas sociais, cuja identidade é marcada pela ausência de desejo e pela impossibilidade de simbolização de sua dor. Em conclusão, o estudo destacou que sua trajetória reflete uma exclusão emocional e psíquica, resultando em uma saúde mental fragilizada. Essa análise aponta para a importância do reconhecimento e acolhimento emocional no cuidado da saúde psicológica, reforçando a necessidade de espaços que promovam a escuta e a validação das vivências individuais.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Psicanálise; Saúde mental; Subjetividade; Identidade

INTRODUÇÃO

A literatura e a psicanálise se enriquecem mutuamente, embora pertençam a campos distintos, ambas compartilham o interesse pela compreensão da subjetividade humana. Sob essa perspectiva, a literatura revela-se capaz de desvelar aspectos da psique humana que frequentemente escapam à consciência, trazendo à tona conflitos internos, desejos reprimidos e mecanismos de defesa. Tais elementos, ao emergirem no texto literário, podem ser analisados à luz da psicanálise, que oferece instrumentos teóricos para interpretar essas manifestações simbólicas do inconsciente. Yudith Rosenbaum (2012) destaca que a psicanálise oferece uma lente teórica que possibilita a leitura mais profunda dessas expressões literárias, ajudando a revelar camadas de significados que, sem o suporte da teoria psicanalítica, poderiam permanecer ocultas.

Freud já fazia alusões à literatura não apenas como referência cultural, mas como uma via legítima de acesso ao inconsciente e às dinâmicas psíquicas. Desde seus primeiros

escritos, atribuía aos escritores e poetas uma espécie de saber intuitivo sobre os mistérios da alma humana, antecipando descobertas que a psicanálise apenas viria a formalizar. Para ele, a literatura não servia apenas como ilustração de conceitos psicanalíticos, mas compartilhava com a psicanálise um mesmo solo: o da linguagem enquanto campo de significação e produção de sentido. Como afirma Freud, no trecho a seguir:

“Os escritores criativos são aliados muito valiosos, cujo testemunho deve ser levado em alta conta, pois costumam conhecer toda uma vasta gama de coisas entre o céu e a terra, com as quais a nossa filosofia ainda não nos deixou sonhar. Estão bem adiante de nós [...] no conhecimento da mente, já que se nutrem em fontes que ainda não tornamos acessíveis à ciência” (Freud, apud Kon, 1997, p. 18).

No entanto, embora Freud reconheça a literatura como forma legítima de acessar o inconsciente, é necessário refletir sobre os limites dessa leitura, sobretudo quando a complexidade literária resiste a encaixes interpretativos fixos, preservando sua polissemia e suas múltiplas possibilidades de sentido. A precariedade subjetiva de Macabéa não é apenas individual, mas resultado de uma inscrição violenta em discursos que a desautorizam e a tornam invisível. Sua alienação, assim, é simultaneamente simbólica e material, com suas raízes imersas em uma estrutura social que a exclui.

A partir dessa interação entre literatura e psicanálise, podemos realizar uma análise psicanalítica da obra *A Hora da Estrela*, publicada em 1977, de Clarice Lispector. Nessa obra, Clarice Lispector apresenta Macabéa, uma jovem nordestina marcada pela marginalização social, cujas necessidades emocionais e existenciais estão imersas em um inconsciente que se manifesta, por vezes, de forma fragmentada, silenciosa e confusa. Longe de ser apenas um sujeito passivo, Macabéa é uma construção literária cuja linguagem repetitiva e marcada por silêncios e incompreensões revela uma crise de subjetividade encenada na própria estrutura da obra.

A Hora da Estrela é um dos romances mais enigmáticos de Clarice Lispector. A história acompanha Macabéa, uma jovem órfã que deixa o Nordeste e vai ao Rio de Janeiro em busca de uma vida melhor, mas se depara com a invisibilidade social, a carência afetiva e a exclusão. A narrativa, conduzida por Rodrigo S. M., um narrador-personagem que oscila entre empatia e distanciamento, rompe com a linearidade tradicional e aborda temas como identidade, alienação, morte e vazio existencial. A subjetividade de Macabéa vai sendo revelada aos poucos, por meio de gestos mínimos, silêncios e repetições - indícios de um inconsciente que tenta se manifestar. A estrutura poética e fragmentada do romance oferece

um campo fértil para análises à luz da psicanálise, especialmente no que se refere à construção da protagonista.

Lispector rompe com os perfis femininos de suas obras anteriores, que retratavam mulheres solitárias, letradas e introspectivas. Ao escolher Macabéa, uma nordestina marginalizada, a autora desloca o foco para uma feminilidade inédita. Como observa Yudith Rosenbaum (2005), “os perfis de mulher até então trabalhados pelos romances claricianos focalizavam mulheres sozinhas, letradas, profissionais bem-sucedidas, voltadas para a própria subjetividade e solidão”.

OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo principal realizar uma análise psicanalítica da personagem Macabéa, do romance *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector, à luz dos conceitos fundamentais da teoria freudiana e lacaniana. Busca-se compreender de que maneira se dá a construção da personagem ao decorrer da narrativa. Pretende-se ainda discutir uma aproximação entre literatura e psicanálise na leitura da subjetividade.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e bibliográfico, cuja principal fonte de análise é o romance *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector, publicado em 1977. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir a imersão interpretativa no universo simbólico da obra literária e na subjetividade da personagem analisada. A análise foi conduzida a partir de referenciais teóricos da psicanálise de Sigmund Freud e Jacques Lacan. A seleção da obra justifica-se pela relevância literária e pelo potencial de expressar simbolicamente os impasses subjetivos vivenciados pela protagonista. O procedimento metodológico consistiu na leitura atenta e interpretativa do texto literário relacionando com conceitos psicanalíticos. Como não se trata de pesquisa empírica com sujeitos humanos, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Ainda assim, o trabalho observa os princípios éticos da pesquisa acadêmica, com rigor na análise e respeito às fontes utilizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em muitos aspectos, Macabéa representa o sujeito não reconhecido - por si e pelo outro - vivendo às margens das relações sociais e dos desejos pessoais. Sua subjetividade é demarcada por um apagamento simbólico - ela não sabe sobre si, não tem memórias afetivas dos pais, não elabora as suas emoções e não possui uma compreensão das dinâmicas sociais às quais está submetida, se satisfazendo com "o pouco". Vive como se estivesse fora de si, ou, talvez, nunca teve a percepção de que ela é uma pessoa. Em Freud (1900), pode-se pensar a personagem a partir da concepção freudiana de inconsciente - como aquilo que insiste e que retorna, se manifestando nas falhas, nos lapsos, nos atos falhos e nos sintomas.

Nesse sentido, as falas de Macabéa são fragmentadas e contraditórias, mas expressam uma verdade psíquica que escapa à lógica, como quando diz: "Eu vou ter tanta saudade de mim quando morrer" (Lispector, 1977, p. 53). Essa frase revela uma angústia existencial profunda, uma saudade de algo nunca vivido, negado desde sua constituição como sujeito. Macabéa vive em uma carência que a torna invisível e a impede de desejar ou imaginar um futuro diferente. Sua vida é marcada pela aceitação da miséria, o que a coloca em um "não-lugar", sem desejo ou ação. Essa condição é reflexo de sua alienação, expressa, por exemplo, em sua incompreensão diante da linguagem cotidiana: "Nessa rádio eles dizem essa coisa de cultura e palavras difíceis, por exemplo: o que quer dizer eletrônico?" (Lispector, 1977, pág. 50).

A escrita de Lispector provoca uma sensação de descontinuidade e de lacunas, algo que pode ser interpretado como uma representação da dificuldade da personagem em integrar suas experiências de forma coesa. A personagem não é capaz de expressar suas necessidades e desejos de forma clara, o que se reflete em sua fala e no seu comportamento. O estilo narrativo de Lispector, com suas quebras e oscilações, performa a alienação da protagonista, permitindo que o leitor sinta o caos interno e a ausência de um reconhecimento estável de si mesma.

Na perspectiva psicanalítica, especialmente em Freud e depois em Lacan, o sujeito é constituído na e pela linguagem - é a partir da nomeação, do reconhecimento pelo Outro, que o sujeito adquire existência simbólica. Quando algo não é simbolizado, ou seja, não encontra representação na linguagem, retorna sob a forma de mal-estar, de angústia, de um gozo que não cessa. Esse retorno do recaiado pode se manifestar através de sintomas, repetições ou falas aparentemente desconexas, como ocorre com Macabéa (Castro, 2009).

É nesse contexto que se insere a afirmação do narrador: “Ela falava, sim, mas era extremamente muda” (Lispector, 1977, p. 29). Ao trazer que Macabéa é “muda”, não é pela ausência de palavras, mas a ausência de escuta, de inscrição simbólica. Ela fala, mas suas palavras não têm efeito de sentido nem para si nem para os outros. Ela é silenciada mesmo quando tenta se expressar, como se sua voz não encontrasse lugar no discurso social. Sua linguagem, que falha, revela o fracasso de sua inserção no campo do Outro — aquele que nomeia, que acolhe e que dá existência subjetiva.

A dificuldade de Macabéa em articular suas emoções e desejos está intimamente ligada ao seu contexto de marginalização social. Sua linguagem é passiva, muitas vezes desinteressada, refletindo sua condição psíquica profundamente marcada pela exclusão social, marginalização e invisibilidade. A personagem revela uma intensa alienação e incompreensão diante do mundo que a rodeia. As informações que recebe, seja por meio do rádio, das falas alheias ou de sua própria vivência, parecem-lhe vagas, distantes e indecifráveis. Esse processo pode ser observado quando observamos as passagens em que ela trás a questão da religiosidade, que aparece desprovida de sentido pessoal para ela. Ela diz: “Agradecia a Deus, mas não sabia bem porquê” (Lispector, 1977).

O final trágico de Macabéa, atropelada logo após ouvir da cartomante que teria um futuro melhor, simboliza a ruptura entre o real e o simbólico. No momento em que ela vislumbra o desejo, sua vida se encerra. Esse instante reflete a impossibilidade de sua inserção no campo do Outro, onde, ao desejar, ela se conscientiza de sua subjetividade, mas é silenciada pela dura realidade. O atropelamento, além de físico, tem um caráter simbólico: ao tentar existir como sujeito desejante, ela é calada. A estrela mencionada no título, que talvez nunca tenha brilhado para Macabéa, representa o sonho de algo que foi negado a ela.

No entanto, a ausência de brilho de Macabéa é, por si só, um grito silencioso. Sua morte não é apenas a ruptura entre o real e o simbólico, mas também uma possível forma de libertação. Ao desejar, ainda que brevemente, ela experimenta uma subjetividade até então negada, um vislumbre de identidade e desejo. Dessa forma, sua morte pode ser vista não apenas como o fim de sua existência, mas como uma libertação de um sofrimento psíquico profundo, fruto de uma vida marcada pela falta de reconhecimento e afeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise psicanalítica da obra *A Hora da Estrela* permite acessar camadas profundas da subjetividade de Macabéa, revelando como sua constituição enquanto sujeito está marcada

por uma alienação da própria existência, silenciamentos, exclusões e uma linguagem fragmentada que expressa, paradoxalmente, o que não pode ser dito. A obra de Clarice Lispector se mostra um território fértil para o diálogo entre literatura e psicanálise, apresentando uma personagem cuja existência se desenrola no limiar entre o não saber e o não poder dizer, espaço esse em que o inconsciente se manifesta de forma mais evidente.

A partir dos conceitos freudianos e lacanianos, é possível perceber que a experiência de Macabéa vai além de sua condição social: ela personifica o sujeito desamparado, aquele que não encontra no Outro o reconhecimento necessário para se constituir simbolicamente. Sua linguagem truncada e seu apagamento subjetivo indicam uma vida marcada pela repetição, sem espaço para elaboração de sua própria existência. Macabéa é uma mulher pobre, nordestina, sem acesso à educação formal ou a espaços de escuta. Sua linguagem limitada é um sintoma direto de sua condição de vida — ela fala pouco, e quando fala, muitas vezes não é compreendida ou levada a sério. Como Lacan propõe, o sujeito se constitui no campo do Outro, e Macabéa nunca encontrou um Outro que a reconhecesse ou lhe oferecesse um espaço simbólico de existência.

Ao criar uma protagonista aparentemente “sem importância”, a autora oferece uma crítica contundente às formas de exclusão que operam tanto na ordem social quanto na estrutura psíquica, evidenciando os impactos negativos na saúde mental. Por fim, a leitura psicanalítica não apenas ilumina os mecanismos inconscientes que atravessam a personagem, como também convida o leitor a escutar aquilo que, nas margens do discurso, insiste em existir, mesmo que sob a forma de silêncio.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, J. C. L. O inconsciente como linguagem: de Freud a Lacan. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 7, n. 1-12, 2009.
- FREUD, S. **A interpretação dos sonhos**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Obras completas, v. 4-5). Obra original publicada em 1900.
- LISPECTOR, C. **A Hora da Estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- ROSENBAUM, Y. **Clarice Lispector: Folha Explica**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2005.
- ROSENBAUM, Y. Literatura e psicanálise: reflexões. **Revista FronteiraZ**, São Paulo, n. 7, 2011.
- ROSENBAUM, Y. Literatura e psicanálise: reflexões. **Revista FronteiraZ**, São Paulo, n. 9, p. 225-237, 2012.

A PSICODINÂMICA NO TRATAMENTO DO AUTISMO NA ADOLESCÊNCIA: UMA ABORDAGEM ENSAÍSTICA

Felipe Roberto Ribeiro Sampaio¹

¹Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

E-mail do autor principal: to.feliperoberto@gmail.com

RESUMO

INTRODUÇÃO: A adolescência no TEA impõe desafios específicos à clínica psicodinâmica, marcada por transformações identitárias e dificuldades de simbolização. A escuta deve ser não normativa, aberta à singularidade subjetiva. **OBJETIVO:** Refletir, sob perspectiva ensaística e psicodinâmica, os modos de escuta e intervenção clínica com adolescentes autistas. **METODOLOGIA:** Ensaio teórico-reflexivo sustentado na psicodinâmica psicanalítica. **DISCUSSÃO:** A adolescência acentua conflitos primários. O terapeuta deve acolher regressões, silêncios e ritmos singulares. A clínica é sustentada por uma ética da escuta e pela mediação entre o caos sensorial e a simbolização. **CONCLUSÃO:** A psicodinâmica propõe uma escuta que sustente a subjetivação e reconheça a alteridade do autismo, sem reduzi-lo a diagnósticos rígidos, favorecendo a emergência do sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência; Autismo; Escuta clínica; Psicodinâmica; Subjetivação.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), ao alcançar a adolescência, apresenta desafios singulares à clínica psicodinâmica. Trata-se de uma fase marcada por transformações identitárias, reestruturação das relações com o corpo, com os pares e com a autoridade parental. No caso de adolescentes com autismo, tais processos são atravessados por modos atípicos de simbolização, dificuldades de mentalização e rigidez nos vínculos com o outro, o que exige do campo psicoterapêutico a construção de escutas clínicas menos normativas e mais abertas à singularidade subjetiva (Sossin, 2015).

A clínica psicodinâmica se propõe a interpretar os sentidos inconscientes das manifestações comportamentais e emocionais. No caso do adolescente autista, o desafio não é interpretar em termos clássicos, mas oferecer um espaço transicional que favoreça a emergência de formas singulares de expressão, sustentando o paradoxo entre contenção e liberdade, silêncio e palavra, retraimento e presença.

Essa abordagem não visa à “cura” ou à normalização, mas à constituição de um lugar possível de subjetivação. A adolescência, enquanto momento crítico do desenvolvimento, convoca a escuta psicodinâmica para além da adaptação comportamental, priorizando a

elaboração psíquica dos conflitos e o reconhecimento da alteridade radical do sujeito autista (Manica, 2018).

No entanto, é necessário problematizar os limites dessa perspectiva diante das especificidades do TEA, especialmente no que tange à tensão entre a demanda por simbolização e as dificuldades comunicativas inerentes ao transtorno. A clínica psicodinâmica tradicionalmente fundamenta-se na fala e na interpretação simbólica, o que pode dificultar sua aplicação plena com adolescentes autistas que apresentam modos singulares de expressão e comunicação. Esse quadro suscita o questionamento sobre em que medida o enquadre psicanalítico pode ser adaptado sem perder sua essência, evitando a imposição de expectativas normativas que desconsiderem a experiência subjetiva desses sujeitos. É importante mencionar o contraste das críticas contemporâneas à psicanálise no autismo, que apontam para a necessidade de abordagens plurais e interdisciplinares, capazes de dialogar com as particularidades clínicas e sociais dos adolescentes com TEA, evitando assim uma visão restrita ou unilateral.

OBJETIVOS

Refletir, sob perspectiva ensaística e psicodinâmica, os modos possíveis de escuta e intervenção clínica com adolescentes autistas, enfatizando os atravessamentos do processo adolescente e os impasses da simbolização no campo da subjetividade autística.

METODOLOGIA

Este trabalho configura-se como um ensaio teórico-reflexivo fundamentado em referenciais da psicodinâmica de base psicanalítica, com foco na clínica psicodinâmica do adolescente com TEA. A metodologia ensaística permite a elaboração de hipóteses interpretativas e a proposição de caminhos clínicos possíveis a partir da articulação crítica entre teoria e prática, sem a pretensão de esgotar o tema ou validar empiricamente as propostas.

Reconhece-se que o formato ensaístico apresenta limitações, sobretudo pela ausência de dados empíricos, o que restringe a aplicabilidade imediata das reflexões para a prática clínica. Ademais, a ausência de uma revisão sistemática ou análise empírica impede a generalização das hipóteses formuladas. No entanto, o ensaio se propõe a contribuir para a

problematização e o aprofundamento teórico do tema, apontando tensões e caminhos que podem subsidiar pesquisas futuras e intervenções clínicas mais contextualizadas.

DISCUSSÃO

A adolescência no autismo apresenta-se, muitas vezes, como uma intensificação de conflitos primários não elaborados na infância, sobretudo no campo das relações objetais. A ruptura com os referenciais infantis e a emergência de demandas pulsionais mais complexas podem acentuar o retraimento ou provocar intensificações sintomáticas. A escuta psicodinâmica deve sustentar a possibilidade de regressão e de não resposta, oferecendo um enquadre suficientemente estável e responsivo para o trabalho clínico (Ramos, 1994).

O terapeuta, nesse contexto, não se posiciona como intérprete do enigma do autismo, mas como presença afetiva e continente psíquico. A contratransferência ganha centralidade como instrumento clínico, uma vez que o adolescente autista pode comunicar-se por vias não simbólicas. O manejo sutil das intensidades afetivas, o reconhecimento do ritmo do sujeito e o acolhimento do silêncio são dimensões fundamentais do trabalho.

A função terapêutica se amplia como mediação entre o mundo interno e o externo, entre o caos sensorial e a necessidade de forma. Ao invés de centrar-se na fala como única via de acesso à psique, à psicodinâmica considera os gestos, as repetições, as ausências e os afetos como manifestações legítimas do sofrimento e da busca de elaboração psíquica. A clínica, nesse registro, é menos uma técnica e mais uma ética da escuta (Cotta, 2010).

Apesar da ênfase na ética da escuta e no acolhimento das manifestações não simbólicas, a rigidez cognitiva e os padrões repetitivos característicos do TEA podem representar um limite significativo para os processos regressivos e para a emergência de novas formas de simbolização. Nesses casos, o terapeuta deve reconhecer que o avanço clínico pode não seguir trajetórias lineares nem se traduzir necessariamente em verbalizações tradicionais, exigindo adaptação contínua da escuta e das intervenções.

Essa condição impõe desafios singulares para a formação do terapeuta psicodinâmico, que precisa desenvolver sensibilidade para modos alternativos de comunicação e elaborar estratégias para manejar a contratransferência diante de manifestações afetivas intensas ou pouco convencionais. A ética da escuta, portanto, implica não só acolhimento, mas também resiliência clínica e flexibilidade metodológica, que podem ser cultivadas em espaços de supervisão e formação especializada.

Além disso, o atendimento psicodinâmico a adolescentes com TEA diferencia-se do trabalho com adolescentes neurotípicos justamente pela necessidade de reconhecer as especificidades sensoriais, cognitivas e comunicacionais do autismo. A mediação entre o caos sensorial e a construção de formas psíquicas requer intervenções que ultrapassam o uso exclusivo da linguagem verbal, incorporando elementos como o movimento, o ritmo e o espaço relacional. Exemplos clínicos, como o uso do jogo simbólico adaptado ou a interpretação de gestos e silêncios, ajudam a concretizar esse trabalho, evidenciando o papel da clínica psicodinâmica como um processo dinâmico e multifacetado, em constante negociação entre o estabelecido e o emergente na subjetividade do adolescente autista.

CONCLUSÃO

O tratamento psicodinâmico do autismo na adolescência exige a construção de um espaço clínico que acolha a alteridade sem reduzi-la a categorias diagnósticas rígidas. A adolescência representa uma janela de transformações possíveis, ainda que atravessadas por impasses singulares. A psicodinâmica, ao privilegiar a escuta da experiência subjetiva em sua densidade, oferece subsídios teóricos e clínicos relevantes para sustentar processos de simbolização e construção de sentido. Trata-se, sobretudo, de sustentar a presença e a escuta em territórios onde a palavra nem sempre se inscreve, mas onde o sujeito pode, ainda assim, emergir.

Embora a psicodinâmica ofereça um referencial valioso para a escuta da subjetividade na adolescência autista, é necessário reconhecer seus limites e desafios. A integração com abordagens multidisciplinares - que considerem aspectos neurobiológicos, sociais e corporais - pode ampliar o potencial clínico, evitando uma visão excessivamente interpretativa ou verbalista. Além disso, a escuta psicodinâmica deve ser continuamente problematizada para não marginalizar a dimensão sensorial e corporal do sujeito, especialmente relevante no TEA.

Pesquisa empírica que investigue os efeitos e as adaptações necessárias da psicodinâmica nesse contexto seria importante para validar e aprimorar suas hipóteses clínicas. Por fim, a clínica psicodinâmica com adolescentes autistas requer um equilíbrio entre a interpretação e o respeito pelo não-dito, mantendo-se aberta à singularidade e aos modos não convencionais de expressão, sem cristalizar modelos rígidos ou prescritivos. Essa postura crítica e dialógica é condição para avançar na construção de práticas terapêuticas mais sensíveis e efetivas.

REFERÊNCIAS

COTTA, J. A. **Memórias de um desterro: corporeidade na clínica contemporânea**. 2010. 165 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Orientador: Gilberto Safra.

MANICA, M. Do irrepresentável ao intersubjetivo: o caso de um adolescente autista de alto funcionamento. **The International Journal of Psychoanalysis**, v. 99, n. 1, p. 181-207, 2018.

RAMOS, E. A. Psicodinâmica das condutas adolescentes. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 16, n. 27/28, p. 31-50, jan./dez. 1994.

SOSSIN, K. M. Uma lente de mentalização informada pelo movimento aplicada à psicoterapia psicodinâmica de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista de alto funcionamento. **Journal of Infant, Child, and Adolescent Psychotherapy**, v. 14, n. 3, p. 294-310, 2015.

A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS EM IDOSOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Wesley Michel Silva Bolsoni¹; Lorena Soares de Oliveira²

¹Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, Rondônia, Brasil; ²Assistente Social. Mestra em Assessoria em Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – ISCAP, Porto, Portugal.

E-mail do autor principal: wesley.bolsoni@ifro.edu.br

RESUMO

INTRODUÇÃO: O envelhecimento populacional crescente traz desafios à saúde mental dos idosos, com aumento de transtornos como depressão, ansiedade e demência, influenciados por fatores como isolamento social e perda de autonomia. **OBJETIVO:** Revisar os transtornos mentais prevalentes em idosos e avaliar a eficácia da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) no tratamento desses transtornos. **MÉTODOS:** Revisão bibliográfica nas bases PubMed e Scopus, com artigos de 2010 a 2023, incluindo ensaios clínicos e estudos observacionais sobre transtornos mentais em idosos e a eficácia da TCC. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A TCC mostrou eficácia na redução de sintomas de depressão e ansiedade, com resultados comparáveis aos tratamentos farmacológicos. A combinação de TCC e antidepressivos obteve melhores resultados que o uso isolado de medicamentos. **CONCLUSÃO:** A TCC é eficaz no tratamento de transtornos mentais em idosos, melhorando significativamente a qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Envelhecimento; Transtornos Mentais; Terapia Cognitivo-Comportamental; Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno global crescente, com a previsão de que até 2050 a população com 60 anos ou mais triplicará, o que representa um desafio significativo para as políticas públicas e a saúde, especialmente no que tange à saúde mental dos idosos. A prevalência de transtornos mentais como depressão, ansiedade e demência aumenta consideravelmente com o envelhecimento, e fatores como isolamento social, perdas afetivas e redução da autonomia contribuem para o agravamento dessas condições.

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) tem se mostrado uma abordagem eficaz no tratamento desses transtornos, oferecendo uma intervenção não medicamentosa e com benefícios sustentados na melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos idosos. O objetivo deste estudo é revisar os principais transtornos mentais que acometem os idosos e avaliar a eficácia da TCC como abordagem terapêutica.

OBJETIVO

O presente estudo visa revisar os transtornos mentais mais prevalentes entre os idosos, com ênfase na depressão, ansiedade e demência, e avaliar a eficácia da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) no tratamento desses transtornos, destacando a importância da intervenção psicológica para a melhoria da saúde mental e qualidade de vida dos idosos.

MÉTODOS

Foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases de dados PubMed e Scopus, com artigos publicados entre os anos de 2010 e 2023. A seleção dos estudos incluiu ensaios clínicos randomizados, estudos observacionais e revisões sistemáticas que abordaram transtornos mentais comuns em idosos, como depressão, ansiedade e demência, e a eficácia da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) no manejo desses transtornos. Os critérios de inclusão foram: 1) estudos com indivíduos de 60 anos ou mais, 2) estudos que abordaram transtornos mentais prevalentes como depressão e ansiedade, 3) estudos que avaliaram a eficácia da TCC, e 4) estudos com ou sem comorbidades associadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da revisão demonstram que a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) tem eficácia comprovada na redução dos sintomas de depressão e ansiedade em idosos. A TCC oferece benefícios similares aos tratamentos farmacológicos, sendo considerada uma abordagem eficaz e não invasiva para tratar esses transtornos. Além disso, a combinação de TCC com antidepressivos foi identificada como particularmente eficaz, mostrando melhores resultados em relação ao uso isolado de medicamentos. A TCC contribui para a reestruturação cognitiva, ajudando os idosos a modificar padrões de pensamento negativos e a melhorar o enfrentamento de desafios emocionais e sociais. A literatura revisada também destaca que a TCC tem impacto positivo na autoestima e na percepção de controle sobre a vida, fatores frequentemente afetados pelo envelhecimento.

Estudos como o de Cuijpers *et al.* (2016) e Williams *et al.* (2018) reforçam esses achados, mostrando que a TCC não só reduz os sintomas de transtornos como depressão e ansiedade, mas também promove a independência e a funcionalidade do idoso. Dessa forma, a

TCC se posiciona como uma intervenção terapêutica valiosa no cuidado de idosos com transtornos mentais.

CONCLUSÃO

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) se apresenta como uma intervenção eficaz para o tratamento de transtornos mentais comuns em idosos, como a depressão e a ansiedade, e oferece benefícios significativos na melhoria da qualidade de vida desta população. Os estudos revisados indicam que a TCC é comparável, em eficácia, aos tratamentos farmacológicos e tem o diferencial de ser uma abordagem não medicamentosa. A combinação de TCC com antidepressivos tem mostrado melhores resultados, o que reforça a importância de um tratamento integrado. Diante dos resultados, conclui-se que a TCC é uma abordagem terapêutica essencial no manejo dos transtornos mentais na terceira idade, promovendo a saúde mental e o bem-estar dos idosos.

REFERÊNCIAS

BECK, A. T.; FERRIS, S. Cognitive Therapy for Depression in Older Adults: Review and Insights for Practice. **American Journal of Geriatric Psychiatry**, 2014.

CUJPERS, P.; KUEHNER, C.; LEIJTEN, P. The Efficacy of Cognitive Behavioral Therapy for Late-Life Depression: A Systematic Review and Meta-Analysis. **Journal of Affective Disorders**, 2016.

JACOBS, R.; MCGOLRICK, P. Efficacy of Cognitive Behavioral Therapy for Anxiety in the Elderly: A Systematic Review. **International Journal of Geriatric Psychiatry**, 2017.

MARTIN, M. *et al.* Cognitive-Behavioral Therapy for Depression in Older Adults: A Review of the Literature. **Clinical Gerontologist**, 2015.

WILLIAMS, S. *et al.* Cognitive Behavioral Therapy for Anxiety and Depression in Older Adults: A Meta-Analysis. **Psychology and Aging**, 2018.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE

Francisco Joaquim Martins de Sousa¹

¹Graduado em Psicologia pela Faculdade Católica de Rondônia (FCR), Pós-graduado em Neuropsicologia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), Pós-graduado em Psicanálise Clínica pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP), Pós-graduando em Psicologia Hospitalar e da Saúde pela Faculdade Iguazu, Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

E-mail do autor principal: psicologo.joaquimmartins@gmail.com

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Atenção Primária à Saúde é o principal modelo de cuidado do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo a porta de entrada da população ao sistema. A atuação do(a) psicólogo(a) nesse contexto representa um avanço na promoção da saúde mental, ainda que enfrente desafios. **OBJETIVOS:** Analisar os desafios e as estratégias de atuação do psicólogo na APS. **MÉTODOS:** Revisão sistemática de artigos publicados entre 2020 e 2025, nas bases LILACS e SciELO, utilizando os descritores: “psicólogo” AND “saúde mental” AND “atenção primária”. Após aplicação dos critérios, foram analisados sete artigos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A atuação do psicólogo enfrenta desafios como sobrecarga e fragmentação, mas se destaca por sua criatividade, escuta qualificada e articulação entre equipes. Os estudos reforçam sua importância na atenção psicossocial e nas práticas interdisciplinares. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que sua presença na APS é essencial contribuindo com escuta qualificada e articulação do cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção primária; Saúde mental; Psicologia.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Atenção Primária à Saúde (APS), também conhecida como Atenção Básica, é um modelo de cuidado acessível, coordenado, abrangente e contínuo, voltado à prevenção de doenças e à promoção da saúde. A Estratégia Saúde da Família (ESF), como principal orientadora da APS, busca garantir um cuidado integral e contínuo à população e se destaca pela presença nos territórios, permitindo um conhecimento aprofundado das realidades e vulnerabilidades locais. A APS é, portanto, a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e coordena o cuidado na Rede de Atenção à Saúde (RAS).

A inserção da Psicologia na Atenção Primária à Saúde tem contribuído para o fortalecimento das equipes e para uma abordagem mais integral das demandas dos usuários. No entanto, essa atuação ainda é permeada por desafios, como a compreensão limitada de seu papel por parte de alguns profissionais e usuários. Apesar da histórica relação da Psicologia

com a saúde pública, a inserção dos psicólogos na APS ocorre, em muitos casos, por meio de Programa de Residência Multiprofissional em Saúde, ou processo seletivo específicos.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2011), a ausência de reconhecimento da prática psicológica nas políticas públicas compromete tanto a qualidade do atendimento quanto a formulação de políticas em saúde. A presença do profissional da psicologia, por sua capacidade de escuta e compreensão dos aspectos subjetivos envolvidos nos fenômenos sociais, contribui para a promoção dos direitos humanos e a qualificação do cuidado.

Outro marco importante para a inserção do profissional de psicologia na APS é a proposta da clínica ampliada, que valoriza a escuta das experiências dos usuário e a interdisciplinaridade. Esse modelo favorece a redução de estigmas e promover uma atenção mais humanizada e integral. Apesar dos obstáculos ainda enfrentados, a atuação do psicólogo, oferece novas possibilidades e reforça a necessidade de reconhecer a inseparabilidade entre sofrimento físico e mental no contexto do trabalho em saúde.

Além disso, quando inserido no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), o psicólogo contribui para construção coletiva de resposta eficientes às diversas demandas de saúde mental existente em um território, tanto em nível individual quanto coletivo.

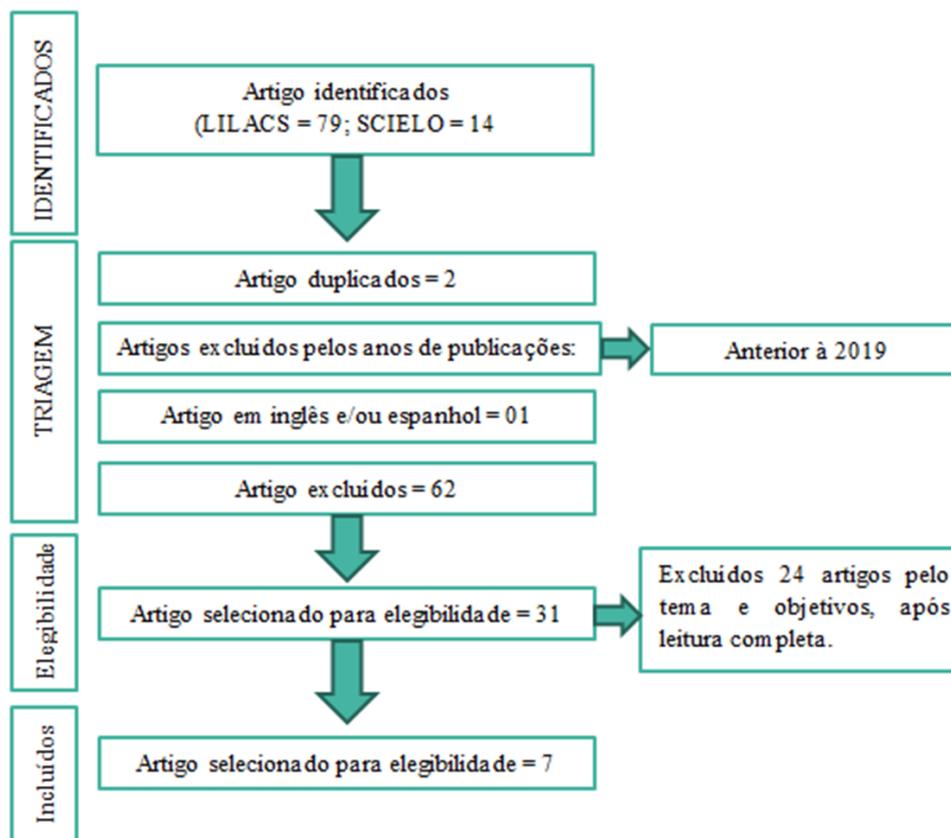
OBJETIVO

Analisar os desafios e as estratégias de atuação do psicólogo na APS.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de sistemática realizada com artigos científicos nacionais publicados nas bases de dados LILACS e SCIELO. Foram considerados artigos originais, a partir dos descritores: (psicólogo AND saúde mental AND atenção primária). Os critérios de inclusão foram: artigos originais publicado entre 2019 e 2025, com artigos e dissertação na íntegra; idioma português; artigo completos disponível para download; artigo relacionada a tema e objetivo. Como critério de exclusão foi retirado todos os artigos que não estava em conformidade com a inclusão. Foram selecionados para leitura completa 31 artigos, sendo 24 artigos excluído e 7 incluídos no estudo. O fluxograma (figura 1) mostra as etapas realizadas.

Figura 1: Fluxograma dos artigos



Fonte: Autor (2025)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos utilizados para a pesquisa revelam a complexidade da atuação do profissional de psicologia na Atenção Primária à Saúde (APS), evidenciando desafios e potências desta prática nos campos da APS. É possível observar através dos estudos que os profissionais enfrentam sobrecarga e fragmentação dos cuidados, mesmo assim a atuação deste profissional se destaca pela inovação e criatividade, que se alinha com o princípio da atenção psicossocial.

Os autores Darzé e Oliveira (2022), relatam sua experiência, demonstrando como o psicólogo pode contribuir para articulação dos cuidados, enfrentando alguns desafios como falta de integração com outras unidades de saúde e a fragmentação do cuidado. D'Assunção *et al.* (2021), no contexto do Programa Bem Viver, identificam a ambiguidade da rede de

atenção, embora atue de forma essencial na saúde mental, ainda carece de articulação intersetorial e apresenta modelo de atendimento predominantemente clínico individual.

Outros autores, como Franco *et al.* (2019), evidenciam como a escuta psicológica pode identificar a relação entre sofrimento psíquico e a desigualdade de gênero, em especial a mulheres, ressaltando a importância de práticas que abordem questões de gênero no cuidado. Já Alaion e Machado (2020), mostra que uma estratégia grupal como a Rodinha de Conversa, para romper com lógica de triagem diagnóstica e favorecer o cuidado compartilhado, proporcionando uma escuta mais ampla e acolhedora.

Os estudos de Godoi *et al.* (2020), apontam que a atuação dos psicólogos na APS favorece a articulação entre as equipes, evidenciando a importância do matriciamento. Tendo esse profissional sua presença forte articulação entre os níveis de atenção, enquanto a produção psiquiátrica está mais alinhada ao modelo biomédico, o que diminui o impacto do matriciamento. Medeiros (2020), destaca o papel histórico do psicólogo na APS e os desafios e potencialidade dessa prática, evidenciando a importância da psicologia como sendo essencial no trabalho em equipe multiprofissional.

Por fim, o estudo de Alves *et al.* (2019), ao analisar a atuação do psicólogo no NASF em um município brasileiro, traz a contribuição da prática psicológica em três dimensões: sanitária, técnico-pedagógica e clínico-assistencial. O estudo reforça que embora a demanda por saúde mental seja grande, a atuação do psicólogo abrange várias práticas.

CONCLUSÃO

Os estudos analisados evidenciam o avanço da inserção do profissional de psicologia na Atenção Primária à Saúde (APS), mas também apontam desafios para sua consolidação, como a falta de formação específica dos profissionais de saúde, a sobrecarga de trabalho dos psicólogos e a fragilidade nas práticas interdisciplinares. Para superar esses desafios, é fundamental implementar políticas públicas que possibilitem a inclusão permanente dos psicólogos na APS, além de alternativas temporárias como processos seletivos ou residências multiprofissionais.

Além disso, para uma inserção eficaz da psicologia na APS, seria importante a criação de programas de formação continuada para profissionais da APS, com objetivo de promover a integração da psicologia nas equipes de saúde. Essa integração permitiria a construção dos espaços colaborativos que possibilitassem a articulação de saberes e práticas entre toda equipe, resultando em um ambiente acolhedor e acessível para os usuários.

Por fim, observa-se que o psicólogo exerce um papel fundamental na APS, desde a escuta atenta e qualificada dos sofrimentos psíquicos até articulação entre as equipes, promovendo uma abordagem que reconhece o sujeito enquanto usuário de um sistema de saúde, especialmente considerando que a APS é a porta de entrada para o SUS.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. B.; BRUNING, N. DE O.; KOHLER, K. C. “O Equilibrista”: atuação do psicólogo no NASF no Vale do Itajaí. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. e186600, 2019.
- ALAION, A. R.; MACHADO, A. M. Narrativas do cuidado a crianças em um NASF: a estratégia rodinha de conversa. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, p. e236673, 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Senhoras e senhores gestores de saúde, como a psicologia pode contribuir para o avanço do SUS**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2011.
- DARZÉ, G. C.; OLIVEIRA, G. M. Acolhimento de pessoas em sofrimento psíquico intenso em uma unidade básica de saúde: relato de um psicólogo residente. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, Brasil, v. 12, p. e5203, 2023.
- D’ASSUNÇÃO, O. T.; DALLA VECCHIA, M.; SANTOS, T. G. C. Programa bem viver: saúde mental, atenção básica e seus analisadores em pequenos municípios. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, n. 74, e019, 2022.
- FRANCO, M. H. C. *et al.* Desigualdade de gênero e escuta Psi de mulheres atendidas na Atenção Básica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. e225110, 2021.
- GODOI, L. P. S. *et al.* Apoio matricial como ferramenta da articulação entre atenção básica e Caps: o que os dados secundários mostram?. **Saúde em Debate**, v. 44, n. spe3, p. 128–143, out. 2020.
- MEDEIROS, R. H. A. Psicologia, saúde e território: experiências na Atenção Básica. **Psicologia em Estudo**, v. 25, p. e43725, 2020.

DESIGUALDADE SOCIAL COMO DETERMINANTE DE TRANSTORNOS MENTAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS DISPARIDADES NO ACESSO E NA PREVALÊNCIA DE DOENÇAS PSÍQUICAS

Alanna Brito Cunha¹; Elisangela da Silva Brito²

¹Graduanda em Medicina pelo Universidade Tiradentes, Aracaju, Sergipe, Brasil; ²Enfermeira pela Universidade Federal de Sergipe.

E-mail do autor principal: britoalanna04@gmail.com

RESUMO

INTRODUÇÃO: As desigualdades sociais são determinantes críticos da saúde mental, influenciando a prevalência de transtornos mentais e o acesso a tratamentos. No Brasil, marcado por profundas disparidades socioeconômicas, populações vulneráveis enfrentam barreiras significativas ao cuidado em saúde mental. Este estudo investiga a relação entre desigualdades sociais e transtornos mentais, visando subsidiar políticas públicas mais equitativas. **OBJETIVOS:** Relacionar desigualdades sociais e a prevalência de transtornos mentais, com foco em populações vulneráveis e no contexto brasileiro. **MÉTODOS:** Estudo misto, com revisão sistemática da literatura e análise de dados (DATASUS). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Desigualdades sociais, como baixa renda e escolaridade, associaram-se à maior prevalência de depressão e ansiedade. Esses achados reforçam a necessidade de políticas intersetoriais e integração da saúde mental na atenção primária. **CONCLUSÃO:** O estudo evidenciou a relação entre desigualdades sociais e transtornos mentais, destacando a urgência de intervenções direcionadas a populações vulneráveis.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade social; Transtornos Mentais; Prevalência.

INTRODUÇÃO

Hodiernamente, é vivenciado o aumento do índice de adoecimento mental na população. Dessa maneira, diversos estudos buscam entender sua fisiopatologia e os fatores de risco associados. Desse modo, os determinantes sociais - desigualdade econômica, raça, orientação sexual, acesso à educação e à rede de apoio especializada - aumentam os índices de estresse crônico, os quais estão intimamente relacionados à prevalência de transtornos mentais, além de reduzir de maneira drástica o acesso ao conhecimento sobre o que são tais transtornos, como tratá-los e preveni-los. Portanto, essas desigualdades perpetuam ciclos de exclusão e agravam o sofrimento psíquico, tornando-se um problema de saúde pública urgente.

Além disso, a literatura revela que as desigualdades sociais, como a falta de acesso a serviços de saúde e a educação de qualidade, têm impacto direto no aumento da prevalência de doenças mentais, como a depressão e a ansiedade (Souza, 2020). A segregação social

impõe desafios adicionais, como o estigma em torno das doenças psíquicas e a marginalização de grupos vulneráveis, o que dificulta ainda mais a busca por tratamento adequado (Santos, 2019). Dessa forma, é necessário abordar a saúde mental de maneira integrada, considerando as condições socioeconômicas e o acesso desigual aos serviços de saúde.

A desigualdade social no Brasil, com forte relação com as disparidades econômicas, educacionais e de acesso à saúde, é um dos fatores que mais agrava a situação dos transtornos mentais (Gomes, 2021). A alta taxa de desemprego, a pobreza e as condições de moradia inadequadas são aspectos que afetam diretamente a saúde mental de indivíduos em condições socioeconômicas mais desfavorecidas. Portanto, a compreensão do impacto das desigualdades sociais na saúde mental é fundamental para a formulação de políticas públicas eficazes e inclusivas.

OBJETIVOS

Nesse viés, o presente trabalho objetiva analisar a relação entre desigualdades sociais e a prevalência de transtornos mentais, com ênfase em populações minoritárias no Brasil. A partir dessa análise, busca-se compreender como fatores como renda, educação, gênero e raça influenciam o desenvolvimento e a persistência de transtornos mentais, bem como o acesso a serviços de saúde mental.

MÉTODOS

Logo, visando alcançar os referidos objetivos, foi realizada uma revisão sistemática da literatura em bases de dados como SciELO e DATASUS, sendo selecionados artigos entre 2018 e 2023 que abordam o referido tema de maneira atual. Para a revisão, foram utilizados os descritores: "desigualdade social", "transtornos mentais", "saúde mental no Brasil". A pesquisa incluiu artigos que abordam especificamente o contexto brasileiro e os impactos da desigualdade social sobre as populações vulneráveis. O critério de inclusão foi a publicação de estudos entre 2018 e 2023 que tratassem de transtornos mentais em populações com diferentes condições socioeconômicas, considerando também a diversidade de raça, gênero e local de residência. Os critérios de exclusão foram: artigos que não tratassem do Brasil ou que não abordassem as questões sociais relacionadas à saúde mental. Além disso, a análise de dados secundários foi realizada utilizando as bases de dados públicas do DATASUS, com

ênfase nas informações sobre a prevalência de doenças mentais em diferentes grupos socioeconômicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sob essa perspectiva, os resultados deste estudo evidenciaram uma forte associação entre desigualdades sociais e a prevalência de transtornos mentais, corroborando achados de pesquisas nacionais e internacionais. A análise dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 revelou que indivíduos de baixa renda apresentam uma prevalência de depressão 2,5 vezes maior em comparação com aqueles de maior poder aquisitivo. Além disso, a escolaridade mostrou-se um fator protetor significativo: pessoas com ensino fundamental incompleto tiveram taxas de ansiedade 30% superiores às daquelas com ensino superior (Brasil, 2021).

Ademais, as populações negras e periféricas também foram identificadas como grupos particularmente vulneráveis. Dados indicaram que apenas 30% dos indivíduos negros com transtornos mentais receberam tratamento adequado, em comparação com 50% dos brancos. Essa disparidade reflete barreiras estruturais, como a falta de serviços de saúde mental em áreas periféricas e o estigma associado aos transtornos psiquiátricos. Além disso, fatores como desemprego e insegurança alimentar foram associados a um aumento de 40% na incidência de transtornos mentais graves, como esquizofrenia e transtorno bipolar (Lund *et al.*, 2020).

Por fim, o estudo identificou lacunas significativas no acesso a serviços de saúde mental. Apenas 20% dos municípios brasileiros possuem Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e a distribuição desses serviços é desigual, com maior concentração nas regiões Sul e Sudeste. Essa desigualdade geográfica limita o acesso de populações rurais e do Norte/Nordeste, perpetuando ciclos de exclusão e sofrimento psíquico a populações que já se encontram em situação de acometimento social e/ou econômico.

CONCLUSÃO

Por esse viés, o presente estudo deixa evidente a intrínseca relação entre vulnerabilidade social e acometimento mental. Os resultados apontam para a necessidade urgente de políticas públicas que reduzam barreiras ao acesso a serviços de saúde mental, como a expansão de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a integração da saúde mental

na atenção primária, já que esta é a porta de entrada para todo cidadão brasileiro. Apesar das limitações, como a dependência de dados secundários, o estudo contribui para a compreensão das desigualdades em saúde mental no Brasil, reforçando a importância de ações integradas e compromisso político para promover equidade e bem-estar psicológico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

GOMES, L. M. Impactos das desigualdades sociais na saúde mental no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Pública**, v. 55, n. 1, p. 110-118, 2021.

LUND, C.; DE SILVA, M.; PATERSON, M. Desigualdade social e saúde mental no Brasil: revisão de estudos recentes. **The Lancet Psychiatry**, v. 7, n. 12, p. 1079-1085, 2020.

SANTOS, A. R. O estigma e as barreiras no tratamento de transtornos mentais em populações vulneráveis. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, p. 20-30, 2019.

SOUZA, T. S. Desigualdade econômica e sua influência nos transtornos mentais no Brasil. **Jornal Brasileiro de Saúde Mental**, v. 45, n. 2, p. 135-142, 2020.

ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL: IMPACTOS E DESAFIOS PARA A POPULAÇÃO GERAL

Wesley Michel Silva Bolsoni¹; Lorena Soares de Oliveira²

¹Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, Rondônia, Brasil; ²Assistente Social. Mestra em Assessoria em Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – ISCAP, Porto, Portugal.

E-mail do autor principal: wesley.bolsoni@ifro.edu.br

RESUMO

INTRODUÇÃO: A saúde mental é essencial para o bem-estar, sendo os transtornos mentais, como depressão e ansiedade, prevalentes globalmente. No Brasil, 9,3% dos adultos sofrem de ansiedade e 5,8% de depressão, gerando elevados custos socioeconômicos. **OBJETIVO:** Analisar estratégias de prevenção e promoção da saúde mental, identificar fatores de risco e proteção, e avaliar a efetividade de políticas públicas e programas comunitários. **MÉTODOS:** Revisão sistemática da literatura nas bases PubMed e Scopus, com artigos entre 2014 e 2023 sobre programas de prevenção em escolas, ambientes de trabalho e comunidades. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Programas escolares podem reduzir até 25% os índices de depressão e ansiedade, e intervenções psicossociais no trabalho diminuem o burnout em até 30%. A integração da saúde mental à atenção primária reduz a progressão dos transtornos em 20%. **CONCLUSÃO:** A prevenção e promoção da saúde mental são essenciais para melhorar a qualidade de vida e reduzir transtornos mentais.

PALAVRAS-CHAVE: Prevenção; Promoção da saúde mental; Transtornos mentais; Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A saúde mental é um dos principais determinantes do bem-estar humano, afetando diretamente a qualidade de vida, a produtividade no ambiente de trabalho, e as interações sociais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 10% da população mundial seja afetada por transtornos mentais, sendo a depressão e os transtornos de ansiedade as condições mais prevalentes. No Brasil, os transtornos de ansiedade afetam cerca de 9,3% dos adultos, enquanto a depressão atinge 5,8% da população. Além das repercussões individuais, esses transtornos têm um impacto socioeconômico significativo, resultando em custos elevados para os sistemas de saúde, absenteísmo e redução da produtividade.

Em face desse cenário, a prevenção e a promoção da saúde mental surgem como estratégias cruciais para reduzir a prevalência de tais transtornos, ao fortalecer fatores de proteção e minimizar os riscos. No entanto, as desigualdades no acesso aos serviços de saúde,

o estigma associado ao cuidado da saúde mental, e a falta de investimentos públicos são obstáculos significativos para a adoção dessas estratégias de forma ampla e eficaz.

OBJETIVO

O objetivo deste estudo é examinar as estratégias de prevenção e promoção da saúde mental, avaliando suas abordagens, fatores de risco e proteção, e o impacto das políticas públicas e programas comunitários voltados para a saúde mental. Este estudo também tem como meta avaliar as intervenções não farmacológicas que visam a promoção do bem-estar psicológico e a prevenção de transtornos mentais, com foco em escolas, ambientes de trabalho e comunidades. A análise busca contribuir para a compreensão da eficácia dessas estratégias e identificar barreiras para sua implementação, além de propor soluções para sua ampliação.

MÉTODOS

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura nas bases de dados PubMed, Scopus, Google Scholar e SciELO, com foco em artigos publicados entre 2014 e 2023. O objetivo foi identificar estudos que abordassem programas de prevenção e promoção da saúde mental em populações específicas, como escolares, trabalhadores e comunidades em geral.

Os critérios de inclusão envolveram:

- a. Artigos publicados em português, inglês ou espanhol;
- b. Estudos empíricos (quantitativos e qualitativos) que abordassem intervenções psicossociais e/ou educacionais voltadas à saúde mental;
- c. Pesquisas que explorassem a integração da saúde mental na atenção primária à saúde;
- d. Artigos que apresentassem resultados mensuráveis, especialmente na redução de sintomas de transtornos mentais e/ou melhoria de indicadores de bem-estar mental;
- e. Estudos com relevância para a análise de políticas públicas em saúde mental.

Os critérios de exclusão foram:

- a. Artigos de revisão sem análise crítica dos dados primários;
- b. Relatos de caso isolados;
- c. Estudos que não tratassem diretamente de programas preventivos ou promotores de saúde mental;
- d. Publicações duplicadas entre bases.

Foram utilizadas as seguintes palavras-chave (em português e inglês, adaptadas conforme a base de dados): “saúde mental” / “mental health”; “promoção da saúde” / “health promotion”; “prevenção” / “prevention”; “intervenção psicossocial” / “psychosocial intervention”; “atenção primária” / “primary care”; “políticas públicas” / “public policies”.

Após a triagem inicial de títulos e resumos, foram analisados 113 artigos na íntegra, dos quais 47 atenderam a todos os critérios e foram incluídos na análise final. A seleção seguiu as recomendações do PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados revelou que programas de promoção da saúde mental têm demonstrado impactos positivos significativos em diferentes contextos. Em ambientes escolares, intervenções psicológicas preventivas, como educação emocional, apoio psicológico e práticas de mindfulness, mostraram-se eficazes na redução de sintomas de depressão e ansiedade entre adolescentes. Uma meta-análise abrangente identificou efeitos positivos pequenos, porém significativos, com tamanhos de efeito de $g = 0,21$ para depressão e $g = 0,18$ para ansiedade imediatamente após as intervenções, abrangendo 118 ensaios clínicos randomizados com mais de 45.000 participantes.

Nos locais de trabalho, intervenções psicossociais voltadas à gestão do estresse, suporte psicológico e promoção do bem-estar contribuíram para a diminuição da incidência de burnout. Um estudo avaliando um programa de intervenção cognitivo-comportamental em ambientes ocupacionais observou reduções significativas nos níveis de exaustão, cinismo e sentimento de inadequação entre os participantes, indicando a eficácia dessas intervenções na melhoria do bem-estar psicológico dos trabalhadores.

No âmbito da atenção primária, a integração de ações de saúde mental aos serviços básicos contribuiu para o aumento da detecção precoce de transtornos mentais, permitindo intervenções mais eficazes e evitando a progressão para quadros mais graves. Embora estudos específicos sobre a redução percentual da progressão de transtornos mentais na atenção primária sejam limitados, a Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que a integração da saúde mental na atenção primária é fundamental para melhorar o acesso aos cuidados e reduzir a carga de doenças mentais.

Tabela 1: Efeitos de intervenções em saúde mental em diferentes contextos

Contexto	Tipo de Intervenção	Resultado Observado	Fonte
Escolas	Educação emocional, mindfulness, apoio psicológico	Redução média de sintomas: depressão (g = 0,21); ansiedade (g = 0,18)	Bastounis <i>et al.</i> , 2021 (PubMed)
Ambientes de trabalho	Intervenções psicossociais, programas de bem-estar	Redução nos níveis de burnout (exaustão, cinismo, ineficácia)	Tan <i>et al.</i> , 2019 (PubMed)
Atenção primária	Integração da saúde mental nos serviços de atenção básica	Aumento da detecção precoce de transtornos mentais	OMS; Chisholm <i>et al.</i> , 2016 (Cambridge)

Fonte: Compilado pelo autor com base em Bastounis *et al.*, 2021; Tan *et al.*, 2019; Chisholm *et al.*, 2016.

Apesar dos benefícios, os estudos também destacaram desafios recorrentes à implementação dessas estratégias. A escassez de profissionais capacitados, o estigma relacionado aos transtornos mentais, a ausência de políticas públicas consolidadas e a desigualdade no acesso aos serviços de saúde mental foram apontados como barreiras relevantes. Além disso, muitos programas ainda são pontuais e carecem de avaliação longitudinal para verificar sua sustentabilidade e impacto a longo prazo.

Tabela 2: Barreiras à implementação de políticas de saúde mental

Categoria	Barreiras Identificadas
Recursos Humanos	Falta de profissionais capacitados em saúde mental
Infraestrutura e acesso	Desigualdade no acesso aos serviços; escassez de recursos materiais e financeiros
Estigma	Preconceito e discriminação social associados a transtornos mentais
Políticas públicas	Ausência de políticas integradas e contínuas; iniciativas fragmentadas
Monitoramento e avaliação	Falta de avaliação de impacto de longo prazo das intervenções

Fonte: Compilado pelo autor com base em Bastounis *et al.*, 2021; Tan *et al.*, 2019; Chisholm *et al.*, 2016.

Nesse sentido, os achados desta revisão reforçam a necessidade de políticas públicas integradas, investimentos contínuos em formação profissional e maior valorização da saúde mental como componente essencial da saúde global. A superação dos desafios identificados requer uma abordagem intersetorial, que envolva educação, saúde, trabalho e assistência social de forma articulada.

CONCLUSÃO

A prevenção e promoção da saúde mental se mostram essenciais para reduzir a carga dos transtornos mentais e melhorar a qualidade de vida da população. A adoção de programas educacionais e psicossociais em escolas, locais de trabalho e comunidades é eficaz na prevenção e no manejo de transtornos como depressão e ansiedade. Além disso, a integração da saúde mental à atenção primária tem mostrado ser uma abordagem eficaz para detectar precocemente transtornos mentais e evitar a progressão para quadros mais graves. No entanto, para garantir o sucesso dessas intervenções, é necessário superar obstáculos significativos, como a falta de recursos financeiros, a escassez de profissionais especializados e o estigma social. A priorização dessas estratégias nas políticas públicas, com investimento em capacitação profissional e na ampliação do acesso aos serviços de saúde, é fundamental para a criação de uma sociedade mais saudável e resiliente.

REFERÊNCIAS

- BASTOUNIS, M. *et al.* Mental health promotion in the workplace: a systematic review. **Occupational Medicine**, v. 71, n. 8, p. 574-584, 2021.
- CHISHOLM, D. *et al.* Scaling up mental health services in low- and middle-income countries: the cost-effectiveness of interventions. **The Lancet Psychiatry**, v. 3, n. 9, p. 713-724, 2016.
- FERRARI, A. J. *et al.* The global burden of mental disorders: An update from the Global Burden of Disease Study 2010. **Lancet Psychiatry**, v. 3, n. 2, p. 118-127, 2016.
- JONES, L.; SMITH, H. Prevention Programs for Mental Health: Evidence and Challenges. **Journal of Public Health**, v. 56, n. 3, p. 181-190, 2017.
- MARTINS, A.; PEREIRA, T. Impacto das Intervenções Psicossociais no Ambiente de Trabalho: Prevenção do Burnout. **Psychological Studies**, v. 42, n. 2, p. 120-130, 2018.
- SILVA, M.; COSTA, R. Programas de Promoção de Saúde Mental em Escolas: Eficácia e Desafios. **Educational Psychology Review**, v. 47, n. 1, p. 88-98, 2020.
- TAN, S. *et al.* Effectiveness of mental health promotion and prevention programs in schools. **Journal of School Health**, v. 89, n. 3, p. 199-210, 2019.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Mental health action plan 2013-2020**. Geneva: WHO, 2013. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/publications/action_plan/en/.

EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS DO COMER INTUITIVO E DO MINDFUL EATING NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS ALIMENTARES.

Maria Rita Elias Melo¹; Heilany Barros Nogueira¹; Regina Márcia Soares Cavalcante²

¹Graduandos em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí- UFPI, Picos, Piauí, Brasil;

²Mestre em Ciências da Saúde-PPCS/UFPI. Doutora em Alimentos e Nutrição-PPGAN/UFPI pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, Piauí, Brasil. Professora Adjunta do Curso de Nutrição-CSHNB/UFPI.

E-mail do autor principal: Maria.elias@ufpi.edu.br

RESUMO

INTRODUÇÃO: Transtornos alimentares são cada vez mais comuns em uma sociedade marcada por pressões estéticas e padrões alimentares rígidos. As abordagens tradicionais de intervenção nutricional demonstram eficácia limitada, exigindo alternativas que considerem a relação emocional e comportamental com a comida. **OBJETIVOS:** Analisar as evidências científicas sobre a eficácia do “comer intuitivo” e do “mindful eating” no tratamento dos transtornos alimentares. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, onde foram selecionados artigos científicos nas bases PubMed, SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores: “comer intuitivo”, “mindful eating”, “transtornos alimentares” e “terapias nutricionais”. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** As abordagens analisadas revelaram-se eficazes na promoção da consciência corporal, redução de compulsão e melhora da relação com os alimentos, superando práticas de controle alimentar restritivo. **CONCLUSÃO:** O comer intuitivo e o mindful eating apresentam-se como estratégias terapêuticas promissoras, humanas e sustentáveis no cuidado de indivíduos com transtornos alimentares

PALAVRAS-CHAVE: Comer intuitivo; *Mindful Eating*; Transtornos alimentares; Terapias Nutricionais.

INTRODUÇÃO

Atualmente, observa-se uma crescente adoção de dietas restritivas por parte da população em geral, inclusive entre indivíduos com peso corporal adequado. Essa prática está frequentemente associada à preocupação excessiva com a imagem corporal e à pressão social para manter-se magro, fatores que impactam diretamente os hábitos alimentares e favorecem a insatisfação corporal (Sainsbury, 2018). Esse cenário pode desencadear um ciclo de restrição, compulsão e culpa, culminando no desenvolvimento de Transtornos Alimentares (TAs).

Os TAs são definidos como distúrbios persistentes no padrão alimentar ou no comportamento relacionado ao comer, resultando em comprometimentos significativos da saúde física e mental. As manifestações incluem tanto a ingestão alimentar excessiva quanto a

restrição alimentar severa, e geralmente estão acompanhadas de sofrimento emocional e prejuízos nas esferas social e ocupacional (American Psychiatric Association, 2014).

Embora programas tradicionais de intervenção nutricional – com foco em prescrição alimentar e orientação comportamental – sejam comumente empregados no tratamento dos TAs, sua eficácia tem se mostrado limitada. Isso ocorre porque tais intervenções, muitas vezes, não contemplam as dimensões emocionais e cognitivas do comportamento alimentar. Além disso, ao reforçarem normas alimentares rígidas, podem perpetuar a relação disfuncional com a comida, em vez de restaurá-la (Tribole & Resch, 2020; Tylka *et al.*, 2014).

Diante dessas limitações, torna-se necessário adotar abordagens que integrem aspectos psicológicos e comportamentais ao cuidado nutricional. O nutricionista, nesse contexto, pode lançar mão de estratégias terapêuticas como o *mindful eating* e o comer intuitivo, que visam promover uma reconexão do indivíduo com os sinais internos de fome, saciedade e bem-estar, favorecendo uma relação mais saudável e autônoma com os alimentos (Crejo & Mathias, 2021).

O *mindful eating*, ou “comer com atenção plena”, consiste em uma prática baseada na atenção consciente ao ato de comer, que envolve a percepção das sensações físicas, emocionais e ambientais relacionadas à alimentação. Essa abordagem tem sido associada à redução de comportamentos alimentares disfuncionais e à melhoria da autorregulação alimentar (Framson *et al.*, 2009; Kristeller & Wolever, 2011).

De forma semelhante, o comer intuitivo (CI) – ou “alimentação intuitiva” – é uma abordagem que propõe o resgate da sabedoria corporal para guiar o comportamento alimentar. Entre seus dez princípios, destacam-se a rejeição às dietas, a permissão incondicional para comer, o comer por razões físicas (e não emocionais) e a confiança na autorregulação fisiológica (Warren, Smith & Ashwell, 2017; Olson & Emery, 2015). O CI tem sido associado à melhora da imagem corporal, maior satisfação com a alimentação e menor risco de TAs (Bruce & Ricciardelli, 2016).

OBJETIVOS

Este trabalho teve como objetivo analisar as evidências científicas sobre a eficácia do Comer Intuitivo e do Mindful Eating no tratamento de transtornos alimentares, com foco nos casos de compulsão alimentar, anorexia nervosa e bulimia nervosa. Buscou-se destacar os efeitos dessas abordagens na relação dos indivíduos com a alimentação, a percepção corporal e o comportamento alimentar, considerando as especificidades de cada condição.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão narrativa com o objetivo de analisar o papel do Comer Intuitivo e do *Mindful Eating* no tratamento dos transtornos alimentares (Anorexia, Compulsão e Bulimia). Foram selecionados artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, nas bases de dados PubMed e SciELO utilizando os descritores “comer intuitivo”, “*mindful eating*”, “transtornos alimentares” e “terapias nutricionais”.

Foram incluídos estudos disponíveis em português, inglês ou espanhol, com texto completo, publicados em periódicos revisados por pares e que abordassem diretamente o tema proposto. Excluíram-se artigos duplicados, publicações sem revisão por pares, resumos de congresso e trabalhos que não tratassem da temática central.

Após a triagem, 8 artigos foram selecionados e analisados. A metodologia buscou garantir maior transparência e reprodutibilidade, apesar das limitações inerentes ao formato de revisão narrativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O comportamento alimentar ultrapassa o simples ato de comer, envolvendo aspectos psicológicos, emocionais, sociais e ambientais. Nesse contexto, o *mindful eating* e o comer intuitivo mostraram-se adequados para lidar com essa complexidade. Ambas as abordagens reconhecem não apenas os sinais biológicos de fome e saciedade, mas também fatores emocionais e contextuais que influenciam as escolhas alimentares.

Estudos indicam que práticas baseadas em *mindfulness* ajudam a reduzir comportamentos alimentares disfuncionais, como a compulsão alimentar e o comer emocional. A atenção plena permite maior conexão com os sinais internos do corpo, reduzindo a influência de gatilhos externos e emocionais. Ademais, essas práticas mostraram-se eficazes, especialmente entre comedores emocionais, promovendo uma relação mais equilibrada e consciente com a alimentação.

Entretanto, há limitações importantes. Poucos estudos abordam a eficácia dessas intervenções em pacientes com transtornos alimentares graves, distorções severas da imagem corporal ou comorbidades psiquiátricas. Nesses casos, pode ser necessária a combinação com outras abordagens terapêuticas, em equipe multidisciplinar. Também se observa fragilidade

metodológica nos estudos, com amostras pequenas e pouco diversas, além de ausência de controle rigoroso sobre viés e conflitos de interesse.

Apesar dessas limitações, o mindful eating e o comer intuitivo despontam como alternativas mais humanizadas e sustentáveis frente aos modelos tradicionais, promovendo autonomia e bem-estar no cuidado nutricional.

CONCLUSÃO

Comer intuitivo e mindful eating apresentam-se como abordagens eficazes e inovadoras no tratamento de transtornos alimentares, por integrarem os aspectos fisiológicos e emocionais do comportamento alimentar. Suas práticas promovem consciência corporal, redução da culpa alimentar e maior autonomia na relação com a comida.

Para fortalecer o campo e ampliar o uso clínico dessas abordagens, são necessárias pesquisas futuras com amostras mais diversificadas, delineamentos metodológicos mais robustos e maior acompanhamento em longo prazo. Além disso, há lacunas a serem exploradas quanto à eficácia dessas estratégias em transtornos alimentares severos, bem como sua integração com outras formas de tratamento, especialmente no contexto de equipes multidisciplinares.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. DMS-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. **Porto Alegre: Artmed**, 2014. 992 p.

CARREGOSA, E. S. *et al.* Comer emocional e obesidade: Qual o papel do Mindful Eating e Comer Intuitivo na mudança desse comportamento alimentar? **Revista Sociedade Científica**, v. 7, n. 1, p. 3637–3664, 2024.

CREJO, B. C.; MATHIAS, M. G. (2021). Comer transtornado e o transtorno de compulsão alimentar e as abordagens da nutrição comportamental. **Revista Interciência**, v. 1, n. 6, p. 37-37, 2021.

FRAMSON, C. *et al.* Development and validation of the mindful eating questionnaire. **Journal of the American dietetic Association**, v. 109, n. 8, p. 1439-1444, 2009.

MASON, A. E. *et al.* Effects of a mindfulness-based intervention on mindful eating, sweets consumption, and fasting glucose levels in obese adults: data from the SHINE randomized controlled trial. **Journal of behavioral medicine**, v. 39, n. 2, p. 201-213, 2016.

OLSON, K. L.; EMERY, C. F. Mindfulness and weight loss: a systematic review. **Psychosomatic medicine**, v. 77, n. 1, p. 59-67, 2015.

ROSSY, L. **The mindfulness-based eating solution: proven strategies to end overeating, satisfy your hunger, and savor your life.** New Harbinger Publications, 2016, 224 p.

SAINSBURY, K. *et al.* Attribution of weight regain to emotional reasons amongst European adults with overweight and obesity who regained weight following a weight loss attempt. **Eating and Weight Disorders-Studies on Anorexia, Bulimia and Obesity**, v. 24, n. 2, p. 351-361, 2018.

WARREN, J. M.; SMITH, N.; ASHWELL, M. A structured literature review on the role of mindfulness, mindful eating and intuitive eating in changing eating behaviours: effectiveness and associated potential mechanisms. **Nutrition Research Reviews**, v. 30, n. 2, p. 272–283, 2017.

EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA SOBRE ANSIEDADE E DESEMPENHO ACADÊMICO

Amanda Martins e Cabral de Oliveira¹; Isaac Matheus Castelo Branco Almeida¹; Sara de Moura Andrade Santos¹; Alice Vieira Santos Lima¹; Alanna Maria de Moura Gomes²; Aline Raquel de Sousa Ibiapina³

¹Graduandos em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, Piauí, Brasil; ²Enfermeira. Graduada pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Picos, Piauí, Brasil; ³Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, Piauí, Brasil.

E-mail do autor principal: amandamartinsc@ufpi.edu.br

RESUMO

INTRODUÇÃO: A ansiedade, embora seja uma reação emocional comum, pode comprometer significativamente o desempenho acadêmico quando atinge níveis patológicos, afetando funções cognitivas como atenção, memória e organização. **OBJETIVOS:** Relatar a experiência de acadêmicos extensionistas no planejamento, organização e execução de uma palestra online sobre ansiedade e desempenho acadêmico, voltada à saúde mental de estudantes de graduação. **MÉTODOS:** Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que aborda o desenvolvimento de palestra online sobre ansiedade e desempenho acadêmico. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados evidenciaram a importância de práticas educativas e de acolhimento no contexto universitário, e a partir disso permitiu a reflexão acerca dos enfrentamentos dentro da realidade acadêmica e o reforço do papel das instituições no suporte à saúde mental dos estudantes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A experiência contribuiu para o fortalecimento de ações extensionistas e para o debate sobre estratégias de promoção do bem-estar emocional no ambiente acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Ansiedade; Estudantes.

INTRODUÇÃO

A ansiedade é descrita como um estado emocional normal do ser humano, composta por fatores psicológicos e fisiológicos que influenciam o desempenho das atividades. No entanto, quando excessiva, a ansiedade pode gerar reações indesejadas que afetam a cognição e o comportamento, como dificuldade de concentração, falhas de memória, inquietação, dores de cabeça, e outros sintomas como preocupação, irritabilidade e tensão muscular. Pesquisas e estudos indicam uma correlação negativa entre níveis elevados de ansiedade e o desempenho acadêmico, sugerindo que alunos mais ansiosos tendem a apresentar menor rendimento acadêmico (Lopes *et al.*, 2019; Reis *et al.*, 2017).

Neste contexto, torna-se relevante aprofundar os conhecimentos sobre a ansiedade no ambiente acadêmico, pois isso pode contribuir para que instituições acadêmicas possam

desenvolver um ambiente favorável à aprendizagem e ao bom desempenho. Identificar as principais fontes de preocupação e ansiedade relacionadas ao ambiente acadêmico pode auxiliar as instituições de ensino e os serviços de atendimento aos discentes universitários no combate à evasão e ao desengajamento. Os resultados de estudos sugerem que instituições e professores, ao buscarem formas de diminuir os níveis de ansiedade dos estudantes, poderiam elevar os níveis de rendimento acadêmico (Reis *et al.*, 2017).

Adicionalmente, emerge a utilização das plataformas de mídias sociais como ferramentas de disseminação de assuntos sobre a saúde mental, facilitando o acesso a informações e recursos de apoio. Nesse cenário, destaca-se o Projeto de Extensão Sintoniza Mente, promovido pela Universidade Federal do Piauí, que visa desenvolver ações por meio das mídias sociais para a promoção da saúde mental dos discentes da instituição. Entre as atividades realizadas, a palestra sobre ansiedade e desempenho acadêmico busca conscientizar os estudantes, oferecendo informações e estratégias de enfrentamento. A implementação de iniciativas como essa pode trazer contribuições importantes ao ambiente de ensino, ajudando a evitar que características institucionais ou dos docentes estimulem a ansiedade e prejudiquem o desempenho (Reis *et al.*, 2017).

OBJETIVOS

Relatar a experiência de acadêmicos no planejamento, organização e execução de uma palestra online sobre ansiedade e desempenho acadêmico, promovida por um projeto de extensão universitária voltado à saúde mental de estudantes de graduação, com o uso de plataformas digitais como ferramenta de disseminação de conhecimento.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que aborda o desenvolvimento de palestra online sobre ansiedade e desempenho acadêmico, transmitida por meio de plataforma digital, sendo ela a ferramenta digital e gratuita do gmail, o Google *Meet*, realizado por estudantes e profissionais de enfermagem membros bolsistas e colaboradores de um projeto de extensão que aborda estratégias para manutenção do bem-estar mental de estudantes de graduação intitulado Sintoniza Mente, vinculado a uma instituição de ensino superior do estado do Piauí, o qual busca promover ações utilizando as mídias digitais para

explicar a importância da saúde mental de estudantes de graduação, principalmente, aqueles da área da saúde.

Para a execução da palestra seguiram-se as seguintes etapas: orientação da coordenadora do projeto qual temática a ser abordada; designação do público alvo; definição do número de participantes no evento e comissões organizadoras; escolha da plataforma de transmissão; determinação da data de realização; busca e definição do ministrante com especialização sobre o tema; confirmação da ministrante, divulgação da palestra, abertura do período de inscrições, realização da atividade e devolutiva satisfatória por parte dos participantes, ministrante e organizadores.

Inicialmente, as inscrições foram realizadas no período de 18 a 25 de abril, sendo o prazo prorrogado até o dia 28 de abril dada a procura por alguns participantes. Essas foram realizadas por meio do sistema integrado de gestão de atividades acadêmicas tanto para os estudantes da referida instituição como para aqueles de outras instituições. Como forma de confirmação da participação na atividade pelos inscritos e para confecção do certificado de participação, desenvolveu-se formulário de frequência através da ferramenta digital do Google Drive, a qual permite o armazenamento de informações para consulta posterior, essas utilizadas na elaboração do relatório da atividade pelos organizadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A palestra foi realizada no dia 28 de abril de 2024 às 19:00 horas do período noturno e contou com 97 inscritos, entre acadêmicos e profissionais de enfermagem e de outras áreas. Ao todo participaram efetivamente 67 dos inscritos. A temática abordada versou sobre o transtorno de ansiedade relacionado ao desempenho acadêmico por estudantes de graduação, sendo explicado assuntos como a diferença entre ansiedade normal e patológica, relação ansiedade e o desempenho acadêmico e estratégias para prevenção e redução da ansiedade.

Obteve-se um percentual total de 69,07% de participação, desses 61,19% eram estudantes de graduação do curso de enfermagem e 38,81% eram de outros cursos superiores, como nutrição, história, sistema de informação, ciências contábeis, licenciatura em educação no campo e engenharia de produção. Ao final, a atividade desenvolvida contou com avaliação positiva pelos participantes, evidenciada através de comentários e feedbacks efetuados durante a palestra e no chat da plataforma de transmissão utilizada.

Diante desse cenário, a crescente incidência de ansiedade entre estudantes universitários revela um desafio significativo para o desempenho acadêmico e a saúde mental

no ambiente educacional. Embora a ansiedade seja uma reação emocional comum e, em certa medida, funcional, quando atinge níveis patológicos, seus efeitos tornam-se prejudiciais, interferindo negativamente na capacidade cognitiva, na regulação emocional e, conseqüentemente, no rendimento acadêmico dos estudantes.

A universidade, por sua natureza exigente, pode se tornar um ambiente propício ao surgimento de sintomas emocionais, particularmente quando os alunos são expostos a pressões constantes, prazos rigorosos e expectativas elevadas (Lopes *et al.*, 2019). Neste cenário, o rendimento acadêmico passa a ser influenciado não apenas pela capacidade cognitiva, mas também pela habilidade de lidar com emoções e estados psicológicos, uma vez que a ansiedade, quando manifestada em níveis elevados, tende a comprometer funções cognitivas fundamentais, como atenção, memória e organização de ideias, o que prejudica diretamente a aprendizagem e a execução de tarefas acadêmicas (Reis *et al.*, 2017).

Dessa forma, diferente de um desconforto momentâneo, a ansiedade crônica pode levar à procrastinação, insegurança e à evasão de situações avaliativas, mesmo quando há domínio do conteúdo. Esse comprometimento evidencia a necessidade de se compreender a ansiedade como um fator determinante no processo educacional. Cabe ainda considerar que o desempenho acadêmico é resultado de múltiplas variáveis, visto que, aspectos como o apoio familiar e institucional, as práticas pedagógicas adotadas pelos professores e a dinâmica social vivida no ambiente universitário influenciam diretamente a forma como os estudantes enfrentam suas demandas. Assim, é necessário um olhar mais abrangente que vá além da medicalização do sofrimento psíquico, refletindo também sobre as estruturas institucionais e relações interpessoais envolvidas (Lopes *et al.*, 2019).

Ademais, o público universitário emergid nesse contexto de vulnerabilidade emocional, se torna o público-alvo para o uso ativo e passivo de redes sociais. É possível relacionar o uso da internet com a influência direta com o emocional, em que alguns momentos podem trazer satisfação pessoal, entretanto, em outros pode acarretar leituras negativas que ampliam os sintomas ansiosos. Na palestra realizada, houve relatos sobre a pressão estabelecida pelas “rotinas perfeitas” publicadas por alguns influenciadores, em que um dia possui altas horas de estudo, diversas atividades físicas, alimentação regrada e pouco tempo de descanso, o que não reflete a realidade da maioria dos estudantes universitários, que necessitam conciliar trabalho e estudos e não possuem tempo para diversas atividades diárias. Esse tipo de conteúdo desencadeia maior pressão acadêmica, sentimento de insuficiência e frustração por não atingir esse “padrão” irrealista (Godoy, 2024).

Portanto, durante a palestra foi possível compreender a ansiedade patológica, os principais fatores estressores de acadêmicos e suas consequências como o baixo desempenho, más relações interpessoais, sobrecarga e sintomas de ansiedade e depressão. Diante disso, destaca-se a importância do autocuidado dos estudantes, na redução de demandas, no gerenciamento de atividades diárias, diminuição da autocobrança e na busca de profissionais da psicologia em prol da melhoria da saúde mental. Além disso, é necessário fomentar entre os estudantes a cultura do diálogo e da empatia, incentivando práticas colaborativas e ambientes acadêmicos menos competitivos e mais solidários. Muitas vezes, a ansiedade é intensificada por uma cultura de comparação constante e pelo medo do fracasso, elementos que podem ser amenizados por uma rede de apoio entre colegas, tutores e professores. O estímulo à formação de grupos de apoio, tutoria entre pares e espaços de escuta coletiva pode contribuir para a construção de um ambiente universitário mais humano e inclusivo, onde o bem-estar seja compreendido como parte essencial do processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência extensionista na palestra “Ansiedade e Desempenho Acadêmico” contribuiu para o aprendizado em planejamento de atividades de extensão, na melhoria de relações interpessoais, no manejo de plataformas online e na ampliação do conhecimento teórico sobre ansiedade e sua correlação com o desempenho acadêmico. Além disso, a participação do público acrescentou tópicos importantes à pauta que ofereceu uma nova perspectiva sobre os fatores que influenciam a ansiedade em acadêmicos.

REFERÊNCIAS

GODOY, P. P. Mídias Sociais e Sintomas Emocionais de Estudantes de uma Universidade Privada. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 44, p. e260371, 2024.

LOPES, J. M. *et al.* Ansiedade x desempenho acadêmico: uma análise entre estudantes universitários. **Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde-Unit-Alagoas**, v. 5, n. 2, p. 137-137, 2019.

REIS, C. F.; MIRANDA, G. J.; FREITAS, S. C. Ansiedade e desempenho acadêmico: Um estudo com alunos de Ciências Contábeis. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v.10, n. 3, p. 319-333, 2017.

SOUSA, D. C. **Condições emocionais de estudantes universitários: estresse, depressão, ansiedade, solidão e suporte social**. 2017.90f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2017.

O PAPEL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO MANEJO DE TRANSTORNOS MENTAIS

Joquebede Silva Alves¹; Maria Rita Elias Melo¹; Ana Luiza Figueiredo Feitosa¹; Maria Ludmilla Ellen da Silva¹; Nayele Nascimento dos Anjos¹; Camila dos Santos Sousa¹; Heilany Barros Nogueira¹; Regina Márcia Soares Cavalcante²

¹Graduanda em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí - UFPI - CSHNB;

²Doutora em Alimentos e Nutrição pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina, Piauí.

E-mail do autor principal para correspondência: joquebedesilva@ufpi.edu.br

RESUMO

INTRODUÇÃO: A saúde mental é componente essencial da atenção integral, com papel estratégico na Atenção Primária à Saúde (APS), porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, persistem desafios à consolidação de um cuidado psicossocial qualificado nesse nível. **OBJETIVOS:** Analisar os principais desafios e estratégias voltadas ao cuidado em saúde mental na APS. **MÉTODOS:** Estudo descritivo, qualitativo e de abordagem narrativa, com análise documental de dados do Ministério da Saúde e artigos científicos publicados entre 2018 e 2024. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Identificaram-se fragilidades como estigma, sobrecarga das equipes e desarticulação com a Rede de Atenção Psicossocial. Estratégias como escuta qualificada, apoio matricial e ações intersetoriais mostram-se promissoras, mas dependem de apoio institucional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O fortalecimento da saúde mental na APS exige formação contínua, financiamento adequado e integração em rede, respeitando as especificidades dos territórios.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Atenção primária; Estratégias de cuidado; Sistema único de saúde; Promoção da saúde.

INTRODUÇÃO

A saúde mental, componente essencial e indissociável da saúde integral, tem ganhado visibilidade crescente na agenda das políticas públicas de saúde, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais, crises econômicas e retrocessos no financiamento das políticas psicossociais. No Brasil, a Reforma Psiquiátrica e a Lei nº 10.216/2001 impulsionaram a transição de um modelo hospitalocêntrico para uma rede de atenção psicossocial territorializada, com a Atenção Primária à Saúde (APS) como pilar estratégico. No entanto, essa transição permanece incompleta, enfrentando entraves históricos e estruturais como a persistência da lógica biomédica, o uso excessivo de psicofármacos e a fragilidade das ações intersetoriais e de acolhimento qualificado (Bernieri *et al.*, 2023; Amaral *et al.*, 2018).

Estudos recentes apontam a APS como principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) para demandas de saúde mental, mas com desafios expressivos para efetivar esse papel. Entre eles, destaca-se a predominância de práticas medicalizantes e a chamada “empurroterapia” — caracterizada pelo encaminhamento rápido de usuários sem escuta ou construção de projeto terapêutico singular —, dificultando a constituição de vínculos e a integralidade do cuidado (Cartilha Saúde Mental na APS, 2021). Além disso, o consumo elevado de psicofármacos, especialmente antidepressivos e benzodiazepínicos, reflete a manutenção de condutas pautadas na medicalização e pouco alinhadas às diretrizes da Reforma Psiquiátrica (Bernieri *et al.*, 2023).

Apesar desse cenário, algumas experiências exitosas vêm sendo documentadas, como o uso do apoio matricial em saúde mental, que tem demonstrado potencial para ampliar a resolutividade, qualificar o cuidado e favorecer a corresponsabilização das equipes de APS por usuários em sofrimento psíquico (Amaral *et al.*, 2018). Tais estratégias mostram-se eficazes na promoção da saúde mental, redução do isolamento social e valorização da subjetividade dos usuários, especialmente em territórios vulnerabilizados.

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar, as estratégias de cuidado adotadas pela APS no manejo de transtornos mentais comuns, com ênfase nas práticas e desafios enfrentados por equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) em contextos urbanos periféricos. Pretende-se, assim, identificar contradições, potencialidades e limites do cuidado ofertado, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas de saúde mental no nível primário de atenção.

OBJETIVOS

Levantar evidências sobre o papel da Atenção Primária à Saúde (APS) no manejo da saúde mental, com ênfase nas dimensões organizacionais, formativas e de gestão. Ademais, discutir estratégias específicas para o fortalecimento da assistência psicossocial em cada uma dessas dimensões, com base em dados do Ministério da Saúde e na literatura científica atual.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa e natureza narrativa, baseado em levantamento bibliográfico e documental. Foram utilizados dados secundários disponíveis no banco de dados do Ministério da Saúde, especialmente do Departamento de

Saúde Mental e da Rede de Atenção Psicossocial, além de artigos científicos indexados nas bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico, publicados entre 2018 e 2024. Foram incluídos no estudo publicações que abordaram saúde mental na APS, estratégias de cuidado psicossocial e desafios enfrentados por profissionais da atenção básica. Foram excluídas publicações repetidas, desatualizadas ou fora do escopo. Por se tratar de uma pesquisa documental, sem coleta direta com seres humanos, não se aplicam os requisitos de aprovação ética.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura científica sobre o manejo de pacientes com transtornos mentais na Atenção Primária à Saúde (APS) permitiu identificar aspectos históricos, epidemiológicos, organizacionais e assistenciais que influenciam a prática cotidiana dos serviços.

O cuidado em saúde mental no Brasil tem sido historicamente marcado por práticas excludentes e institucionalizantes, sendo parcialmente transformado com a Reforma Psiquiátrica. Na APS, essa transição permanece incompleta, com a persistência de condutas medicalizantes. Estudos apontam que o consumo de psicofármacos, especialmente antidepressivos e benzodiazepínicos, apresenta tendência crescente, com uso frequente de associações medicamentosas e riscos de interações, evidenciando a centralidade da prescrição como principal resposta ao sofrimento psíquico (Barros *et al.*, 2019; Brasil, 2021; Bernieri *et al.*, 2023).

A escuta qualificada, o acolhimento e a construção de projetos terapêuticos singulares, considerados essenciais pela Política Nacional de Humanização (PNH), permanecem como desafios na APS. Estudos anteriores já apontavam essa limitação, relacionando a elevada prescrição de psicofármacos na APS à sobrecarga das equipes e à dificuldade de implantação de estratégias de escuta e cuidado integral (Minóia; Minozzo, 2015; Brasil, 2021; Bernieri *et al.*, 2023). Ademais, a falta de formação e capacitação contínua em saúde mental para os profissionais da APS prejudica a incorporação de práticas de cuidado ampliado, fazendo com que a medicalização se torne a resposta padrão diante das demandas psíquicas. Essa fragilidade da formação é um obstáculo recorrente à humanização do cuidado e à efetiva implementação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (Amaral *et al.*, 2018).

Apesar das limitações, tem-se estratégias que apresentam potencial para fortalecer a assistência em saúde mental na APS. Experiências de apoio matricial avaliadas na literatura evidenciam seu papel no suporte técnico-pedagógico às equipes da Estratégia Saúde da

Família, contribuindo para práticas mais integradas e humanizadas. Essa estratégia tem potencial para ampliar a resolutividade das unidades básicas e favorecer a construção de projetos terapêuticos singulares (Amaral *et al.*, 2018). A cartilha de Saúde Mental na APS (2021) também recomenda o apoio matricial como estratégia para qualificar o cuidado, integrando saúde mental e atenção básica, reduzindo encaminhamentos desnecessários e fortalecendo o acolhimento e a escuta clínica. No entanto, a efetividade dessa estratégia depende da superação de entraves institucionais e da oferta contínua de educação permanente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Atenção Primária à Saúde (APS) apresenta características fundamentais para o cuidado em saúde mental, como a proximidade com o território, a construção de vínculos e a possibilidade de ofertar cuidado contínuo e integral. Apesar disso, enfrenta obstáculos estruturais e organizacionais, com predominância do modelo biomédico e medicalização excessiva. A insuficiência na formação das equipes e a desarticulação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) dificultam a efetivação de práticas psicossociais integradas. Entretanto, experiências exitosas como grupos terapêuticos, oficinas de convivência e o apoio matricial mostram-se promissoras, desde que sustentadas por políticas formativas, financiamento adequado e valorização das tecnologias leves. A integração entre as diretrizes da Saúde Mental Global e as políticas nacionais pode fortalecer o cuidado psicossocial na APS.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, P. V. *et al.* Apoio matricial em saúde mental na Atenção Básica: relato de experiência. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 12, n. 1, p. 77-84, 2018.
- AUAD, P. H. B.; AVELAR, G. B.; BELLINI, V. B. O manejo da saúde mental na Atenção Primária à Saúde (APS): Uma revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Saúde Mental**, v. 19, n. 55, p. 1121-1132, 2023.
- BERNIERI, J. *et al.* Análise do consumo de psicofármacos por usuários da Atenção Primária à Saúde. **Saúde e Pesquisa**, v. 16, n. 1, e-11363, 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Política Nacional de Saúde Mental. Brasília: MS, 2021.
- MERHY, E. E. *et al.* Rede Básica, campo de forças e micropolítica: implicações para a gestão e cuidado em saúde. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe6, p. 70-83, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BRASIL). **Cartilha Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/mental>.

SUCIGAN, D. H. I. Acolhimento e saúde mental : desafio profissional na Estratégia Saúde da Família. **Rev Rene**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 2-10, 2012.

WENCESLAU, L. D.; ORTEGA, F. Saúde mental na atenção primária e Saúde Mental Global: perspectivas internacionais e cenário brasileiro. **Interface (Botucatu)**, v. 19, n. 55, p. 1121-1132, 2015

ZORZI, V. N. *et al.* Promoção de Saúde Mental na atenção primária: o papel dos grupos de saúde na perspectiva de usuários e profissionais. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 28, p. e230447, 2024.

O PAPEL DO ESTILO PARENTAL NO CONTEXTO DO AUTISMO: IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO TERAPÊUTICO

Felipe Roberto Ribeiro Sampaio¹

¹Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

E-mail do autor principal: to.feliperoberto@gmail.com

RESUMO

INTRODUÇÃO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) impõe desafios significativos à dinâmica familiar, especialmente nas práticas parentais. O estilo parental, composto por atitudes e estratégias de cuidado, influencia diretamente o desenvolvimento da criança e a eficácia das intervenções terapêuticas. **OBJETIVO:** Analisar o papel do estilo parental no contexto do TEA e discutir o trabalho terapêutico voltado à sua adequação. **METODOLOGIA:** Baseia-se em revisão da literatura científica nas áreas de desenvolvimento infantil, análise do comportamento e terapia familiar. **DISCUSSÃO:** Estilos autoritários ou permissivos são ineficazes, sendo o estilo autoritativo mais associado a desfechos positivos, como redução de comportamentos disruptivos. Intervenções terapêuticas que incluem psicoeducação e treinamento de habilidades parentais são eficazes na modificação de padrões de interação. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que o manejo do estilo parental é crucial para criar um ambiente familiar adaptativo e promover o desenvolvimento da criança, com apoio emocional e reestruturação das práticas educativas.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo; Estilo Parental; Terapia Centrada na Família; Processo Terapêutico; Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) impõe desafios específicos à dinâmica familiar, sobretudo às práticas parentais. Diante da heterogeneidade das manifestações do autismo, o papel dos cuidadores primários torna-se ainda mais central na promoção do desenvolvimento infantil e na mediação de comportamentos (Costa, 2023). O estilo parental - entendido como o conjunto de atitudes, estratégias e valores mobilizados pelos pais no cuidado cotidiano - pode influenciar diretamente a adaptação da criança, a qualidade da interação familiar e os efeitos das intervenções terapêuticas (Marciel-Portes, Carvalho-Amorim, Vieira, 2022). Nesse contexto, o trabalho terapêutico voltado para a adequação e manejo do estilo parental configura-se como um componente clínico relevante, ainda que, por vezes, subvalorizado.

Embora a literatura reconheça a importância das práticas parentais no contexto do TEA, as demandas enfrentadas pelas famílias são múltiplas e desiguais. Em muitos casos, o

diagnóstico é tardio ou pouco compreendido, o que agrava sentimentos de culpa, frustração e isolamento. Além disso, a sobrecarga emocional e logística tende a recair de forma desproporcional sobre mães ou responsáveis femininas, especialmente em contextos de baixa renda, em que o acesso a serviços de apoio é limitado. A ausência de suporte formal e a escassez de redes de cuidado compartilhado agravam o impacto do transtorno sobre o cotidiano familiar, interferindo diretamente nas práticas parentais e na capacidade de sustentação do cuidado.

A heterogeneidade do espectro autista - que envolve variações significativas na linguagem, cognição, comportamento adaptativo e sensorialidade - produz implicações diretas sobre as exigências dirigidas aos cuidadores. Famílias de crianças não verbais ou com comportamento autoagressivo, por exemplo, vivenciam desafios distintos daquelas cujos filhos apresentam maior autonomia funcional. Tais variações demandam estilos parentais diferentes, que não podem ser generalizados em modelos únicos de intervenção. No entanto, parte das práticas clínicas ainda se apoia em abordagens padronizadas, o que contribui para a subvalorização da análise individualizada do estilo parental como elemento modulador dos efeitos terapêuticos.

OBJETIVOS

Analisar o papel do estilo parental no contexto do TEA e discutir intervenções terapêuticas voltadas à sua adequação e manejo. Examinar como fatores socioeconômicos e culturais influenciam a eficácia dessas práticas e problematizar a padronização de modelos parentais diante da diversidade familiar. Refletir sobre a participação das crianças autistas nas dinâmicas de cuidado e nas estratégias terapêuticas propostas.

METODOLOGIA

Este trabalho adota a abordagem ensaística, fundamentando-se em análise crítica e reflexiva de produções científicas e referenciais teóricos das áreas do desenvolvimento infantil, terapia familiar, análise do comportamento e intervenção no TEA. A seleção dos materiais foi orientada pela relevância para a compreensão do papel do estilo parental e das práticas clínicas associadas, priorizando textos que promovem o diálogo entre áreas como neurociência, sociologia e psicologia.

A metodologia consiste na articulação de conceitos e evidências selecionadas, visando problematizar as práticas parentais no contexto do TEA e suas implicações no cuidado familiar, sem pretensão de exaustividade ou sistematização. Essa abordagem possibilita a identificação de tensões, lacunas e contradições presentes na literatura, fomentando uma reflexão crítica sobre os desafios e limitações das intervenções terapêuticas dirigidas aos cuidadores.

DISCUSSÃO

A literatura aponta que pais de crianças com TEA apresentam, com frequência, níveis elevados de estresse, sentimentos de inadequação e dificuldades na modulação de respostas frente a comportamentos desafiadores. Esses fatores impactam diretamente o estilo parental adotado (Rodrigues, 2024). Estilos mais autoritários ou permissivos, embora compreensíveis frente à sobrecarga emocional, tendem a ser menos eficazes no manejo das demandas comportamentais e comunicacionais típicas do autismo. Nesse cenário, intervenções terapêuticas centradas nos pais - com foco em psicoeducação, treinamento de habilidades parentais e apoio emocional - mostram-se eficazes na modificação de padrões de interação, promovendo maior responsividade, consistência e sensibilidade dos cuidadores.

Estratégias como análise funcional do comportamento da criança, modelagem de práticas educativas, comunicação alternativa e técnicas de autorregulação parental constituem recursos recorrentes. Além disso, o trabalho clínico deve considerar fatores como o estilo de apego dos cuidadores, o grau de rede de apoio disponível, a coesão familiar e os atravessamentos socioculturais da parentalidade. A promoção de um estilo parental autoritativo - caracterizado por alta responsividade e exigência equilibrada - tem sido associada a melhores desfechos em crianças com TEA, incluindo redução de comportamentos disruptivos e aumento da autonomia funcional (Pissaia, 2022).

Apesar da valorização do estilo parental autoritativo na literatura, sua universalidade como modelo ideal merece questionamento. A eficácia das práticas parentais está intrinsecamente ligada às especificidades da criança e ao contexto familiar, incluindo variações culturais e socioeconômicas. Em determinados grupos culturais, por exemplo, abordagens mais autoritárias ou permissivas podem refletir normas socialmente legitimadas e funcionar de modo adaptativo para as dinâmicas locais. Assim, impor um único padrão pode desconsiderar a complexidade e diversidade das configurações familiares, potencialmente gerando um descompasso entre intervenção clínica e realidade vivida.

Além disso, embora estratégias como análise funcional do comportamento e comunicação alternativa sejam amplamente recomendadas, sua aplicação enfrenta limitações práticas significativas. Famílias com recursos reduzidos frequentemente encontram barreiras para o acesso a profissionais qualificados e materiais adequados, o que compromete a efetividade dessas intervenções. A falta de adaptação cultural e linguística dos programas contribui para a exclusão ou resistência de cuidadores, evidenciando a necessidade de flexibilização e contextualização das práticas clínicas.

A menção aos atravessamentos socioculturais da parentalidade demanda aprofundamento, sobretudo para compreender como fatores como gênero, classe social e etnia influenciam o exercício do cuidado e a receptividade às intervenções. Por exemplo, o peso desigual das responsabilidades parentais sobre as mulheres, combinado a condições socioeconômicas desfavoráveis, pode limitar o engajamento nos processos terapêuticos e ampliar o estresse parental. Essa dimensão evidencia a importância de abordagens integradas que articulem assistência clínica com políticas públicas e redes de apoio comunitário, a fim de responder às múltiplas demandas presentes nas famílias de crianças com TEA.

CONCLUSÃO

O manejo clínico do estilo parental junto a pais de crianças autistas permanece como um eixo estratégico para a construção de ambientes familiares mais adaptativos e favoráveis ao desenvolvimento infantil. O trabalho com cuidadores envolve não apenas a modificação de práticas educativas, mas também a elaboração subjetiva da experiência de cuidar, o que requer escuta clínica qualificada e fundamentação técnica adequada.

Entretanto, para além desse reconhecimento, torna-se necessário ampliar a investigação sobre estratégias terapêuticas personalizadas que considerem as especificidades culturais, socioeconômicas e estruturais das famílias, especialmente aquelas em contextos marginalizados. Pesquisas futuras devem focar na adaptação dos modelos de intervenção para diferentes realidades familiares, bem como na avaliação longitudinal dos efeitos dessas abordagens, para compreender sua sustentabilidade e impactos a médio e longo prazo. Tal direcionamento pode contribuir para a efetiva inclusão dessas práticas no âmbito das políticas públicas e a melhoria real das condições de cuidado no TEA.

REFERÊNCIAS

COSTA, D. B. **O debate sobre parentalidade e Transtorno do Espectro Autista (TEA).** 2023. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Arapiraca, 2023.

MACIEL-PORTES, J. R.; CARVALHO-AMORIM, M. V. L.; VIEIRA, M. L. Estilos parentais, coparentalidade e problemas de comportamento em crianças com autismo: estudo correlacional. **Act.Colom.Psicol.**, Bogotá, v. 25, n. 2, p. 78-89, Dec. 2022.

PISSAIA, A. T. **Estilos parentais e comportamentos de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista.** 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, Vitória, 2022.

RODRIGUES, M. A. C. **A relação entre funções executivas e comportamento social em crianças em idade escolar sob a ótica da Psicanálise.** 2024. 91 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Logos University International, Programa de Pós-Graduação Internacional em Saúde, Miami, 2024.

SAÚDE MENTAL E INSEGURANÇA ALIMENTAR: UMA REVISÃO SOBRE OS EFEITOS PSICOLÓGICOS DA FOME NO BRASIL

Rodrigo Pereira Solon¹; Ana Luiza Figueiredo Feitosa¹; Ana Lara Bezerra Cavalcante¹; Anna Luiza Pereira de Sousa¹; Daniel Dergue Barbosa Pontes¹; Lorena Bezerra Lima de Oliveira¹; Maria Ludmilla Ellen da Silva¹; Nayele Nascimento dos Anjos¹; Regina Márcia Soares Cavalcante²

¹Graduandos em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Picos, Piauí, Brasil;

²Professora Adjunta do Curso de Nutrição da Universidade Federal do Piauí- Campus Senador Helvídio Nunes de Barros-CSHNB.

E-mail do autor principal: rodrigosalon@ufpi.edu.br

RESUMO

INTRODUÇÃO: A insegurança alimentar, agravada pela pandemia de COVID-19, afeta não apenas a saúde física, mas também a saúde mental da população brasileira, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. **OBJETIVO:** Analisar os efeitos da insegurança alimentar na saúde mental da população brasileira. **MÉTODOS:** Realizou-se a busca entre março e abril de 2025, nas bases de dados SciELO, LILACS, PubMed, BVS, Cochrane Library e PsycINFO, de modo a ampliar a abrangência interdisciplinar do levantamento bibliográfico. Foram incluídos artigos publicados entre 2019 e 2024, com foco no Brasil. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A insegurança alimentar está associada ao aumento de ansiedade, depressão, insônia e ideação suicida, afetando principalmente mulheres, crianças e adolescentes. O contexto socioeconômico e territorial agrava os efeitos psicossociais, destacando a fome como estressor crônico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A articulação entre políticas públicas de segurança alimentar e ações em saúde mental é essencial para mitigar os impactos da fome sobre o bem-estar psicológico da população.

PALAVRAS-CHAVE: Insegurança alimentar; Saúde mental; Fome; Transtornos mentais; Vulnerabilidade social.

INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar é um fenômeno estrutural profundamente enraizado nas desigualdades históricas do Brasil. Ela transcende a mera ausência de alimentos, configurando-se como uma violação de direitos humanos básicos e um marcador da exclusão social que afeta milhões de brasileiros. Ainda que frequentemente associada à saúde física, a fome exerce efeitos devastadores sobre a saúde mental, intensificando quadros de sofrimento psíquico como ansiedade, depressão, insônia, ideação suicida e outros transtornos mentais. Em especial, o impacto da fome sobre o equilíbrio emocional é mais severo entre mulheres, crianças, adolescentes, pessoas negras, populações indígenas, comunidades quilombolas e habitantes de zonas rurais e periferias urbanas - grupos historicamente marginalizados pela estrutura socioeconômica do país.

Durante a pandemia de COVID-19, a fome voltou a ocupar o centro do debate nacional, escancarando as fragilidades do Estado brasileiro em garantir segurança alimentar e proteção social. Dados da Rede PENSSAN (2022) indicam que mais de 33 milhões de pessoas viviam em insegurança alimentar grave no país, revelando um retrocesso alarmante. No entanto, os impactos psíquicos dessa crise permanecem subestimados ou tratados de forma superficial nas políticas públicas. A saúde mental de indivíduos afetados pela fome é frequentemente negligenciada, invisibilizada ou tratada sob uma ótica medicalizante, que individualiza o sofrimento e ignora suas causas estruturais.

Importa destacar que a fome não incide de forma homogênea sobre o território nacional. Estudos revelam que, em comunidades rurais, a privação alimentar se associa à escassez de serviços de saúde mental, ausência de transporte, baixa conectividade digital e estigmas culturais. Já nas periferias urbanas, a convivência cotidiana com a abundância aparente - como supermercados cheios, propagandas de delivery e consumo ostentatório nas redes sociais - intensifica a dor emocional de quem não pode acessar o mínimo necessário para sobreviver. Esse contraste agrava o sofrimento psíquico ao provocar sensações de fracasso, impotência e desesperança.

Outro aspecto crucial frequentemente ignorado é o impacto da insegurança alimentar nas comunidades indígenas e tradicionais. A fome, nesses contextos, não se limita à carência de calorias ou nutrientes, mas envolve a ruptura de práticas culturais, modos de vida e rituais de partilha alimentar que sustentam a identidade coletiva e o bem-estar espiritual. Quando a fome atinge esses povos, ela destrói também vínculos ancestrais, memória social e redes de apoio comunitário, com impactos diretos sobre o equilíbrio emocional e psíquico dos indivíduos.

Apesar da ampla produção científica que já relaciona insegurança alimentar e sofrimento mental, a articulação entre políticas de saúde mental e segurança alimentar no Brasil ainda é débil, fragmentada e insuficiente. A fome, nesse sentido, não é apenas a ausência de comida no prato, mas a expressão concreta da desumanização e do abandono de milhões de brasileiros. Portanto, pensar suas consequências para a saúde mental exige uma abordagem complexa, que considere as raízes da desigualdade social, os determinantes sociais da saúde e as vozes das populações afetadas. Só assim será possível construir respostas efetivas, éticas e transformadoras para enfrentar um dos mais graves problemas do Brasil contemporâneo.

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo analisar os efeitos da insegurança alimentar na saúde mental da população brasileira, com foco nas desigualdades estruturais que perpetuam a fome como um estressor psicossocial crônico. Busca-se compreender como a privação alimentar impacta diferentes grupos sociais - especialmente mulheres, crianças, adolescentes, populações indígenas e comunidades rurais e periféricas - e identificar os principais mecanismos emocionais, comportamentais e contextuais envolvidos. Além disso, o trabalho pretende mapear lacunas na literatura, problematizar o silêncio das políticas públicas sobre a articulação entre assistência alimentar e saúde mental, e propor caminhos para uma abordagem intersetorial baseada em evidências e justiça social.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, abordagem metodológica que permite a síntese crítica de estudos empíricos e teóricos com o objetivo de aprofundar a compreensão de fenômenos complexos. A revisão foi orientada pela seguinte pergunta norteadora: “Quais os efeitos da insegurança alimentar na saúde mental da população brasileira entre os anos de 2019 e 2024?”

A escolha do recorte temporal (2019–2024) foi deliberada por dois motivos principais: (1) abranger o período da pandemia de COVID-19, que agravou de forma significativa os indicadores de insegurança alimentar e sofrimento psíquico no Brasil; e (2) refletir os impactos de alterações recentes no cenário político e socioeconômico do país, que influenciaram diretamente a formulação (ou ausência) de políticas públicas de proteção social e saúde mental.

A busca foi realizada entre março e abril de 2025, nas bases de dados SciELO, LILACS, PubMed, BVS, Cochrane Library e PsycINFO, de modo a ampliar a abrangência interdisciplinar do levantamento bibliográfico. Utilizaram-se os descritores controlados: “insegurança alimentar”, “fome”, “transtornos mentais”, “saúde mental”, “vulnerabilidade social” e “Brasil”, combinados por meio do operador booleano AND, de forma isolada e cruzada. Foram considerados artigos científicos completos, publicados em português ou inglês, com abordagem quantitativa, qualitativa ou mista, desde que evidenciassem, direta ou indiretamente, a relação entre insegurança alimentar e impactos na saúde mental no contexto brasileiro.

Foram excluídos: (a) editoriais, por se tratarem de textos opinativos que não seguem necessariamente rigor metodológico; (b) relatos de caso, por se referirem a situações clínicas isoladas que limitam a generalização dos achados; (c) estudos que abordassem exclusivamente a dimensão nutricional da insegurança alimentar sem discutir os efeitos psicossociais.

A triagem dos artigos seguiu as etapas recomendadas por Mendes, Silveira e Galvão (2008), sendo realizada em três fases: (1) leitura dos títulos e resumos para identificação de relevância; (2) leitura na íntegra dos artigos pré-selecionados; e (3) análise crítica e categorização temática dos conteúdos. A extração de dados foi realizada de forma sistemática e os resultados foram organizados em eixos temáticos, conforme recorrência e convergência das evidências encontradas. Não houve submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa por tratar-se de um estudo secundário, sem envolvimento direto de participantes humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos 28 estudos selecionados revela de forma consistente que a insegurança alimentar está fortemente associada ao sofrimento psíquico em múltiplas formas, configurando-se como um fator de risco significativo para o desenvolvimento de transtornos mentais, especialmente em contextos de pobreza estrutural. A fome, longe de ser um fenômeno isolado ou transitório, atua como um estressor crônico que afeta a regulação emocional, as relações familiares, a autoestima e a qualidade de vida das populações afetadas.

Entre os principais sintomas relatados estão: ansiedade generalizada, depressão, distúrbios do sono, irritabilidade, baixa autoestima, ideação suicida, automutilação e retraimento social. Esses quadros aparecem com maior intensidade em domicílios chefiados por mulheres, especialmente aquelas que cuidam sozinhas dos filhos e enfrentam múltiplas formas de sobrecarga - emocional, laboral e doméstica. A percepção de fracasso por não conseguir garantir a alimentação dos filhos é uma das maiores fontes de sofrimento psíquico, gerando um ciclo de culpa, desespero e autodepreciação.

Estudos qualitativos destacam que muitas mulheres relatam insônia, crises de ansiedade e episódios depressivos associados à insegurança alimentar, frequentemente sem acesso a acompanhamento psicológico. Em muitos casos, essas mulheres recorrem a ansiolíticos ou antidepressivos prescritos em consultas rápidas, sem avaliação psicossocial mais profunda. Isso revela uma tendência crescente à medicalização da pobreza, onde o sofrimento social é tratado como distúrbio individual, em vez de provocar ações estruturais.

Em adolescentes, a fome está relacionada a sintomas de isolamento social, alterações de humor, baixo rendimento escolar e comportamentos autolesivos. Muitos estudos alertam para o aumento da automutilação e do uso de substâncias psicoativas em jovens de regiões marcadas por alta vulnerabilidade social, especialmente durante e após a pandemia. A insegurança alimentar, nesse grupo, intensifica sensações de desesperança, raiva e perda de perspectiva de futuro.

Além disso, a revisão evidenciou impactos diferenciados conforme o território. Em regiões rurais e comunidades indígenas, a fome não afeta apenas o corpo, mas também o tecido social e simbólico das coletividades. A ausência de alimentos tradicionais, o rompimento com modos de produção próprios e a perda de autonomia alimentar geram sofrimento ligado à identidade e à desestruturação cultural. A distância de serviços de saúde mental, a falta de transporte e a escassez de profissionais preparados para lidar com contextos interculturais agravam esse quadro. Por outro lado, em regiões urbanas periféricas, o sofrimento é potencializado pelo contraste entre a abundância visível (supermercados, propaganda de delivery, consumo nas redes sociais) e a impossibilidade de acesso real, o que gera frustração, humilhação e sentimento de inadequação social.

Um aspecto frequentemente negligenciado na literatura — e que merece maior destaque — é a **resiliência comunitária**. Algumas pesquisas apontam que comunidades com forte organização social e redes de solidariedade (como hortas coletivas, cozinhas comunitárias ou mutirões) demonstram maior capacidade de enfrentamento emocional e redução de sintomas ansiosos. No entanto, esses dados ainda são escassos e pouco valorizados pelas políticas públicas, que frequentemente atuam de forma verticalizada e descontextualizada, desconsiderando saberes locais.

Outro ponto crítico observado foi a ausência de avaliação da efetividade das ações governamentais implementadas durante ou após a pandemia. Embora alguns programas emergenciais tenham fornecido cestas básicas ou transferências de renda temporárias, não se verificou, nos estudos analisados, evidência clara de acompanhamento psicossocial sistemático associado a essas medidas. A desconexão entre assistência alimentar e cuidado em saúde mental revela a fragmentação das políticas públicas, além da falta de planejamento intersetorial.

Também chama atenção o silêncio institucional sobre o estigma da pobreza. Poucos estudos abordam como esse estigma opera psicologicamente: a culpabilização dos pobres por sua condição, o sentimento de inferioridade internalizado e a invisibilidade perante o Estado e a sociedade. Esse estigma atua como um mecanismo de violência simbólica que afeta

profundamente o bem-estar psicológico das pessoas em situação de insegurança alimentar, contribuindo para a sua exclusão do debate político e de ações concretas de reparação social.

Por fim, a análise dos resultados mostra que, apesar de uma ampla produção científica evidenciando os impactos da fome na saúde mental, ainda persistem lacunas na literatura - especialmente no que diz respeito a metodologias participativas, abordagens interseccionais (gênero, raça, território), e avaliações longitudinais que permitam medir os efeitos de políticas públicas no tempo. É urgente fortalecer estudos que articulem dimensões subjetivas, políticas e históricas da fome e seus desdobramentos sobre a saúde psíquica dos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão demonstrou que a insegurança alimentar no Brasil é um fenômeno multidimensional que compromete gravemente a saúde mental da população, especialmente entre os grupos historicamente marginalizados. A fome atua como estressor crônico, gerando sofrimento psíquico que é, muitas vezes, medicalizado de forma isolada, sem enfrentar suas raízes estruturais.

Apesar do reconhecimento científico da articulação necessária entre segurança alimentar e saúde mental, a prática política segue fragmentada, desarticulada e ineficaz. Falta vontade política para enfrentar interesses econômicos que sustentam a desigualdade e inviabilizam mudanças profundas. As ações existentes, ainda que pontuais, falham por não considerar o contexto territorial, a cultura alimentar local e os fatores psicossociais associados à privação.

Urge a formulação de políticas públicas integradas, com base em evidências de custo-efetividade, que incluam ações intersetoriais voltadas à proteção alimentar e à atenção psicossocial, com participação ativa das comunidades afetadas. Superar o ciclo entre fome e sofrimento mental requer mais do que caridade ou medicalização: exige justiça social, investimento público e a valorização dos saberes populares.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, M. M. *et al.* Efeitos psicossociais da insegurança alimentar na pandemia. **Saúde debate**, v. 45, n. 133, p. 84-92, 2021.

FERNANDES, J. S. *et al.* Desigualdade territorial e os impactos da fome na saúde mental em contextos rurais. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 26, e230009, 2023.

FREITAS, L. B. *et al.* Segurança alimentar e sofrimento mental: evidências do Brasil pós-COVID-19. **Rev. Saúde Pública**, v. 56, p. 89-101, 2022.

LIMA, F. M. *et al.* Mulheres e insegurança alimentar: uma análise interseccional durante a pandemia. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 22, n. 1, p. 127-134, 2022.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

SILVA, R. A. *et al.* Insegurança alimentar como fator de risco para transtornos mentais em adultos. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 28, n. 3, p. 923-932, 2023.

SOUZA, A. D. *et al.* Neurodesenvolvimento infantil e privação alimentar: análise de risco psicossocial. **Estud. psicol.** (Natal), v. 25, n. 4, p. 215-224, 2020.

TEIXEIRA, M. L. *et al.* Efeitos neuropsicológicos da insegurança alimentar em populações vulneráveis. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 48, n. 2, p. 63-70, 2021.

SELETIVIDADE ALIMENTAR NO AUTISMO: ASPECTOS COMPORTAMENTAIS, SENSORIAIS E IMPLICAÇÕES PARA A INTERVENÇÃO

Felipe Roberto Ribeiro Sampaio¹

¹Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

E-mail do autor principal para correspondência: to.feliperoberto@gmail.com

RESUMO

INTRODUÇÃO: A seletividade alimentar é um comportamento frequente em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), caracterizado pela recusa persistente a alimentos com base em características sensoriais. **OBJETIVO:** Investigar os fatores associados à seletividade alimentar em crianças com TEA e identificar estratégias de intervenção. **METODOLOGIA:** Estudo de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, com revisão bibliográfica sobre autismo, seletividade alimentar, distúrbios sensoriais e intervenção alimentar. **DISCUSSÃO:** A seletividade alimentar em crianças com TEA está ligada à hipersensibilidade sensorial e rigidez comportamental. As famílias tendem a adaptar a rotina alimentar, o que pode reforçar o padrão seletivo. Intervenções comportamentais e interdisciplinares mostram-se eficazes. **CONCLUSÃO:** A seletividade alimentar no TEA exige compreensão dos fatores envolvidos e ações integradas entre profissionais e família, visando ampliar o repertório alimentar e melhorar a qualidade de vida da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo; Seletividade Alimentar; Intervenção Alimentar; Distúrbio Sensorial; Transtorno do Processamento Sensorial.

INTRODUÇÃO

A seletividade alimentar é um comportamento frequente entre indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), caracterizado por uma alimentação restrita quanto ao tipo, textura, cor, marca ou apresentação dos alimentos (Kerches, 2022). Esse padrão alimentar pode comprometer o crescimento, a nutrição e a qualidade de vida da criança, além de gerar impactos significativos na dinâmica familiar. A literatura sugere que fatores sensoriais, comportamentais e cognitivos estão envolvidos na gênese e manutenção da seletividade alimentar em crianças com TEA (Barbosa *et al.*, 2022).

Todavia, a seletividade alimentar manifesta-se de modo heterogêneo entre as crianças com TEA, refletindo diferenças individuais nas respostas sensoriais, como hipersensibilidade ou hipossensibilidade a estímulos táteis, gustativos e visuais. Essas variações influenciam diretamente os padrões de recusa ou aceitação alimentar, tornando o manejo clínico e familiar um desafio complexo e multifacetado. A relevância do tema se evidencia não apenas nos riscos nutricionais, mas também nas repercussões psicossociais, uma vez que a alimentação

está intrinsecamente ligada à rotina familiar e à socialização da criança. Dessa forma, compreender a complexidade da seletividade alimentar no TEA é fundamental para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes e adaptadas às especificidades individuais.

OBJETIVO

Investigar os fatores associados à seletividade alimentar em crianças com diagnóstico de TEA, considerando aspectos sensoriais, comportamentais e familiares, bem como identificar estratégias de intervenção utilizadas no manejo dessa condição.

METODOLOGIA

Este trabalho adota a metodologia ensaística, caracterizada pela elaboração de reflexões teórico-críticas fundamentadas na articulação entre conceitos e perspectivas diversas sobre seletividade alimentar em crianças com TEA. O ensaio permite um tratamento flexível e integrativo do tema, possibilitando a construção de hipóteses interpretativas e o questionamento de pressupostos teóricos e práticos.

A análise desenvolvida se apoia na discussão conceitual de aspectos sensoriais, comportamentais e clínicos associados à seletividade alimentar, sem a pretensão de coletar ou analisar dados empíricos originais. A abordagem valoriza a síntese crítica e a problematização, contemplando a complexidade do fenômeno e suas múltiplas dimensões.

Reconhecem-se as limitações inerentes ao formato ensaístico, principalmente no que tange à ausência de validação empírica direta. Entretanto, esse método é adequado para aprofundar o debate teórico e apontar caminhos para pesquisas futuras e intervenções clínicas mais contextualizadas.

DISCUSSÃO

A análise descritiva dos estudos revelou que a seletividade alimentar em crianças autistas está fortemente relacionada à genética, baixa exposição à variedade alimentar e alterações no processamento sensorial, sobretudo a hiper-reatividade a texturas, odores, sabores e cores. Além disso, comportamentos rígidos e repetitivos, traço característico do TEA, contribuem para a resistência a novas experiências alimentares (Ivnuk *et al.*, 2023). Os cuidadores, frequentemente sobrecarregados, adaptam as refeições à dieta restrita da criança,

o que pode reforçar o padrão seletivo. Intervenções comportamentais, como o uso de técnicas de exposição gradual e reforço positivo, bem como abordagens integrativas com terapeutas ocupacionais e nutricionistas, têm se mostrado eficazes para ampliar o repertório alimentar. No entanto, a adesão e o sucesso dessas estratégias variam conforme o grau de comprometimento da criança e o envolvimento da família (Gama *et al.*, 2020).

Embora intervenções comportamentais e multidisciplinares mostrem resultados promissores, a variabilidade em sua eficácia indica a influência de múltiplos fatores contextuais. Aspectos socioeconômicos, como acesso a profissionais especializados, tempo disponível para acompanhamento e recursos financeiros, podem limitar a adesão e o sucesso das estratégias. Famílias em contextos vulneráveis frequentemente enfrentam dificuldades para manter o envolvimento necessário, o que compromete a continuidade e a generalização dos ganhos.

Diferenças culturais influenciam percepções sobre alimentação e cuidado, impactando a receptividade às orientações terapêuticas e o manejo do comportamento alimentar seletivo. A heterogeneidade sensorial e comportamental das crianças com TEA também demanda que as intervenções sejam altamente individualizadas, o que desafia protocolos rígidos e pode dificultar a replicabilidade em contextos clínicos diversos.

A implementação de abordagens integrativas enfrenta barreiras estruturais, especialmente em serviços públicos ou regiões com poucos recursos, o que exige a reflexão crítica sobre a adaptação das estratégias às realidades locais. Essas limitações indicam a necessidade de pesquisas que considerem não apenas os aspectos clínicos, mas também as condições sociais e culturais que influenciam o manejo da seletividade alimentar no TEA.

CONCLUSÃO

A seletividade alimentar no TEA demanda abordagens interdisciplinares e individualizadas que considerem os múltiplos fatores sensoriais, comportamentais e contextuais envolvidos. Para além da compreensão teórica, é necessário avançar em pesquisas longitudinais que avaliem o impacto sustentável das intervenções ao longo do tempo, especialmente em diferentes contextos socioeconômicos e culturais.

No campo prático, reconhecem-se desafios significativos relacionados à disponibilidade de recursos, à formação profissional e à adesão familiar, que influenciam diretamente a efetividade das estratégias adotadas. Assim, futuros esforços devem se dedicar à adaptação e flexibilização dos protocolos terapêuticos para ampliar seu alcance e viabilidade,

priorizando a equidade no acesso e o suporte contínuo às famílias. Esse olhar integrado é fundamental para transformar os avanços clínicos em melhorias concretas na qualidade de vida das crianças com TEA.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, G. M. *et al.* Consequências da seletividade alimentar em crianças com Transtorno do Espectro Autista: revisão bibliográfica. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 6, p. e15711629014, 2022.

GAMA, B. T. B. *et al.* Seletividade alimentar em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): uma revisão narrativa da literatura. **Revista Artigos. Com**, [S. l.], v. 17, p. e3916, 13 jun. 2020.

IVNUK, L. P. *et al.* Children's food selectivity: An integrative review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 12, n. 12, p. e130121244099, 2023.

KERCHES, D. **Autismo: ao longo da vida**. Literare Books, 2022. 344 p.

TERAPIA CENTRADA NA FAMÍLIA: TREINAMENTO DE HABILIDADES PARA CUIDADORES DE CRIANÇAS ATÍPICAS NO CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA.

Felipe Roberto Ribeiro Sampaio¹

¹Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

E-mail do autor principal: to.feliperoberto@gmail.com

RESUMO

INTRODUÇÃO: Este trabalho analisa a Terapia Centrada na Família no contexto da saúde pública, com foco no programa *Caregiver Skills Training* (CST) da Organização Mundial da Saúde, voltado a cuidadores de crianças com desenvolvimento atípico. **OBJETIVO:** Discutir como essa abordagem fortalece competências parentais e amplia o cuidado integral na atenção pública. **METODOLOGIA:** baseia-se em revisão teórica de literatura científica e documentos institucionais sobre a aplicação do CST em contextos de vulnerabilidade. **DISCUSSÃO:** destaca a transição de um modelo clínico centrado no indivíduo para uma abordagem relacional, em que os cuidadores assumem papel ativo na intervenção. O CST promove estratégias acessíveis de manejo comportamental e comunicação, integrando saber técnico e vivência familiar. **CONCLUSÃO:** O CST representa uma prática eficaz, ética e viável para o SUS, contribuindo para a inclusão social, o bem-estar dos cuidadores e a qualificação das políticas públicas de saúde voltadas a crianças atípicas e suas famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo; Terapia Centrada na Família; Cuidadores; Saúde Pública; Treinamento Parental.

INTRODUÇÃO

O cuidado de crianças com desenvolvimento atípico - como aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) - impõe desafios significativos às famílias, especialmente aos cuidadores principais. A sobrecarga emocional, a complexidade das demandas cotidianas e a dificuldade de acesso a serviços especializados tornam o apoio institucional uma dimensão crítica da atenção em saúde (Choinski; Minetto, 2024; Fartade, 2024). No contexto das políticas públicas, cresce o reconhecimento da necessidade de práticas clínicas que integrem a família como protagonista do processo terapêutico (Choinski; Minetto, 2024). Nesse sentido, a Terapia Centrada na Família, associada a programas de treinamento de habilidades, como o *Caregiver Skills Training* (CST) da Organização Mundial da Saúde (OMS), oferece uma alternativa baseada em evidências para o fortalecimento das competências parentais e o cuidado longitudinal da criança no território.

Entretanto, a incorporação dessas práticas ocorre em um cenário marcado por contradições estruturais no acesso aos serviços de saúde, com acentuadas desigualdades

regionais, limitações na cobertura da atenção básica e ausência de redes de apoio intersetoriais. As políticas públicas, embora avancem no discurso da integralidade e da atenção centrada na família, ainda falham em operacionalizar estratégias que garantam equidade na oferta e continuidade do cuidado. A escolha do CST-OMS como foco deste trabalho se justifica por seu reconhecimento internacional e sua aplicabilidade em contextos de baixa e média renda, mas demanda análise crítica frente a outras abordagens já consolidadas no campo, como os modelos de intervenção precoce baseados em análise do comportamento aplicada (ABA) ou em práticas responsivas parentais de base comunitária.

Além disso, sua implementação no Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta obstáculos concretos, como barreiras culturais entre profissionais e famílias, escassez de recursos humanos capacitados e resistência institucional à adoção de protocolos inovadores. Assim, este estudo propõe discutir os limites e possibilidades da aplicação do CST-OMS no contexto brasileiro, problematizando sua aderência às diretrizes do SUS e sua viabilidade como política pública de apoio às famílias.

OBJETIVO

Este trabalho propõe discutir a aplicação da Terapia Centrada na Família no contexto da saúde pública, com ênfase na estratégia de Treinamento de Habilidades para Cuidadores de crianças com desenvolvimento atípico, a partir da experiência e diretrizes do programa *Caregiver Skills Training* (CST) da Organização Mundial da Saúde (OMS). A análise concentra-se em três dimensões principais: (1) o fortalecimento de competências parentais específicas, como responsividade, manejo de comportamentos desafiadores e promoção da comunicação funcional; (2) os desafios para a implementação do programa no Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo barreiras estruturais, culturais e formativas; e (3) a adaptação do modelo às realidades socioterritoriais brasileiras, considerando sua eficácia e sustentabilidade como política pública.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza teórico-reflexiva, desenvolvido segundo os pressupostos da abordagem ensaística. Essa modalidade metodológica não se ancora em protocolos empíricos ou estatísticos, mas privilegia a articulação crítica de argumentos,

evidências conceituais e análises situadas, com o objetivo de tensionar práticas instituídas e problematizar dimensões estruturais, políticas e éticas dos fenômenos em estudo.

O percurso argumentativo ancora-se em autores da saúde coletiva, da psicologia do desenvolvimento e da terapia familiar, combinando análise documental e revisão teórica de caráter seletivo, orientada pela relevância dos textos para os problemas em questão. Assim, o estudo não visa à generalização de dados, mas à produção de sentidos e ao aprofundamento de controvérsias que informem criticamente o debate sobre políticas públicas voltadas ao cuidado de crianças com desenvolvimento atípico.

DISCUSSÃO

A Terapia Centrada na Família pressupõe uma mudança no paradigma clínico: da centralidade no indivíduo para uma abordagem relacional e ecológica, em que os cuidadores deixam de ser coadjuvantes e passam a ser agentes ativos na intervenção (Wong; Chow, 2022; Lins *et al.*, 2025). O programa CST-OMS operacionaliza esse princípio ao capacitar cuidadores com estratégias de comunicação funcional, manejo de comportamento e promoção do engajamento social da criança, valendo-se de linguagem acessível e práticas cotidianas. A proposta se mostra especialmente adequada a contextos de baixa e média renda, como o do SUS, ao reduzir a dependência de especialistas e transferir conhecimento técnico de forma colaborativa. Além disso, ao reconhecer e validar o saber experiencial das famílias, o CST contribui para a redução do estigma, a promoção do bem-estar parental e o fortalecimento dos vínculos afetivos e comunicacionais (Wong; Chow, 2022).

Contudo, os efeitos da implementação do CST não são homogêneos. Em contextos marcados por vulnerabilidade social e lacunas na rede de apoio, a ênfase na capacitação de cuidadores pode resultar na transferência excessiva de responsabilidades que, historicamente, pertencem ao Estado. O empoderamento parental, embora desejável, pode converter-se em sobrecarga, sobretudo quando não é acompanhado por suporte institucional contínuo, acesso a serviços especializados e políticas de cuidado intersetorial. A promessa de descentralização do saber técnico, nesse sentido, pode ocultar processos de desresponsabilização do sistema público frente à complexidade do cuidado em saúde mental infantil.

Além disso, estudos conduzidos em países de baixa renda indicam que a eficácia do CST pode ser comprometida por fatores como baixa escolaridade dos cuidadores, dificuldades de acesso digital (no caso de formatos híbridos ou remotos), resistência cultural ao formato de grupos e às abordagens de mediação verbal, bem como pela descontinuidade da formação de

profissionais facilitadores. No Brasil, essas barreiras se agravam diante da escassez de recursos humanos na Atenção Primária e da fragmentação entre os níveis de atenção.

Outro ponto de tensão diz respeito à adesão das famílias. A participação ativa nos treinamentos pressupõe tempo, disponibilidade emocional e segurança em contextos públicos, o que pode não se verificar entre famílias que enfrentam precariedade habitacional, jornadas de trabalho extenuantes ou situações de violência doméstica. Há, ainda, marcadores de raça, gênero e classe que interseccionam o engajamento familiar, produzindo respostas diferenciadas à proposta terapêutica e demandando adaptações sensíveis à diversidade socioterritorial.

Assim, embora o CST-OMS represente um avanço no reconhecimento das famílias como agentes terapêuticos, sua efetividade no SUS depende da superação de entraves institucionais, do investimento em formação continuada e da criação de estratégias de suporte que garantam a corresponsabilização do Estado. É necessário evitar que a retórica da autonomia familiar mascare dinâmicas de delegação precária de cuidados, reproduzindo desigualdades já presentes no campo da saúde mental infantil.

CONCLUSÃO

O Treinamento de Habilidades para Cuidadores, enquanto expressão de uma Terapia Centrada na Família, revela-se uma ferramenta estratégica no campo da saúde pública para o cuidado integral de crianças com desenvolvimento atípico. Sua incorporação nas redes de atenção psicossocial representa não apenas uma resposta técnica eficaz, mas também um compromisso ético com práticas emancipatórias e inclusivas. Para além do alívio sintomático, o que se promove é a restituição de potência às famílias e a ampliação dos direitos à saúde, ao cuidado e à cidadania.

Entretanto, sua efetiva consolidação no Sistema Único de Saúde exige o enfrentamento de obstáculos estruturais, culturais e operacionais. A superação dessas barreiras requer ações interdependentes: a) a inclusão do CST em diretrizes nacionais de atenção psicossocial e desenvolvimento infantil; b) a formação sistemática e continuada de profissionais da atenção primária e especializada, com ênfase na abordagem centrada na família e na facilitação de grupos de cuidadores; c) a produção e adaptação de materiais pedagógicos em linguagem acessível, considerando marcadores de território, letramento e diversidade cultural; d) a criação de estratégias de monitoramento que permitam avaliar os

impactos do programa em termos de adesão, eficácia percebida e efeitos colaterais não intencionais, como a sobrecarga dos cuidadores.

Mais do que uma ferramenta técnica, o CST deve ser entendido como parte de um projeto ético-político que reconhece o cuidado como um direito compartilhado entre famílias, comunidades e Estado. Para que essa proposta não se converta em uma sobrecarga disfarçada de empoderamento, é necessário que sua implementação venha acompanhada de suporte institucional efetivo e compromisso político com a ampliação das redes públicas de atenção. Assim, o fortalecimento das competências parentais não deve ser tomado como fim em si mesmo, mas como meio para garantir condições mais justas, solidárias e sustentáveis de cuidado à infância atípica.

REFERÊNCIAS

CHOINSKI, A. M.; MINETTO, M. F. J. Follow-up do caregivers skills training da Organização Mundial da Saúde no Brasil. **International Journal of Developmental and Educational Psychology INFAD Revista de Psicologia**, Badajoz, v. 2, n. 1, p. 19-30, 2024.

FARTEDE, A. D. **Applicazione del metodo CST-WHO (Caregiver Skill Training - World Health Organization) in ASL3: revisione della letteratura e analisi dello stress genitoriale su un campione di genitori di figli con autismo**. 2024. 41f. Dissertação (Mestrado). Corso di Laurea Magistrale in Scienze Riabilitative Delle, Scuola di Scienze Mediche e Farmaceutiche, Università Degli Studi di Genova, Genova, 2024.

LINS, G. *et al.* Análise de intervenções naturalistas baseadas na rotina da família para jovens com deficiência intelectual e/ou autismo. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. e11/1–28, 2025.

WONG, W. P.; CHOW, S. A. Evaluation on the effectiveness on the implementation of WHO caregiver skills training (CST) programme in Hong Kong: a randomised controlled trial protocol. **BMJ Open**, [S.l.], v. 12, e054099, 2022.

SOBRE OS ORGANIZADORES



Enfa. Mariana Pereira Barbosa Silva

Enfermeira pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI;
Mestra em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI;
Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI;
Pós-Graduada em Oncologia pela Faculdade Holística – FaHol;
Pós-Graduada em Gerontologia pela Faculdade Holística – FaHol.

<https://orcid.org/0000-0003-0852-8099>
<http://lattes.cnpq.br/4969469885573368>



Enfa. Mônica Barbosa de Sousa Freitas

Fisioterapeuta;
Especialista em Reabilitação com ênfase em Neuropediatria;
Especialista em Educação Global, Desenvolvimento Humano e Gestão da Inovação;
Mestra e Doutoranda em Gestão de Saúde;
MBA em Gestão Hospitalar.

<https://orcid.org/0000-0001-8073-3359>
<http://lattes.cnpq.br/4029084214618513>